

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Ricardo Simões Jaenicke

**A CO-CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO E DAS LÓGICAS DE SENTIDO NA
PSICOTERAPIA NA PERSPECTIVA DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL**

Belo Horizonte
2018

Ricardo Simões Jaenicke

**A CO-CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO E DAS LÓGICAS DE SENTIDO NA
PSICOTERAPIA NA PERSPECTIVA DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.a. Dra. Roberta Carvalho Romagnoli

Belo Horizonte

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

J22c	Jaenicke, Ricardo Simões A co-construção do significado e das lógicas de sentido na psicoterapia na perspectiva do construcionismo social / Ricardo Simões Jaenicke. Belo Horizonte, 2018. 117 f. Orientadora: Roberta Carvalho Romagnoli Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia 1. Psicologia clínica. 2. Significação (Psicologia). 3. Sentidos e sensações. 4. Hermenêutica. 5. Interação social. 6. Psicoterapia de grupo. I. Romagnoli, Roberta Carvalho. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título. SIB PUC MINAS CDU: 615.851.6
------	---

Ricardo Simões Jaenicke

**A CO-CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO E DAS LÓGICAS DE SENTIDO NA
PSICOTERAPIA NA PERSPECTIVA DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Roberta Carvalho Romagnoli – PUC Minas

Emerson F. Raserá – Universidade Federal de Uberlândia

Stella Maria Poletti Tozo – PUC Minas

Belo Horizonte, 10 de maio de 2018

AGRADECIMENTOS

Quando passamos a acreditar na co-criação de idéias, ações, expectativas, desejos e vidas, a quantidade de agradecimentos passa a ser enorme. Neste percurso, que foi a escrita desta dissertação, manterei o foco em alguns que estiveram mais próximos nesta caminhada. Outros, serão “esquecidos”, mas não porque foram menos importantes, apenas estiveram “nadando” em outras praias, tão afrodisíacas, quanto a que eu estive com alguns nesses últimos dois anos.

Quero agradecer muito ao IMPSI. O Instituto Mineiro de Psicodrama Jacob Levy Moreno foi, é e sempre será uma infinidade de contextos: casa, trabalho, paixão, acolhimento, ideologia, referência, cuidado, parceria, amores, companherismo, profissionalismo e ética. Graça, minha eterna gratidão por me colocar nos trilhos e ajudar a viver plenamente. Sem sua força, carinho e amizade eu nunca teria chegado “lá”! Obrigado por me mostrar que “deus” existe. Evanderson, minha eterna gratidão por me mostrar que o corpo pode mais, é uma potência sem limites; e o quanto a vida perde seu brilho sem ele. Sua alegria, amizade e referência de como ser homem-afetivo estarão marcados para sempre.

Trupe DK e o teatro de criação. Marcas implacáveis de euforia, entusiasmos, potências, conexões, amplitudes, choros, desesperos e alternativas. Ana Luiza, Evanderson, Cassia, Luis, Soraya, Jordana, Ana da Fonseca, Juliana, Rodolfo, Adriana e tantos outros, que passaram por nós. Sem a presença delicada de vocês o mundo seria mais sombrio. Muitos trabalhos, experiências e discussões intelectuais riquíssimas e estimulantes. Não há palavras para agradecer a um grupo que sempre esteve disposto a criar, ir além... à olhar a outra margem do rio. Obrigado pelo crescimento. Mas, todos estes anos de criação seriam impossíveis se não fosse a dupla dinâmica Albor-Agenor. Agenor, sua alegria, sutilezas, carinho e inteligência são exemplos a serem seguidos. Albor, sua forte presença, seu humor agri/doce, sua intelectualidade/carinho e acolhimento foram e serão fontes inspiradoras pessoais e profissionais. Obrigado por me ensinar a rir, chorar, gritar, refletir e pensar criticamente durante nossos encontros e na leitura de seus textos. Sem eles, muitas “coisas” sobre a psicologia e a vida teriam passado despercebidas.

Minha família. Agradeço a minha avó Liberty. Com ela adquirimos a paixão pelo estudo. Não há palavras para dizer da sua importância em nossas trajetórias. Uma dessas influências é de fácil identificação em minha mãe. Quatro cursos superiores, professora universitária e várias pós-graduações. Obrigado mamãe, por ter e estar me ensinando a viver com coragem e entusiasmo. Sua inquietude e buscas me inspirarão para o trajeto final da vida.

E, meu maior agradecimento, é ter o privilégio de conviver com uma pessoa que, no terço final da sua vida, se tornou psicóloga e companheira de profissão. Poder dividir a paixão pela psicologia “de dentro”, com alguém que trata o conhecimento com tanto cuidado e é uma intelectual refinadíssima, é um privilégio que torna esta dissertação possível. Seus anos de dedicação e amor me deram bases para voar. Obrigado principalmente pela transição que fizemos. Nunca deixaremos de ser mãe e filho, mas fizemos a difícil transição de co-construirmos o papel simétrico de amigos.

Pai, obrigado pela liberdade. Nossas longas conversas estarão marcadas em meu corpo para sempre. Seu jeito amoroso, delicado, gentil e cuidadoso ajudou imensamente na transição de me tornar adulto. Sua cabeça feminista ajudou a entender na carne as ideologias feministas, anos depois, aprendidas na faculdade. Outro aprendizado foi sempre ver a vida pela complexidade das amplitudes, e não pelos rótulos. Aprender sobre performances subjetivas, depois de você, foi tarefa fácil. Obrigado por me ensinar que a vida pode ser vivida com leveza, amor, poesia e delicadeza. Ensinaamentos eternos.

Ao meu irmão. Obrigado pelo aprendizado de compartilhar afetos. Inquietante e confortante saber que não estarei sozinho no futuro! De mãos dadas e avante, *my friend*!

Ericão, juntos ou distantes, meu profundo agradecimento por todos os ensinamentos e anos de caminhada. Ter um irmão intelectual e afetivo como você é uma honra.

Patrícia... como agradecê-la por tudo? Impossível. Obrigado pela destreza de me conduzir por novos oceanos e me fazer acreditar que eu poderia “ir mais longe”. Sem seu olhar generoso, amigo e técnico esta dissertação não teria “acontecido”. Obrigado pela orientação e modelo. Sua intensidade será uma eterna referência.

Soninha. Obrigado. O que dizer de uma pessoa doce, inteligentíssima, brava, carinhosa, meiga e solidária? O que dizer de uma pessoa que parece ter uma energia inesgotável para o conhecimento e a vida? Dizer o quê, de uma epistemóloga com abertura para conhecer, ensinar e caminhar junto com pessoas com tantos anos a menos de experiência que você? Resposta: generosidade. Foi um privilégio conhecer você nesta caminhada.

Stella, seu jeito carinhoso, doce, objetivo e inteligente me ajudaram muito a crescer. Obrigado por “abrir a casa” e compartilhar de seu mundo conosco. Tanto nas aulas, como pessoalmente. Nunca vou me esquecer desta generosidade e confiança. E, obrigado também, por lá atrás, me apresentar o construcionismo. Foi uma revolução.

Emerson, como esquecer sua primeira aula no curso de práticas colaborativas? Criativa, instigante e profunda. Obrigado por me ajudar a descobrir as “pequenas/grandes” diferenças que fazem toda diferença no construcionismo social. Obrigado por contribuir em

minha formação de forma delicada e precisa.

Aos professores, por proporcionarem novas aberturas na minha construção profissional: Eline, obrigado pela confiança e por me ensinar que o corpo fala. Bruno, referência política e intelectual. Rogério, obrigado por me ensinar que existem intelectuais de “peso” e, ao mesmo tempo, leves. Rubens, doçura e inteligência podem caminhar juntos. Maria José Esteves Vasconcellos, que já estava na minha caminhada há mais tempo, sem eu saber, obrigado pelos ensinamentos. Pitucha, eterna referência sobre desconstruções e novos mundos. Ser homem, depois de você, se tornou um desafio maravilhoso.

Marilene Grandesso, muitíssimo obrigado. Conhecer você foi o princípio desta caminhada. Obrigado por ajudar a mudar minha história de vida.

Roberta, meu eterno agradecimento. Conhecer uma pessoa de tamanha inteligência e de intensidades inomináveis foi um presente. O carinho, a paciência, a dedicação, a objetividade e sua condução na co-construção desta dissertação são exemplos que levarei comigo para sempre. Obrigado por acolher um aluno, em um primeiro momento, cheio de incertezas e inseguro, e ter atravessado o “rio” comigo. Sinto que seu jeito de caminhar, “de mãos dadas”, possibilitou uma caminhada alegre e tranquila. Obrigado pelo trajeto. As lindas e instigantes paisagens do outro lado do rio, sem você, seriam impossíveis de contemplar.

Krisna, sua correção minuciosa, generosa e precisa foram de uma ajuda inestimável. Obrigado, meu velho, pela “cereja do bolo”.

Não poderia deixar de fora o grupo de intervenção. Estamos juntos há tantos anos, que nossas discussões e suporte mútuos foram essenciais para conseguir escrever essa dissertação. Obrigado pelas fortes tempestades que passamos juntos. Muitas reflexões desta escrita vieram de nossas conversas dialógicas.

A PUC, pela oportunidade de estudar e me apresentar excelentes professores.

E, por último, a minha companheira Ana; como as palavras parecem vagalumes quando penso em você. São tantas histórias. Tantas delas ascendem e apagam em velocidades múltiplas. Obrigado pela caminhada, presença, dedicação, apoio e amor. Com certeza as aulas, as conversas e as mudanças de olhares não teriam o mesmo brilho sem você. Obrigado por me ensinar a conversar e viver de forma dialógica. É uma honra conviver e aprender com você todos os pressupostos do construcionismo social. Sua inteligência, perspicácia, força e resistência emocional são exemplos a serem seguidos. Foram boas e profundas risadas que co-construímos juntos. Minha eterna gratidão por estes anos de paixão.

[...] As palavras são uma coisa complicada... elas se esgotam... elas acabam... como se fosse um pouco que seca... são fugidias, as palavras são... seres... lisos... seres... musgosos, que você agarra e elas escapam pelo vão dos dedos. Sou apaixonado por esta metáfora!!! Um ser... um ser... limoso... um ser traidor. Sim, as palavras são traidoras, porque elas nunca estão onde você... mais espera... elas vem e vão, elas me dominam... eu não tenho como, eu não tenho como abraçá-las, cerca-las, prende-las com meu corpo. Não tem, não tem... As vezes, alguma... com pena de mim... pausa devagarzinho na minha mão e daí eu posso... de certa forma... (se relacionado como palavra invisível na palma da mão) me relacionar com ela... até o momento em que ela não quer mais... desaparece. Desaparece, e fico eu de novo à mercê dessa vontade... volúvel das palavras. ... As palavras são como peixes, que não se consegue pegar. Eu já falei isso, já falei... “são lisas como musgos”... É peixe! Você vê?... as palavras começam a rir de mim... e eu fico repetitivo, achando que estou... construindo alguma coisa com estes pequenos tijolinhos, que por alguma razão tem algum interesse. Mas quando você olha bem... quando você... esmiúça lá dentro nos interiores... não tem... graça nenhuma, não tem graça nenhuma, não tem sentido nenhum, não tem na verdade, a mínima... a mínima nada, não tem nada, é uma nulidade, é uma nulidade. ... as palavras são como pequenos vaga-lumes! As palavras são como pequenos vaga-lumes (escrevendo)... que faíscam no ar e quando você tenta pegá-los ou pegá-las... elas apagam e vão ascender em outro lugar. Eu sou... um caçador... de vaga-lumes, mas ultimamente... não tenho... tido... muita sorte. Ultimamente e quase sempre... É uma imagem bonita... Vaga-lumes! (RENONES, 2008, p. 07)

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o processo de co-construção de significados e lógicas de sentido na psicoterapia a partir do Construcionismo Social. Tendo como foco o trabalho clínico, esta pesquisa investiga as concepções filosóficas, teóricas e práticas do Construcionismo Social e suas contribuições na co-construção do significado e produção de sentido-ações nesse contexto. Nesse percurso, enfatiza o processo de produção de sentidos a partir da co-construção de significados no processo terapêutico, focando em como os pressupostos do Construcionismo Social ajudam a compreender e a co-construir significados às falas e discursos das pessoas. Outro foco está em como as lógicas de sentido, a partir dos significados gerados na co-construção dialógica da conversação terapêutica, sua descrição e a presença de valores, criam objetivos de trabalho/transformação para e nas pessoas ao longo do processo terapêutico. Partimos de algumas perguntas, como por exemplo: como a maneira de entender a **construção do conhecimento** a partir do Construcionismo Social influencia a prática clínica? Como os **pressupostos** do Construcionismo Social dialogam com a prática clínica? Como as **implicações** da postura filosófica do Construcionismo Social influenciam o entendimento do que é a prática clínica, como se faz, o que se faz, e como funciona a relação terapêutica neste olhar? Estas perguntas norteiam todo o percurso do trabalho. Trata-se de um estudo qualitativo que busca a troca reflexiva entre o pesquisador e seus pesquisados como geradora de transformação. Assim a pesquisa de campo foi efetuada através de entrevistas semi-estruturadas com 02 terapeutas e 02 de seus respectivos clientes, onde buscamos realizar uma análise compreensiva sobre as conversações que terapeutas e pacientes tiveram ao longo do processo terapêutico sobre como cada um deles entende e percebe a co-construção de significados, a produção de lógicas de sentido, a criação de metas de trabalho e a condução/vivência do processo terapêutico através de três eixos norteadores da terapia, que são: A posição do terapeuta (como definimos este papel e quais os propósitos de suas ações), o processo de terapia (o que acontece e como a mudança ocorre) e o sistema terapêutico (metas de trabalho e participação das pessoas). Os resultados apontam para a importância da relação terapêutica na condição de novos sentidos.

Palavras chave: Psicologia Clínica; Processo Terapêutico; Construcionismo Social; Epistemologia; Hermenêutica; Significado; Sentido

ABSTRACT

This dissertation has as its theme the process of co-construction of meanings and logics of meaning in psychotherapy from Social Constructionism. Focusing on clinical work, this research investigates the philosophical, theoretical and practical conceptions of Social Constructionism and its contributions in the co-construction of meaning and the production of meaning-actions in this context. In this course, it emphasizes the process of meaning production from the co-construction of meanings in the therapeutic process, focusing on how the presuppositions of Social Constructionism help to understand and co-construct meanings to the speeches and speeches of the people. Another focus is on how the meaning logics, based on the meanings generated in the dialogical co-construction of the therapeutic conversation, its description and the presence of values, create work / transformation goals for and in people throughout the therapeutic process. We start from some questions, such as: how does the way of understanding the construction of knowledge from Social Constructionism influence clinical practice? How do the presuppositions of Social Constructionism dialogue with clinical practice? How do the implications of the philosophical posture of Social Constructionism influence the understanding of what clinical practice is, how it is done, what is done, and how does the therapeutic relationship work in this look? These questions guide the whole course of work. It is a qualitative study that seeks the reflexive exchange between the researcher and his researches as a generator of transformation. Thus the field research was carried out through semi-structured interviews with 02 therapists and 02 of their respective clients, where we sought to carry out a comprehensive analysis of the conversations that therapists and patients had throughout the therapeutic process about how each one understands and perceives the construction of meaning goals, the creation of work goals and the conduction / experience of the therapeutic process through three guiding principles of therapy, which are: The position of the therapist (as we define this role and which the purpose of their actions), the therapy process (what happens and how change occurs), and the therapeutic system (goals of work and participation of people). The results point to the importance of the therapeutic relationship in the condition of new senses.

Keywords: Clinical Psychology; Therapeutic Process; Social Constructionism; Epistemology; Hermeneutics; Meaning; Sense

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 CONTEXTOS E FUNDAMENTOS	14
1.1 O Pensamento Moderno.....	17
1.2 A Pós-Modernidade.....	22
2 CONSTRUCIONISMO SOCIAL: UM BREVE HISTÓRICO DE SUA ORGANIZAÇÃO COMO CONHECIMENTO	29
2.1 Premissas ou Pressupostos.....	33
2.2 Implicações.....	34
2.3 O enquadre da construção social – O giro linguístico.....	37
3 UM PERCURSO METODOLÓGICO: A poética social.....	42
3.1 Sobre a metodologia	42
4 A CO-CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS E A PRODUÇÃO DE LÓGICAS DE SENTIDO NA PSICOTERAPIA	49
4.1 Os significados e as narrativas	49
4.2 A Construção de Lógicas de Sentido e o processo terapêutico.....	58
4.3 A Psicoterapia: um processo ético-relacional	65
4.4 As entrevistas, os diálogos, a apresentação dos participantes e os eixos norteadores uma reflexão compreensiva dos diálogos.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE I.....	116
APÊNDICE II	117

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema o processo de co-construção de significados e lógicas de sentido na psicoterapia a partir do Construcionismo Social. Para pesquisarmos este tema, organizamos o percurso da seguinte maneira: no capítulo 1 falamos sobre as diferenças epistemológicas entre a modernidade e a pós-modernidade. Refletir sobre estas diferenças foi articular a ideia de paradigma com epistemologia e, como eles, organizam a forma de produção de conhecimento.

A partir desta distinção na forma de produzir núcleos de inteligibilidade diferentes, das quais teorias e práticas se edificam, iniciamos o capítulo 2 apresentando o Construcionismo Social, seus pressupostos e suas implicações. A ideia central deste capítulo é refletir sobre como o construcionismo social pode ser entendido como uma epistemologia que tem seus embasamentos no pensamento pós-moderno. Outra importante função deste capítulo é apresentar a centralidade da linguagem e as formas de organização do conhecimento como premissas que embasam, tanto o Construcionismo Social, como também serem uma das importantes mudanças que diferenciam as epistemologias modernas das pós-modernas. Esta foi a função de darmos ênfase ao Giro-linguístico.

O capítulo 3 foi uma forma de refletir sobre uma metodologia que se embasasse nos pressupostos epistemológicos do construcionismo social. Para isso, dialogamos com a poética social, uma metodologia de pesquisa criada por Jonh Shotter, um importante teórico e pesquisador da área. Partimos da premissa que pesquisadores passam a estudar contextos no qual estão inseridos, e a proposta de estudo passa a ser interdependente da suas observações. A partir das críticas que o construcionismo social coloca às bases de construção positivista do conhecimento, organizamos a pesquisa de modo que o construcionismo social despontasse como um possível referencial epistemológico. Em outras palavras, pensamos as categorias de sujeitos, objetivos, critérios de seleção da amostra, procedimentos, coleta de dados, resultados, análise de resultados e conclusões a partir dos pressupostos e implicações do construcionismo social. Descrevemos ao longo do trabalho como estas categorias foram pensadas, não como uma forma de apego aos parâmetros positivistas, mas apenas para utilizá-los como referencial para podermos discutir e diferenciá-los quando usados a partir de uma epistemologia pós-moderna.

O último capítulo é a articulação entre o construcionismo social e a psicoterapia. No capítulo 4, explicamos a função das narrativas, a importância da linguagem, de como ocorre a

co-construção de significados, das lógicas de sentido e como estes princípios e conceitos criam novos posicionamentos ideológico, políticos e estéticos no contexto psicoterapêutico. Também diferenciamos como entendemos significados e lógicas de sentido, além de refletirmos sobre suas funções na maneira de conduzir o processo psicoterapêutico e a criação de metas de trabalho neste contexto. Por último, apresentamos os participantes das entrevistas, que foram duas terapeutas e suas respectivas clientes, para refletirmos sobre como elas compreendem e/ou percebem estes pressupostos do construcionismo social na maneira de experienciar o relacionamento terapeuta/cliente, na forma de conduzir o processo e na criação e manutenção de resultados/metasp do trabalho psicoterapêutico. As conclusões são apresentadas ao final.

Muitas das ideias estudadas e pesquisadas durante todo o percurso deste trabalho foram originadas a partir de inquietações e angústias ao longo da minha trajetória profissional e pessoal. Passo a apresentar algumas destas angústias/reflexões.

Quando iniciei minha trajetória clínica e social, os *experts* me encantavam. Suas certezas e a precisão técnica eram um alento, dentro de contextos extremamente complexos e imprevisíveis. A psicanálise, neste primeiro momento, me pareceu um porto seguro para explicar muitos dos fenômenos com os quais estava trabalhando.

A intervenção certa, a verdade oculta em cada caso ou contexto era o foco da intervenção como forma de realizar um trabalho preciso e coerente. Acreditava que era minha função intervir tecnicamente (cirurgicamente) para resolver o problema das pessoas e grupos com os quais trabalhava e, como consequência, elas deveriam mudar. Deste ponto de vista, o terapeuta poderia ser definido como um interventor, um *expert* a serviço da mudança terapêutica, orientado para metas e não para processos.

Para onde e para quais metas? Resposta: para os pressupostos das abordagens que me embasavam teórica e tecnicamente, que me informavam o que era melhor para estas pessoas. Obviamente, estas teorias não eram ingênuas e inócuas. Tinham pressupostos muito bem fundamentados na epistemologia moderna, que as autorizam a dizer o que é a mudança, para que serve e como as pessoas podem realizá-las.

Com o passar dos anos, a vontade de conhecer novos horizontes marcou um profundo encontro com linhas teóricas que tinham como princípio epistemológico a visão relacional. A Socionomia, a Esquizoanálise e as terapias de bases sistêmicas de primeira e segunda ordem foram inspiradoras e destruíram minhas prévias organizações/concepções. A destruição foi positiva. Ajudou a organizar novas formas de enxergar o mundo e de interação com as pessoas.

Lembro-me de ouvir constantemente sobre epistemologia dentro destas especializações. A curiosidade cresceu tanto que voltei à fonte. Regressar a graduação, agora em filosofia, foi me deparar com uma nova destruição. Um mundo muito mais amplo, do que aquele estudado pela psicologia, se abriu. Ao estudar filosofia da ciência, muitos paradigmas (e a compreensão do que são paradigmas) foram chamando a minha atenção.

Tentando fazer a junção de todo o caminho percorrido até então, o interesse sobre as práticas pós-modernas e seus embasamentos epistemológicos foi uma conexão que originou o interesse por esta pesquisa. No encontro com estas visões de mundo, muitas perguntas surgiram: Como os pressupostos do Construcionismo Social influenciam a maneira de interpretar os significados das conversações e a produção de sentidos no *setting* terapêutico? Como ajudam a criar e estabelecer o que é a mudança? Como se dá o processo de mudança e qual sua finalidade? Quanta mudança é suficiente e quem a determina? Quais efeitos pragmáticos e estéticos estas perguntas criam?

Muitas perguntas e um desejo imenso de compreendê-las. E, principalmente, uma inquietação sobre minha postura de interventor sobre as mudanças do outro. Já não era suficiente lapidar minhas habilidades como um *expert* no uso de técnicas para conduzir grupos e pessoas para uma pretensa melhora. Muitas questões! Muitas indagações que me levaram a querer pesquisar sobre o tema. O que estava em questão não era a construção de uma descrição representacional, mas de uma genealogia de jogos e significados.

A partir desta genealogia, a compreensão de sistemas humanos como geradores de significados, acredito, pôde surgir como uma nova forma de perceber a terapia. Compreendi que a terapia poderia ser vista como uma prática social, que poderia ajudar pessoas, casais, famílias e grupos a co-construir ativamente suas narrativas e suas próprias realidades existenciais.

Talvez, a maior descoberta, foi perceber que as metáforas de jogos-conversações, as hermenêuticas, as teorias narrativas e o foco na co-construção de significados compartilhados poderiam substituir as metáforas/teóricas hegemônicas, até então conhecidas por mim, de centralidade, dualidade, hierarquia e patriarcalismo, baseadas na autoridade do suposto saber do terapeuta. Assim, estas foram algumas das motivações para esta futura pesquisa: uma possibilidade micro-política de trabalhar com as diversas demandas sociais que me deparava diante das atuais complexidades da contemporaneidade.

Por isso, um dos focos desta dissertação é investigar o processo de produção de sentidos a partir da co-construção de significados no processo terapêutico, enfatizando como

os pressupostos do Construcionismo Social ajudam a compreender e a co-construir significados às falas e discursos das pessoas nesse contexto. Focarei em como as lógicas de sentido, a partir dos **significados** gerados na co-construção dialógica da conversação terapêutica, nas **descrições** de um fato e os **valores** (ocultos, mas implícitos) encontrados em todas as narrativas, criam objetivos de trabalho e transformação para as pessoas ao longo do processo terapêutico.

Para isso, pesquisamos sobre os principais conceitos do Construcionismo Social, refletindo sobre a construção do conhecimento e sua articulação com os conceitos de realidade, interpretação e significado. Neste mesmo caminho, outra reflexão importantíssima é a articulação entre a co-construção do significado e produção de lógicas de sentido no trabalho psicoterapêutico. Assim, no intuito de pensar a clínica como um campo ideológico e político, tentamos compreender os efeitos estéticos da postura filosófica do Construcionismo Social na relação terapêutica, na co-construção de objetivos de trabalho e na concepção de mudança na experiência deste sistema.

1 CONTEXTOS E FUNDAMENTOS

Pretendo neste capítulo apresentar alguns dos contextos que ajudaram a criar as bases do pensamento pós-moderno e os fundamentos que o caracterizam. Outro objetivo é distinguir os pressupostos que o sustentam e quais o diferenciam do pensamento moderno. Pretendo, ainda, refletir sobre as características do pensamento moderno e compará-las com as premissas que caracterizam o pensamento pós-moderno, no intuito de contextualizar os pressupostos do Construcionismo Social, marco teórico desse estudo.

Em seu revolucionário artigo de 1985 intitulado - *The social constructionist movement in modern psychology* – Kenneth Jay Gergen nos coloca uma importante dúvida sobre o construcionismo social ser um representante de um movimento intelectual mais amplo e com raízes em um passado tanto longínquo como recente, ou ser uma consciência compartilhada de vários movimentos com características em comum. Lynn Hoffman, outra eminente pesquisadora e terapeuta da abordagem sistêmica e da terapia de família e casal, no prólogo do livro *Conversação, Linguagem e possibilidades* – um enfoque pós-moderno da terapia - da autora Harlene Anderson (2010) concorda com a primeira visão de Gergen, chamando-o de movimento intelectual de uma teoria mais ampla e unificadora que seria a teoria pós-moderna.

Gergen (2010, p. 17) diz que já foram dados outros possíveis nomes para este movimento intelectual, como por exemplo, “pós-fundamentalismo, pós-empirismo, pós-iluminismo e pós-modernismo”. O importante destes nomes, para o autor, é que todos estão partindo do mesmo pressuposto: a noção da construção social como base para entender o mundo, nossas ações e percepções nele. Em outras palavras, a ideia básica de que a realidade é uma permanente construção social de produção coletiva de significados. A proposta, para o autor, é tão revolucionária, que no artigo de 1985 citado acima, sua inversão de pensamento sobre a psicologia social, a psicologia e a articulação com a epistemologia são impactantes. Ele conclui que a psicologia social não seria uma disciplina derivada da psicologia. Mas, coerentemente com a posição e embasamento da construção social como leitura primordial para os fatos a nossa volta, diz que os processos sociais passam a ser entendidos como a natureza da própria construção do conhecimento. Tanto a psicologia social, como a psicologia em geral e a própria epistemologia, seriam derivadas destes processos sociais.

Portanto, como se deu a passagem de uma visão moderna para teorias e filosofias que embasam o pós-modernismo? Tanto Gergen (1982) quanto Anderson (2010) se baseiam no que o historiador da ciência, Thomas Kuhn (1992), em seu livro “As estruturas das revoluções científicas”, originalmente publicado em 1962, traz de reflexão sobre as mudanças de

paradigma que a ciência passou nos últimos séculos. Aliás, é o próprio Kuhn (1992) quem diz que seu modelo pode ser pensado para qualquer salto ou revolução em bases epistemológicas do conhecimento na ciência, que deram lugar a outras matrizes de pensamento.

De acordo com Anderson (2010), Kuhn (1992, org. 1962) sugere que a ciência se sustenta a partir de compromissos que estabelece na investigação do seu objeto, no tipo de linguagem que usa para descrevê-lo e identificá-lo e nos valores e crenças que a sustentam, e que estas são criadas e substituídas a medida que a própria ciência progride. Nessa direção, trabalha a ideia de paradigma que pode ser descrito aqui, grosso modo, como modelo que fundamenta as mudanças científicas. Essas mudanças são verdadeiros processos revolucionários, que se produzem depois de uma luta entre teorias contrárias. Nesta caminhada de criação e substituição, quatro estágios são citados pela autora sobre os dizeres de Thomas Kuhn: a primeira seria a pesquisa pré-paradigmática; a segunda o estabelecimento e consolidação da ciência; a terceira uma crise na linguagem, descrição e crenças; e, finalmente, a quarta, uma revolução, levando a ciência de volta ao seu “cotidiano”, modificada pelas novas normas e regras de inteligibilidade.

Para Vasconcellos (2002), os termos paradigma e epistemologia são e foram usados de várias maneiras diferentes ao longo da literatura especializada. A própria autora explicita a diversidade de sentidos que Thomas Kuhn também usou na sua obra ao falar de paradigmas e epistemologia da ciência. No pós-fácio do seu livro, o autor conta que uma leitora cuidadosa identificou mais de vinte e duas maneiras diferentes que ele mesmo usou para falar de paradigmas. Reconhecendo este uso confuso dos termos, o autor tratou de refletir e precisar melhor em que sentido os usava na segunda edição do seu livro.

Porém, qual a utilidade dos paradigmas? Estabelecer os parâmetros e referências do que são os problemas de um sociedade, comunidade e indivíduos, identificando caminhos e métodos possíveis para suas soluções (GERGEN, 1982; VASCONCELLOS, 2002; ANDERSON, 2010; KUHN, 1992). Acrescentaria que paradigmas são as bases, as lentes que nos permitem “ler” e reconhecer as diferenças na epistemologia da pós-modernidade e da modernidade a partir de três referenciais: realidade, interpretação e verdade.

Em seu estudo cuidadoso e amplo sobre paradigmas e epistemologia, Vasconcellos (2002) os aproxima, dando um significado comum para ambos os termos: apesar de vários autores os usarem de maneiras díspares e até mesmo contraditórias, a autora os reconhece sendo usados de maneira semelhante quando expressam um sentido de crenças e valores. Paradigmas e epistemologia teriam um sentido comum quando as pessoas e cientistas os usarem no sentido de descrever crenças e valores sobre uma determinada teoria e as práticas

subjacentes a ela. Para Vasconcellos, ainda a partir da obra citada acima, há uma recursividade entre paradigmas/epistemologias, teorias e práticas, que geram todo um entendimento sobre a maneira de entender o que é real, a forma de ler e interpretar fenômenos e de conceber/refletir sobre o que é verdade. Realidade, interpretação e verdade são parâmetros referenciais que podemos utilizar para discutir e gerar reflexões sobre as diferenças entre a epistemologia moderna e pós-moderna.

Assim, Kuhn (1992) identifica quatro etapas de desenvolvimento de um paradigma: surgimento, crescimento, permanência e decadência. Para Anderson (2010), no esquema de Kuhn, a ciência não tenta criar novos conhecimentos nem refletir sobre novos valores e crenças a partir e para seu atual paradigma. Pelo contrário, o paradigma teria como função básica manter seus pressupostos ativos e operantes “emoldurando” tudo a sua volta a partir de suas premissas. Quando uma destas premissas e pressupostos não consegue explicar e lidar “bem” com um fenômeno que não se “encaixa” (*fit* em inglês) nestas maneiras de ler e conceber problemas e soluções, Kuhn identifica e nomeia tais fenômenos de anomalias. Estas anomalias, por não corresponderem às expectativas e crenças da comunidade científica que enxergam e leem os fenômenos de seus interesses a partir do paradigma do qual estão inseridos, as identificam como incompatibilidades lógicas de acordo com o paradigma vigente. Aparentemente são “esquecidas ou descartadas”, até que:

Essas anomalias lançam a ciência normal em uma crise e, com o passar do tempo, o paradigma existente é subvertido. Surgem novas bases e acordos para prática da ciência; elas não agregam à ciência existente, e sim levam em outra direção. As revoluções científicas são processos complicados, demorados e difíceis (ANDERSON, 2010, p. 13).

Assim, ainda de acordo com Anderson (2010), o que definiria a mudança de paradigma para Thomas Kuhn é a força e a habilidade de pessoas que fazem parte da comunidade científica em convencer colegas e profissionais de que o novo modelo proposto tem melhores condições de analisar, definir e resolver os problemas evidenciados pelas “anomalias”. Neste processo de convencimento, um paradigma, em um primeiro momento, seria aceito, para depois começarem a testá-lo. Ou seja, primeiramente o novo paradigma seria aceito pela “fé” em suas promessas, e não em sua melhor capacidade de lidar e resolver os “novos” problemas sugeridos pelas “anomalias”.

A leitura que Gergen (1982) nos coloca da sequência proposta por Thomas Kuhn parece discordar em um ponto crucial: de que as anomalias aparecem imprevisível e espontaneamente no campo de regras de inteligibilidade de uma comunidade científica. Tanto

Anderson (2010) quanto Gergen (1982) concordam que tais anomalias surgem a partir do sentido da construção social. Novas maneiras de inteligibilidade vão sendo conversadas e negociadas dentro das comunidades, que discutem os fatos de uma determinada área, sendo socialmente negociados novos sentidos e significados para a observação dos fatos e soluções de problemas.

Assim, para ambos os autores, a criação de novos conhecimentos partem de processos sociais que modificam a própria realidade através das práticas de conversação-negociações. Ao se propor novas práticas discursivas, um novo núcleo de entendimento se torna possível de florescer, e as próprias práticas discursivas deste novo núcleo o ajudam a se estabelecer. É um processo recursivo.

Dito desta forma, a passagem do pensamento/paradigma/epistemologia moderna para a pós-moderna vieram de negociações e práticas discursivas das áreas da ciência, artes e filosofia. Contudo, para autores como Moscheta (2014, p. 36), esta passagem ainda é confusa e de difícil delineamento. De acordo com este autor, esta passagem é melhor caracterizada como um processo ainda “emergente e inconclusivo”.

Moscheta (2014) e Raseira e Japur (2007; 2005) identificam a pós-modernidade como um movimento científico, cultural, filosófico e artístico. Portanto, podemos reconhecer desde já uma importante característica do pensamento pós-moderno: sua multiplicidade de fontes que o nutrem. Não é meu objetivo neste momento explorar todos estes campos, mas sim privilegiar a mudança filosófica e científica.

Diante destas reflexões, o que diferencia o pensamento moderno do pós-moderno? E como vem acontecendo esta virada? Primeiramente, é importante tentar localizar e dar uma certa cronologia a cada um deles. Moscheta (2014) a partir de suas leituras de Ibañez (2002), Lypovetsky (2004) e Lyotard (1984) centraliza o início da modernidade por volta de 1.500. Também o localiza desta maneira a partir de um processo, onde comenta que os contornos para tal pensamento já estavam sendo delineados há mais tempo. No início, ainda sem muita força, mas com o tempo, se tornou um modo central de produção de conhecimento e distinção da verdade.

1.1 O Pensamento Moderno

O discurso da modernidade parece emergir de dois fatores principais: o primeiro advindo das novas tecnologias, e o segundo pela forte oposição ao discurso mítico-medieval instalado há muitos séculos pelos filósofos cristãos, principalmente, São Thomaz de Aquino e

Santo Agostinho (DOMINGUES, 1999; RENONES, 2008). Os impactos das tecnologias ajudaram muito na sustentação do discurso da razão. Por outro lado, foi a próprio treinamento e utilização deste discurso que possibilitaram a criação destas novas tecnologias.

Um dos exemplos que Moscheta (2014) nos instiga a pensar sobre uma das características do pensamento moderno, advindo do desenvolvimento de novas tecnologias, é relativo à criação e desenvolvimento do microscópio. Imaginar a virada e a ascensão do discurso da razão a partir deste episódio é bem ilustrativo. O impacto de se descobrir que a responsabilidade de inúmeras doenças era de pequenos seres invisíveis aos olhos (microrganismos) possibilitou uma mudança de entendimento sobre forças demoníacas que possuíam os corpos das pessoas ou arrasavam os alimentos plantados por povos e comunidades para punir ou castigá-los, para a observação de que tais efeitos eram causados por seres reais, precisos e observáveis.

Ou seja, a partir de várias novas explicações, também em diversas outras áreas, foi possível redimensionar o poder e o controle que as leis espirituais exerciam sobre as pessoas. A capacidade de raciocinar, e não a fé, prometeu uma liberdade de controle e poder sobre o mundo, sobre a natureza e de que todos os males também podiam ser controlados e eliminados. A razão prometia e “entregava” um sonho de desenvolvimento, esperança e progresso que nenhum deus conseguira, até então, fazê-lo.

Outra importante reflexão do autor, a partir de sua leitura do filósofo Pierre Levy (1993), é sobre outra tecnologia: a imprensa. Moscheta (2014) parece concordar com o filósofo de que esta foi a mais importante e impactante criação para que a era moderna pudesse se estabelecer como pensamento hegemônico.

Por quê? Mais uma vez, esta outra tecnologia possibilitou o contraste com o pensamento mítico-medieval:

Levy (1993) utiliza-se do conceito de tecnologias da inteligência para falar das produções tecnológicas que, em cada época, possibilitaram o desenvolvimento de novas formas de pensar e de se relacionar com o conhecimento (MOSCHETA, 2014, p. 30).

Assim, no período da modernidade, existe a possibilidade de uma amplitude impensável em períodos anteriores, de circularização e volume de informação. O acesso a informação não permanece dentro das bibliotecas nem mais nos mosteiros, passando a circular por uma parcela de pessoas muito maior. A importância deste passo tecnológico está na forma como a autoria de quem escreve passa a ser menos evidente através da intensa produção em série da informação. Para ambos os autores, este é um passo importantíssimo

para a construção de uma prática discursiva que chamam de “ideologia da representação”. O texto (ou o conhecimento) passa a ser o retrato fidedigno da apreensão correta que os autores possuem sobre a realidade. Autores, cientistas e todos nós “captamos”, desvelamos o que está dado na natureza e os traduzimos a partir do que observamos.

O mesmo acontece na ciência. O pesquisador passa a ser alguém que retrata melhor o mundo como ele é. E como isso é possível? Pelo exercício da razão, que apreenderá a realidade exatamente como ela é. Por isso o termo representação. As descrições racionais, que passam a ser o melhor método para descrever a realidade, são a representação fidedigna da natureza. O conhecimento científico passa a ser o que melhor representa a realidade e “desvela” a verdade.

E como esta representação da realidade, que está fora do observador sagaz, será comunicada-partilhada? Através de uma linguagem precisa e neutra. Quanto mais neutra e clara, melhor instrumentalizada é a linguagem a favor da representação do que está sendo transmitido. Assim, certifica-se, para a ciência moderna, de que não há misturas entre o que está sendo transmitido de forma fidedigna com a realidade e as motivações internas do pesquisador.

Isso também ocorre para outro autor, que se intitula socioconstrucionista, Tomaz Ibañez (1994). O que caracteriza o pensamento moderno, para ele, são quatro crenças que marcam posturas e ações em nossa cultura contemporânea. A primeira é a crença na separação do sujeito e objeto. A segunda seria a concepção de que existe uma correspondência perfeita entre o conhecimento e a realidade. A terceira advoga de que há uma verdade a ser alcançada. E, finalmente, de que o cérebro é a morada do conhecimento e do pensamento. Farei uma breve reflexão usando dos referenciais antes citados – verdade, interpretação e realidade – sobre os quatro mitos que sustentam o pensamento moderno de acordo com Ibañez (1994).

Na primeira crença da modernidade, sobre a separação sujeito-objeto, o autor nos pede para evitarmos a tentação de compreendermos um suposto conhecimento vindo do sujeito que interpreta, ou, sendo revelado pela própria natureza do objeto. A ressalva é de que o próprio sujeito e o próprio objeto também não sejam considerados como inatos, como reais, como pré-existentes.

Dentro da tradição moderna existe um objeto independente do observador, que o interpretará de forma precisa, de acordo com o que lhe foi ensinado sobre tal objeto, buscando uma concepção exata, no qual entenderemos como a mais verdadeira. Para Ibañez (1994) e Gergen (1985), a gama de indivíduos ou a comunidade científica que acreditam radicalmente na interpretação da realidade advinda do sujeito que a observa e a “desvela”, são chamados de

idealistas ou racionalistas. O rótulo ou nome parece falar por si: são as idéias e o raciocínio dos seres humanos que captam e traduzem a realidade. Portanto, para esta tradição, existe uma verdade a ser apreendida e a interpretação se dá no manuseio adequado das ideias e da razão.

No lado oposto, no outro polo, há uma gama de indivíduos e comunidade científica, chamados de empiristas ou realistas, que acreditam na realidade do objeto e do mundo. Esta (a realidade) é externa ao sujeito, não dependente dele, ontológica e antecedente (ou seja, já existia antes do sujeito conhecê-la), de características estáveis e absolutas (todos a observam da mesma maneira) e inquestionável. O objeto e as coisas na natureza são determinantes para como o conhecimento se desenvolverá. A ideia é a de reduzir possíveis errôneas divergências ou discordâncias sobre a natureza das coisas. Outra ideia implícita é a concepção de realidade existindo independentemente de nossas observações, além de sustentar que o conhecimento, já que existe uma realidade a ser apreendida, deve representar uma correspondência com a realidade (para ser verdadeiro).

Estes dois polos se “vangloriam” de possuírem a fórmula para interpretar como o conhecimento pode e é construído. No polo idealista ou racional, temos em Kant um dos seus primeiros representantes mais famosos, que utilizou das categorias de entendimento como forma de interpretação da realidade (IBAÑEZ, 1994; GRANDESSO, 2011). No lado oposto, dos empiristas ou realistas, temos Descartes como seu principal expoente, categorizando um método de raciocínio onde se centraliza a busca do conhecimento na separação, em partes dos objetos, para entendê-los em sua essência (VASCONCELLOS, 2002; DOMINGUES, 1999).

Talvez, um dos principais problemas dos dois polos, é acreditar que o ponto de partida do qual iniciam sua trajetória de raciocínio (sujeito ou objeto) são reais, são dados e advindos da natureza. É outra crítica que Ibañez (1994) e Gergen (2010) fazem. Pontuam que, toda vez que acreditarmos no caráter de essência ou de natural, podemos ofuscar a construção da realidade como sócio-histórica e contingencial. Em outras palavras, tanto sujeito quanto objeto não possuem um caráter de natureza, original, puros, objetos pré-existentes a nós. Conhecimento, sujeito e realidade (objetos) são entidades dependentes um do outro e a leitura de um depende da dos outros dois. São constructos sócio-históricos mutáveis.

Na segunda crença, Ibañez (1994) nos convida a duvidar de um conhecimento que seja o mais adequado para descrever a realidade. Para ele este mito versa sobre uma correspondência entre o conhecimento e a realidade. Questiona que conhecimento, nesta tradição, nos leva a acreditar que quanto mais o temos, melhor nossa apreensão da realidade. Parece ficar evidente que na modernidade, há uma realidade a ser desvelada e fundante, ou seja, única. Em termos de interpretação, temos que descobrir a única e melhor forma de

interpretá-la (a realidade) e a verdade parece ser um critério decisório sobre ambas (interpretação e o real).

Na modernidade, quem se encarregou de tal tarefa, foi a ciência e o positivismo, como seu representante maior. Ambos “intitularam-se” como um tipo de conhecimento que melhor reflete adequadamente a realidade. Conhecimento científico e representação da realidade tornaram-se sinônimos. A crença, também está arraigada, na realidade da realidade. A ciência se propôs a traduzi-la, através de números e fórmulas matemáticas, pela crença especial de que há uma realidade externa a ser “lida” e interpretada (VASCONCELLOS, 2002; DOMINGUES, 1999).

A terceira crença da modernidade, de acordo com Ibañez (1994), de que existe uma, a verdade, serviria para relativismos não nos confundirem nas nossas buscas por decisões e não caíssemos em descrenças de verdades contingenciais. Em termos de verdade, interpretação e realidade, todas parecem ter como premissa o reducionismo. A busca por uma verdade mais real que outras a partir de uma interpretação mais realística, que reduz a realidade de outras possíveis verdades ou interpretações. Talvez, um dos valores desta crença seja o controle de pensamentos e discursos mais aceitos e a marginalização de outros. A razão e a ciência foram os discursos escolhidos como verdadeiros para legitimar muitas das práticas, pensamentos, ações, motivações, desejos e, principalmente, questionamentos na modernidade. Muitos destes foram validados e estimulados por estarem dentro do critério de inteligibilidade da ciência, enquanto outros, muitas vezes, nem conseguiram ser formulados.

No pensamento moderno, a verdade adquiriu uma característica absolutista e transcendente. De acordo com Ibañez (1994, p. 45), principalmente porque sendo, universal e absoluta, impede-se de ser governada e formulada a partir de contingências relativas a um dado momento de um grupo e subordinada a desejos, expectativas e motivações individuais. Por isso, esta característica de transcendência: para que a verdade não seja dependente das pessoas, e por isso, volúvel: “estará na mão de deus, da realidade, da ciência e das leis do universo”.

A quarta e última grande crença da modernidade, colocada pelo autor, diz respeito ao cérebro como o grande responsável pelo conhecimento e o pensamento. Este mito sustenta a crença de que o cérebro, a partir de suas funções inatas, capta a realidade das coisas e objetos e, assim, temos a representação tanto da realidade, quanto do conhecimento, dentro de nós de forma representativa/fidedigna com o real (especular). O indivíduo passa a ser o centro e a fonte de interpretação da realidade.

Uma das razões para esta crença é a confusão que fazemos ao essencializar os

processos cognitivos. Outra é a diferença de existir algo que sirva de condição para outra existir e de que este algo produza este outro. Ibañez (1994) exemplifica muito bem esta diferença: de precisarmos de um cérebro como uma das condições para pensarmos, e outra, do cérebro ser a causa e local do pensamento. Ele acredita que tal confusão venha justamente da falta de pensamento quando danos no cérebro, em partes essenciais a ele, ocorrem.

Ele acrescenta ainda que a focalização no cérebro minimiza em grande parte a participação das práticas discursivas na produção do pensamento e do conhecimento. As práticas discursivas e os processos sociais, nesta concepção do cérebro ser o grande processador do pensamento e do conhecimento, podem até mudar ao longo da história, mas este os continua processando e organizando.

E se fosse o contrário? E se, com as mudanças das práticas discursivas e da produção social do conhecimento, estas modificassem o tipo de funcionamento e organização de processamento da informação no cérebro? Esta parece ser a aposta de Ibanez (1994), quando coloca nas tecnologias da informação, como a escrita, a imprensa e a informática, algumas das mais importantes tecnologias que mudaram a forma de produzirmos conhecimento e pensamento.

Cada uma destas quatro características aponta para os pilares do pensamento moderno: o mundo objetivo como uma realidade existente *a priori* a ser apreendida; onde a dualidade sujeito ou objeto permanece “pendular” dependendo da escola ou abordagem; através de cientistas/especialistas que interpretam e traduzem o conhecimento de uma maneira “correta”, clara e autêntica, hierarquizando os tipos de conhecimento; a partir do critério reducionista de uma verdade transcendente a nós.

Portanto, o pensamento moderno, visto desta maneira, pode ser considerado como uma tradição filosófica ocidental que coloca o ser humano como dominador e centro da natureza, além de lidar com o conhecimento de forma objetiva, dualística, hierárquica e verdadeira (GRANDESSO, 2011; ANDERSON, 2010; IÑIGUEZ, 2003; GUANAES e JAPUR, 2003).

1.2 A Pós-Modernidade

Como foi possível iniciar uma mudança epistemológica? Vasconcellos (2002) nos apresenta um quadro de referência sobre o percurso de mudanças na maneira de organizarmos o conhecimento. A autora nomeia de “saltos qualitativos” o novo movimento de organização do conhecimento que de tempos em tempos ocorreu ao longo da nossa história.

O primeiro movimento ocorreu com a mudança do mito para a descoberta e exercício

da razão com os pré-socráticos (Thales, Anaximandro e Anaxímenes); o segundo quando Sócrates, Platão e Aristóteles diferenciam a *episteme* (a razão) da *doxa* (opinião) e a busca pela verdade; o terceiro se deu com a ascensão do pensamento cartesiano originando a separação entre a ciência e a filosofia (até então eram consideradas como iguais); chegando ao quarto momento, onde Augusto Comte (1798-1857), através de critérios que o levaram a estabelecer a “Lei dos Três Estágios”, organiza e realiza outra separação: as ciências positivas ou *hard sciences* e as ciências humanas ou *soft sciences* (VASCONCELLOS, 2002).

Este enorme resumo aqui empreendido de todo o percurso que a autora fez em seu trabalho tem o intuito de refletir sobre os domínios linguísticos. Vasconcellos (2002) descreve domínios linguísticos como significados compartilhados por uma comunidade onde apenas dentro destas o entendimento faz sentido. São lógicas de sentido de como organizar o conhecimento. Vasconcellos argumenta:

Ele ressalta que existem tantos domínios explicativos quanto critérios de aceitabilidade para diferentes explicações e que cada domínio de explicações corresponde um domínio de ações que um dado observador considera legítimas, por ter preferido as premissas básicas que constituem esse domínio. Portanto, cada domínio explicativo gera um domínio de coerências operacionais na práxis do viver daqueles que elegeram operar nesse domínio (VASCONCELLOS, 2002, p. 17-18).

Utilizo o quadro da autora para a distinção do caminho que farei neste imenso percurso das mudanças epistemológicas. São vários os domínios linguísticos, como por exemplo, o domínio linguístico da ciência, da religião, das artes, da filosofia. Quando Augusto Comte realiza a separação das ciências positivas das ciências humanas, o faz exaltando o primeiro campo como completo nos critérios e recursos para a pesquisa do real e dos fatos, dizendo que no segundo campo, o das ciências humanas, alguns desses critérios de pesquisa eram imprecisos e de difícil aplicabilidade (VASCONCELLOS, 2002; DOMINGUES, 1999).

Talvez este fora um dos motivos pelo qual as ciências humanas tentassem transportar a aplicação e a explicação do domínio linguístico das ciências positivas para seu campo. Outro motivo foi o imenso sucesso, em um primeiro momento, da aplicabilidade das teorias e dos conceitos advindos das áreas da biologia, física, matemática e química (que foram consideradas como *hard sciences*).

Vasconcellos (2002) realiza uma ampla e importante reflexão sobre as mudanças epistemológicas a partir do domínio linguístico da própria ciência, não sendo meu intuito percorrer este mesmo caminho. Quero apenas enfatizar que as revoluções sobre as mudanças

epistemológicas ocorreram em ambos os domínios linguísticos: no domínio linguístico da ciência e no domínio linguístico da filosofia e ciências humanas.

Assim, uma das principais reflexões da pós-modernidade foi a crítica sobre a aplicabilidade dos modelos e pressupostos explicativos das ciências positivas ao campo das ciências humanas:

Ambos questionam a aplicação da explicação científica natural e física tradicional a análise dos sistemas humanos e sugerem que o “pré-entendimento” inerente a essas explicações não deixa adequadamente espaço para essas complexidades humanas (ANDERSON, 2010, p. 32).

Grandesso (2011) localiza em Kant, primeiramente, e depois em Shopenhauer, Nietzsche e Heidegger, os primeiros (a partir do domínio linguístico das ciências humanas e filosofia) opositoristas sobre a prática discursiva da modernidade. Todos questionam a objetividade de um mundo real e a possibilidade das apreensões cognitivas dos sujeitos serem representações fiéis e fidedignas de um mundo *apriorístico*, além de refutarem qualquer possibilidade de desengajar o sujeito cognoscente de seu objeto.

No domínio linguístico das ciências humanas e da filosofia, vários são os autores que foram considerados como precursores desta mudança. Tanto Grandesso (2011) quanto Moscheta (2014) localizam o movimento pós-moderno advindo de pensadores e autores da área das ciências humanas a partir da metade do século XX. Um movimento bastante recente e, portanto, em plena construção.

Grandesso (2011) destaca os autores Baudrillard, Derrida, Foucault e Lyotard como os precursores desta mudança epistemológica. Já Moscheta (2014) cita outros dois autores, a partir de sua leitura de Ibañez (2002), que fariam parte desta lista de precursores: Ferdinand Saussure e Richard Rorty (além de Michel Foucault e Jaques Derrida já citados). Já Anderson (2010) associa o pensamento pós-moderno aos autores: Mikhail Bakhtin, Jacques Derrida, Michel Foucault, Jean-François Lyotard, Richard Rorty, Ludwig Wittgenstein, Hans-George Gadamer, Gregory Bateson, Harold Garfinkle, Merleau-Ponty e Lev Vygotsky.

Contudo, uma distinção importante é a diferença entre pós-modernidade e pós-modernismo. De acordo com Rasera e Japur (2004) e Grandesso (2011), a partir da sua leitura de Mingers (1995), a pós-modernidade refere-se ao período pós-industrial. Portanto uma marcação econômica e social das relações de trabalho. Já o pós-modernismo apresenta duas vertentes: uma ligada às reflexões estéticas, urbanísticas e do campo da arte em geral; e outro eixo que trabalha especificamente com as mudanças epistemológicas do campo, onde os autores acima fazem parte desta crítica ao modernismo e da construção de pressupostos

epistemológicos da pós-modernidade. Uso pós-modernidade e pós-modernismo como sinônimos porque me referirei aos dois termos como uma mudança de paradigma, como epistemologia.

Anderson (2011) sugere que a pós-modernidade é um movimento filosófico que abarca diversas premissas abstratas, onde a palavra ‘pós-moderno’ seria uma espécie de “guadachuva” que abrigaria vários autores que foram contra a perspectiva moderna de um indivíduo autônomo que é responsável sozinho pela construção do/e de seu próprio conhecimento. A autora localiza nas teorias da construção social, nas teorias hermenêuticas e nas teorias dialógicas e narrativas os suportes teóricos que vários autores, como por exemplo, Berger e Luckman, Gergen, Hacking, McNamee, Sampson, Shotter e Harre (entre outros), utilizaram para questionar as bases epistemológicas da modernidade e construir novas visões e maneiras de conceber o conhecimento e a linguagem.

Moscheta (2014) utiliza o termo opção discursiva para mostrar como cada autor destaca e elege alguns eixos centrais ou/e outros autores para descrever, nas suas perspectivas, as mudanças de pensamento que ajudaram na construção das premissas da pós-modernidade como um movimento e para dizer da passagem da modernidade para a pós-modernidade.

Com isto, quero reforçar meu argumento de que a delimitação do início da pós-modernidade e dos seus principais autores é um artifício retórico de quem conta a história de como passamos de um momento para o outro... passamos? Gergen (1997), por exemplo, prefere destacar três modalidades de crítica que contribuem com esta passagem: crítica ideológica, literária e social. Ibañez (2002) opta por apresentar autores-chave como Saussure, Foucault e Rorty (MOSCHETA, 2014, p. 37).

Moscheta (2014) destaca o poder e a linguagem como eixos centrais para entender esta passagem da modernidade para a pós-modernidade. Outros autores como Anderson (2010, 2011) Guanaes e Japur (2003; 2005), Rasera, Guanaes e Japur (2004), Rasera e Guanaes (2010) e o próprio Moscheta (2012), em um artigo anterior, também acrescentam o papel da discussão sobre a **identidade**, o **conhecimento**, a **verdade** e a **história** como eixos também fundamentais para o reconhecimento da pós-modernidade como uma nova prática discursiva. Aliás, os autores citados acima consideram tanto as teorias da modernidade, como a própria ciência, uma prática discursiva.

Anderson (2011) destaca que este conjunto de pensamentos filosóficos e as teorias citadas acima desafiaram algumas das principais premissas da modernidade. Alguns questionamentos partiram de reflexões sobre algumas destas premissas, principalmente em torno da organização do conhecimento: este (o conhecimento) ser fundante e permanente; ser

centralizado e hierárquico (de cima para baixo); ser originário e formulado por uma “mente” individualizada; ser descoberto ou desvelado como uma “verdade-raiz”, sendo, portanto, fixo; e que a linguagem transmite o que representa do mundo, produzindo significados relativamente estáveis.

Assim, a autora discute alguns pré-entendimentos que chama de “premissas-guia”, que acredita serem bases para as teorias e posicionamentos filosóficos pós-modernos. São eles: 1. Metanarrativas e conhecimentos não são fundamentais nem definitivos; 2. A generalização dos discursos dominantes, metanarrativas e verdades universais é tentadora e arriscada; 3. O conhecimento e a linguagem são considerados processos sociais interativos e crativos; 4. Privilegiar o conhecimento local; 5. O conhecimento e a linguagem são inerentemente transformadores e; 6. O *self* é um conceito dialógico relacional. Cada uma dessas premissas será melhor explicada a seguir.

Na primeira “premissa-guia” Anderson (2011) coloca que somos socializados a partir de conhecimentos e tradições nas quais muitas vezes aceitamos como verdades sem refletir ou desenvolver um pensamento crítico e complexo sobre elas. Destaca que Lyotard (1984) chamou estes tipos de conhecimento de *grand narratives* (grandes narrativas ou metanarrativas) e que estas podem funcionar como regras que camuflam discursos de dominação, exploração e mistificação. Aliás, destaca que o próprio Foucault (1972) realizou amplos estudos sobre a dimensão do poder, ocultos mas implícitos, na nossa linguagem, na maneira de discursar, conversar, nos relacionamentos e nas próprias palavras. Ressalta ainda que, para não cairmos na tentação de dicotomizar o conhecimento, separá-lo entre melhor e pior, bom e mau, útil ou descartável, deveríamos refletir sobre a utilidade deste, refletindo crítica e ceticamente sobre qualquer discurso que pretenda-se colocar no pedestal de verdade absoluta.

Na segunda, a autora nos convida a refletir sobre nossas procuras por regularidades e padrões, consequência de termos aprendido a acreditar e eleger as metanarrativas como verdades e guias de como conhecemos a realidade, as pessoas e os nossos relacionamentos. Ela distingue entre dois importantes movimentos: o movimento deliberado e o intencional. Repetir aceticamente algumas verdades aprendidas socialmente, sem o exercício diário de reflexão sobre elas, é não perceber a intencionalidade que nos foi ensinada de que exercitamos apreender, enxergar e valorizar as regularidades, padrões e repetições, ao invés das singularidades, do excepcional e do novo nas situações ou problemas. Aprender estas premissas universais nos leva a generalizarmos, nas palavras da autora, povos, culturas, situações e problemas, sem percebermos a intencionalidade por trás desta maneira de “ver”. O

perigo está na “cara”: o extraordinário, a diferença, o novo e o singular de cada situação, pessoa, relacionamento e contexto perdem a importância, força e relevância nas práticas discursivas: “A familiaridade nos dá a tentação de encontrar aquilo que pensamos que sabemos, e arrogantemente preencher as lacunas, e então ir em frente assentado nessa base” (ANDERSON 2011, p. 40).

Na terceira “premissa-guia” Anderson (2011) faz uma importante articulação entre conhecimento e linguagem. Ressalta que os dois termos são usados por todos os autores pós-modernos como processos sociais, culturais, históricos e comunitários, e que todos os distinguem como dois pressupostos importantíssimos na marcação da diferença entre o pensamento pós-moderno e o pensamento moderno. Para ela os dois, por serem processos sociais, são relacionais, uma construção que se dá no “entre”. Sugere que o conhecimento e a linguagem são produtos de processos interativos e das interpretações que realizamos nesta interação. O processo de construção da realidade, e do próprio conhecimento sendo uma maneira de interpretar/compreender a realidade, já foi bastante discutido e explorado acima. Porém, o da linguagem, não parece ser tão óbvio assim. Dizer que a linguagem, na perspectiva pós-moderna, é ativa e criativa, e não representacional e estática, como a autora o coloca, é redimensionar a linguagem a um *status* de forma e uso. Como Gergen (2010) também afirma, as palavras e a linguagem são formas de dimensionar possíveis ações e ocultar e inibir outras. Esse autor também afirma que toda palavra, conversa ou discurso tem potenciais de ação, que são atualizados, inibidos ou potencializados a partir da suplementação do outro (ou outros) que está participando da conversação. Ou seja, a compreensão das palavras e possíveis expectativas, desejos, movimentos e ações das pessoas dependerão ativamente de como cada polo da conversa está se disponibilizando, posicionando e suplementando a conversação. Como Anderson (2011, p. 41) sugere, é uma ação em conjunto, de criação: “Bakhtin sugeriu que nenhuma elocução em geral pode ser atribuída exclusivamente àquele que a emite; é produto da interação dos interlocutores e, de forma mais ampla, produto de toda a complexa situação social na qual ocorreu”.

A quarta “premissa-guia” explica a importância do conhecimento local e, que estes, funcionam quase como uma denúncia contra a hierarquização e dicotomização dos conhecimentos. A autora argumenta que os conhecimentos locais, advindo das experiências das pessoas no seu dia a dia, de suas compreensões únicas e não randomizadas, e das próprias comunidades a qual pertencem, são redutos de resistência contra as universalizações e absolutismos das metanarrativas. A maneira como as pessoas singularmente criarão compreensões sobre os eventos diários que as circundam estará sempre em diálogo com as

metarrativas. É deste campo de tensão, retóricas e negociações que, para os pensadores pós-modernos, reside o trabalho de acompanhamento e reflexões críticas constantes: para diluir e evitar as cristalizações e desqualificações que as metarrativas tendem a exercer sobre os conhecimentos singulares e únicos das experiências comunitárias.

Na quinta “premissa-guia”, Anderson (2011) diz como conhecimento e linguagem são generativos. Como conhecimento e linguagem são inerentemente relacionais (dentro dos pressupostos pós-modernos) estão constantemente mudando a partir e na conversação entre as pessoas. Outra característica é a valorização e busca do singular e do diferente, que o olhar pós-moderno privilegia nos diálogos e relacionamentos. Visa buscar e criar processos de negociação, através da diferença-singular, onde se acredita que neste terreno, exista uma maior possibilidade de expansão das múltiplas compreensões. O enunciado desta prática discursiva é incentivar/criar valores que respeitem as múltiplas vozes sobre assuntos diversos. Esta maneira de entender pode facilitar nossas tentativas de interpretação e compreensão das falas de alguém através de processos não dualísticos e hierárquicos. Por isso, para os autores pós-modernos, linguagem e conhecimento se tornam inerentemente transformadores quando usados desta maneira.

E, por último, a idéia do *self* dialógico. Talvez a ideia mais impactante das premissas pós-modernas em torno do *self* é a argumentação de que há uma visão alternativa às ideias dualísticas de “dentro-fora”, “interior-exterior”, “indivíduo-relacionamento”, proposta pelas teorias modernas de nomear as maneiras de perceber a identidade ou personalidade. Nesta visão de identidade a coesão e a estabilidade da personalidade, caráter ou *persona* de alguém é substituída por um olhar relacional, onde múltiplas vozes nos conectam nas relações a partir e através da linguagem. Uma identidade, personalidade ou *self* que surge e se sustenta na coordenação de ações entre duas pessoas, sendo impossível separá-las em polos de uma relação. Ou ainda, uma identidade móvel e fluída que surge nos processos de conversação entre pessoas. Portanto, a partir desta diferenciação entre as premissas e características do pensamento moderno e pós-moderno, passo a refletir no próximo capítulo sobre como e porque o construcionismo social é reconhecido como um dos representantes do pensamento pós-moderno, sua aplicabilidade no campo da psicoterapia e a revolução que este causa nas maneiras de conceber o lugar do terapeuta, o processo de mudança, sua visão do que vem a ser mudança, além do que seriam as metas de trabalho no campo de atuação da psicoterapia.

2 CONSTRUCIONISMO SOCIAL: UM BREVE HISTÓRICO DE SUA ORGANIZAÇÃO COMO CONHECIMENTO

Falar do Construcionismo Social é constatar um longo percurso de mudanças nas bases do conhecimento e, principalmente, na forma de construí-lo (ANDERSON, 2010; GRANDESSO, 2011; GERGEN, 1973, 1985; RAPIZO, 2013; RASERA e JAPUR, 2005; RASERA e GUANAES, 2010; GUANAES e MATTOS, 2011). De acordo com alguns autores, o surgimento do construcionismo social na psicologia associa-se a publicação do artigo *Social Psychology as History*, de Kenneth Gergen (RASERA, 2007; RASERA e JAPUR, 2005; IÑIGUEZ, 2003). Este artigo foi publicado em 1973, inaugurando o movimento e levando algumas ideias construcionistas à psicologia.

Contudo, é o próprio autor, Kenneth Jay Gergen, quem discorda desta cronologia e afirma que a idéia do construcionismo social está inserida no contexto de desenvolvimento da própria ciência. Gergen (2010; 1985; 1982) afirma que o surgimento do construcionismo foi uma construção de um conjunto de ideias, que partiram de diferentes áreas do conhecimento, como forma alternativa as premissas epistemológicas da ciência moderna.

Este conjunto de idéias foi pautado por três críticas ao fazer científico que, tinham como principal ponto de discordância, a posse do conhecimento pelo indivíduo, ou seja, o sujeito como ponto de partida de quem gera o conhecimento. Estas três críticas foram: a crítica social, a crítica ideológica e a crítica retórico-literária.

A crítica social está associada a Marx, Weber, Scheler e Karl Mannheim. Estes autores, segundo Rasera (2007) e Rasera e Japur (2005), associam o conhecimento como uma produção indissociável da história e da cultura. Estavam preocupados com a gênese social do pensamento científico e como os processos micro-sociais, as práticas discursivas de auto-legitimação e a influência do grupo em como os dados são interpretados influenciavam radicalmente a construção do fato científico. A função legitimadora da audiência sobre o que se interpreta e observa passou a ser de importantíssima relevância para a construção de teorias e conclusões sobre determinado fato ou fenômeno. A longa tradição cartesiana de separação do sujeito-objeto começou a ser questionada a partir desta crítica social, além da própria ideia de representação dos objetos. Se fatos científicos e objetos são constructos advindos de como uma comunidade autolegitima as seleções e interpretações de dados, podemos concluir que a própria ideia de realidade pré-estabelecida e esperando ser capturada passa a ser questionada.

Um pequeno exemplo pode ilustrar uma primeira reflexão. Primeira cena: quando penso na produção do conhecimento psicanalítico do começo do século passado, lembro-me

dos relatos de encontros em cafés vienenses, entre homens heterossexuais, brancos e burgueses, todos bem vestidos, discutindo os meandros e extensões dos conceitos psicanalíticos e suas vicissitudes. Segunda cena: Jacob Levy Moreno, pai da teoria sacionômica (mais conhecida como psicodrama) dizia que abominava encontros em cafés ou bares para conversar e discutir sobre teorias e práticas existencialistas, porque achava que tais práticas deveriam ser feitas nas ruas, com as pessoas, com o público que participava desta co-construção e empreendimento, já que tais práticas já eram a discussão sobre a existência.

São dois modos de se reunir, conversar e debater que levantam boas reflexões sobre: Quem são os eleitos que procuramos para legitimar nossas ideias e teorias? Grupos homogêneos ou heterogêneos fazem diferença na construção de fatos científicos? Grupos influenciam o crescimento e desenvolvimento de ideias? Como influenciam sobre a construção dos principais pilares de uma teoria?

Claramente, notamos a ausência total de mulheres ou outras categorias de “excluídos” nas rodas vienenses psicanalíticas no âmago da sua gênese. Como esta ausência influenciou a busca, descrições e criação de olhares sobre o objeto de estudo? Em contraste, a teoria sacionômica foi co-construída por múltiplas vozes, inclusive tendo muitas mulheres como co-autoras de Moreno em muitas das suas inovações teóricas. As mesmas perguntas acima podem ser feitas para a crítica reflexiva sobre os principais vieses e interesses da teoria sacionômica de Moreno. Estas críticas-reflexões se parecem muito com as críticas dos movimentos feministas, quando muitas autoras passam a refletir sobre a produção científica de gênero, e descobrem uma infinidade de sabres construídos sobre as mulheres advindas de olhares masculinos. E mais, advindo de olhares masculinos que ocupavam situações sócio-econômicas semelhantes: aristocratas, burgueses, classes sócio-econômicas sempre mais abastadas e, pouquíssimo, ou quase nulo, vozes de classes sócio-econômicas pobres, de mulheres negras, feministas, trans... . Notamos, a partir da crítica social, como grupos e processos de auto-legitimação influenciam e co-constroem conjuntamente teorias sobre seus objetos de estudos.

A crítica ideológica está vinculada a teoria crítica da escola de Frankfurt. De acordo com Raser (2007, p. 20): “Ela busca explicitar os vieses presentes na construção de determinadas teorias, decorrentes de seu compromisso com grupos sociais específicos.” Um dos pressupostos mais fortes da teoria crítica é a reafirmação da impossibilidade de neutralidade na produção de fatos científicos e, portanto, a falsa pretensão de apreender objetivamente os dados do mundo. Contudo, sua maior contribuição foi “escancarar” os valores que edificam as dinâmicas internas das premissas que constituem uma teoria.

É que a concepção tradicional da teoria é tirada por abstração da atividade científica, tal como ela se realiza a um determinado nível, no quadro da divisão do trabalho. Ela revela assim a falsa consciência da autonomia do trabalho científico em relação ao resto da vida social (ASSOUN, 1989, p. 40).

Continuando com outro exemplo sobre os movimentos feministas e as teorias de gênero, podemos refletir sobre como a observação dos valores ajuda na desnaturalização das desigualdades de gênero. Categorias estanques e a naturalização de características e habilidades são facilmente questionadas a partir da observação de ideologias criadas e mantidas através de discursos e práticas sociais. Questões como a “heteronormatividade” e a desigualdade de direitos são facilmente observados quando procuramos pelas ideologias.

A crítica retórico-literária expõe dois movimentos. A investigação retórica se preocupa com os meios como as descrições científicas são feitas em seu processo de **negociação, persuasão, convencimento e legitimação**. A crítica retórica desloca a investigação do objeto para os meios da sua apresentação através dos jogos de negociação da “verdade” que acontecem nas conversações humanas.

Ao deslocarmos os jogos de poder para a linguagem, para as práticas conversacionais de legitimação, retórica, negociação e convencimento, podemos pensar em um estado democrático que almeje o dissenso. Não procuraríamos por sínteses e fechamentos. Os autores propõem que este espaço democrático se constituiria no dissenso, pois tais processos conversacionais seriam práticas aceitas a partir do entendimento de que a crítica retórica rejeita a possibilidade de conhecimentos universais e absolutos. Imaginemos, por exemplo, a extensão desta premissa nos processos identitários. Estaríamos negociando constantemente nossas práticas sexuais, nossos desejos, nossas vontades e expectativas sobre nossos corpos e de quem gostaríamos de nos tornar. Principalmente, estaríamos constantemente negociando novas formas de nomear quem somos, quem fomos e quem seremos. Seríamos processos conversacionais em constante negociação de quem “estamos” no momento (em radical oposição a quem somos). A crítica é extensa e profunda, porque de acordo com a crítica retórico-literária, o sexo, as pessoas e a sexualidade passariam a ser entendidos como práticas discursivas.

Já a crítica literária argumenta que as descrições e explicações científicas não estão imunes às regras de apresentação literária e, portanto, estão submetidas aos processos de descrição. Isso implica dizer que as explicações científicas perdem seu *status* ontológico e sua independência do processo descritivo sobre o objeto de estudo.

Gergen (2010) descreve que a feminista Emily Martin, médica e antropóloga, relata um poderoso exemplo a respeito do poder das descrições, de como estas criam realidades

diferentes. O exemplo decorre dos estudos médicos sobre fertilidade humana. A descrição habitual de fertilização, de acordo com a autora, segue um padrão de mostrar um bando de espermatozóides, competidores entre si, ativos e esforçados, na luta de chegarem a um óvulo que está, passivamente, esperando por eles, e que é penetrado pelo(s) mais forte(s) que ativamente finaliza seu trabalho de conquistar seu objetivo. Várias características ideológicas são facilmente observadas neste exemplo. Atividade, força, competitividade e objetivos associados ao masculino. Por outro lado, passividade, entrega e uma postura indefesa estão associadas ao feminino. O autor ressalta que esta maneira de contar a história cria todas as possibilidades de entendimento e associações destas características, como descritas acima, sobre o feminino e o masculino.

Como seriam tais características se as descrições fossem de outra forma? Nas palavras do autor:

Quando assistimos um vídeo sobre o processo de fertilização, vemos virtualmente o esperma ativo penetrar no óvulo passivo. Mas será mesmo assim? Emily Martin indaga o que veríamos se nossa história retratasse o exótico Óvulo-Sereia que atrai os incautos e indefesos espermatozoides para seu esconderijo. Enquanto o Óvulo-Sereia os atrai em sua direção, seleciona um dos espermatozoides e destrói os outros. Neste caso, o óvulo se transforma na força dominante e nossa visão do que ocorreu no vídeo muda completamente (GERGEN, 2010, p. 37).

São a partir destas críticas que Gergen (1985; 1997) sugere que o construcionismo social teve todo seu campo fértil para florescer:

Assim, estas três críticas redimensionam as teorias científicas, explicitando seu caráter comprometido, sua determinação histórico-cultural e enfraquecendo uma visão da ciência como descrevendo objetiva e apuradamente a realidade, na qual a linguagem é sustentadora da verdade. É no bojo do pensamento pautado por estas críticas que emerge o construcionismo (RASERA, 2007, p. 21).

Grandesso (2009) ainda acrescenta que filósofos como Michael Foucault, Jaques Derrida e Ludwig Wittgenstein construíram um fundo narrativo para que a terapia narrativa, a terapia colaborativa e o pensamento construtivista e construcionista social, respectivamente, tivessem todo o seu florescer no campo da terapia familiar. A esta lista de eminentes pensadores, a autora acrescenta o hermenêuta Hans Georg Gadamer, que influenciou tanto as ideias construcionistas como a terapia colaborativa, e os cientistas Prigogine, Humberto Maturana, Von Foerster e Von Glasersfeld, que serviram de suporte para a passagem da cibernética de primeira ordem para a segunda, sustentando as ideias construtivistas no campo da terapia familiar.

Portanto, todo um conjunto de movimentos, em diferentes áreas do conhecimento, contribuiu para o surgimento de novas formas inteligíveis de olhar para os métodos e premissas de fazer ciência e organização do conhecimento. Neste contexto efervescente, de múltiplos olhares, surge o construcionismo social.

2.1 Premissas ou Pressupostos

Então, o que caracteriza o pensamento construcionista social? O conjunto de ideias dos autores que se denominam construcionistas sociais é amplo e diverso (GERGEN, 1985; 2010). Contudo, a partir da reflexão dos trabalhos de autores como Burr, Nightingale & Cromby e do próprio Gergen, Rasera (2007) e Rasera e Japur (2005) dizem parecer haver uma convergência destas ideias em torno de quatro descrições principais que caracterizam uma perspectiva construcionista. São elas: a especificidade cultural e histórica das formas de conhecermos o mundo; a primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento; a interligação entre conhecimento e ação; e, por último, a valorização de uma postura crítica e reflexiva.

Passemos a refletir sobre cada um desses quatro pressupostos. Dizer que o conhecimento está atrelado à história e a cultura é afirmar que o mundo, objetos e relacionamentos não estão fora de nós para serem apreendidos e descritos de forma fidedigna por um observador acurado e perspicaz. Para os construcionistas, são as formas de descrever o mundo, objetos e relacionamentos, a própria maneira de construir a realidade. Assim, a linguagem não reflete o mundo, e sim o constrói, a todo momento. A construção da realidade está atrelada as palavras que a descrevem. A realidade é fruto da maneira descritiva e explicativa que um sistema histórico e cultural de significados sustenta em um determinado período.

A segunda premissa exalta a função do relacionamento na sustentação e produção do conhecimento. Afirmar e priorizar o relacionamento na produção de conhecimento é dizer que conhecimentos são produzidos nas coordenações das ações humanas e não dentro da mente das pessoas. O conhecimento não seria fruto da apreensão da realidade externa a nós via o aprendizado da experiência, mas sim formulado e sustentado através de processos sociais, como por exemplo, a negociação, a comunicação, o conflito e o consenso. Nas palavras de Kenneth Gergen:

A mente individual (pensamentos, experiência) não dá origem ao significado, cria a linguagem ou descobre a natureza do mundo. Os significados nascem da coordenação entre as pessoas – acordos, negociações, afirmações. Deste ponto de vista, o relacionamento antecede tudo que é inteligível (GERGEN, 1999, p.48).

A terceira premissa ou pressuposto destaca como o conhecimento, entendido como formas de descrição do mundo, cria diferentes formas de possibilidade de ações no mundo: e oculta outras. Neste sentido, as descrições sobre uma determinada história, fato ou acontecimento abrem caminhos para formas de ações sociais e, consequentemente, impedem outras de surgirem. O que tomamos como histórias ou experiências “verdadeiras”, para o construcionismo, são na verdade formas de organizar eventos histórico-sociais que servem para sustentar algumas maneiras de se viver e agir nas relações microsociais, institucionais e nas tradições, em detrimento de outras.

A última ideia que caracteriza as perspectivas construcionistas é a valorização de uma postura crítica e reflexiva. Por considerar o conhecimento dependente de um conjunto de práticas e criado a partir de certas condições sócio-históricas, o construcionismo o considera como relativo, assumindo um caráter transitório e aberto a questionamentos sobre os conhecimentos que damos como certos, verdadeiros ou absoluto/universais. Como considera o conhecimento atrelado a como realizamos as descrições de um fato, o construcionismo promove uma postura crítica constante sobre nossas formas de descrever o mundo. Como Raseria (2007, p. 33) bem observa: “é necessário repensar aquilo que damos como certo em nossa maneira de perceber o mundo e compreender **como** as descrições e formas de pensar funcionam, **para que servem, em que situações e para quem**” (grifo meu).

2.2 Implicações

Gergen (1997; 1999; 2010), Raseria (2007), Raseria e Japur (2005), Burr (1995) e Iñiguez (2003) dizem que estas características do pensamento construcionista acabam criando algumas implicações. Uma primeira que destacaremos é a visão **antiessencialista** do mundo. Objetos e pessoas não teriam uma essência a ser depurada, atingida ou desvelada para que pudéssemos conhecê-las em toda a sua essência (como sinônimo de melhor). Como destacado acima, o construcionismo se preocupa com a construção do mundo social, rejeitando a ideia de uma única possível determinação para os objetos ou pessoas. Portanto, esta implicação contraria a possibilidade de termos uma essência ou sermos determinados por um único fator mais importante do que outros (uma postura radical contra o determinismo). Estamos

marcando fortemente que tampouco os marcadores biológicos, como os biomédicos, quanto os culturais, podem tomar para si a explicação sobre as pessoas e o mundo social. A ideia de objeto, pessoa ou constructos psicológicos passam a ser resultado de convenções sociais e suas supostas ontologias dependem da definição que faremos delas.

Outra forte implicação é sobre o **anti-realismo**. Esta implicação assume uma postura anti-realista, ou seja, uma postura contrária de que consigamos apreender o mundo “lá fora como ele é”. Nega-se a possibilidade de apreendermos um mundo mais realístico do que outro a partir de procedimentos mais precisos e coerentes. Ressalta a indissociável relação entre percepção/observação e realidade. Esta implicação também conecta a realidade com o conhecimento, exaltando a impossibilidade de pensá-los de forma independentes. Assim, passaríamos a enxergar a realidade a partir da maneira como a acessamos, sustentando que não há outra maneira de “vê-la, vivê-la”. Sua dependência (a realidade) do modo como a acessamos nos faz situar sua existência nos modos como a configuramos e a descrevemos. A realidade seria um conjunto de versões construídas coletivamente a partir de tempos culturais e sociais distintos. Portanto, assumir esta implicação é deslocar a realidade de qualquer *status* transcendente, objetivo e absoluto, assumindo a total dependência entre conhecimento e realidade e, assim, sua consequente abertura para pensarmos em relativismos, quando expressamos algo sobre a realidade ou a verdade. Relativismos aqui não serão vistos como falta de coerência, caráter ou moral. Relativismos nos ajudarão a percebermos para quem, onde, com quem, a partir de e como processos, pessoas, objetos e o mundo estão sendo descritos e usados para falar de expectativas, resolver problemas, enxergar decisões, facilitar projetos, construir articulações e etc. Serão enxergados no seu valor de uso.

A terceira implicação destacada pelos autores é a **linguagem como forma de ação social**. O Construcionismo privilegia a interdependência entre discurso e realidade. Esta ênfase entre linguagem e realidade pretende associar as práticas discursivas das pessoas com suas construções de sentidos sobre o mundo e sobre si mesmas. O instrumento que possibilita a criação de realidades são os discursos. Descrita desta maneira, a ênfase é privilegiar linguagem como ativa e “responsável” pela construção, destruição e convites de mundos e relações. A linguagem nos permite criar mundos e nos conectarmos aos outros. O foco é dar luz aos jogos de linguagem em que os sentidos emergem das implicações do seu uso e ajudam a construir determinadas práticas sociais e formas de vida. A ênfase recai no entendimento da linguagem em seu uso e, que esta, é vista como uma prática social, construtora da realidade e, portanto, uma forma não representacional de entender o real.

Outra implicação foca nas **interações e práticas sociais**. Práticas sociais, práticas

discursivas, conhecimento e saberes formam relações de influência mútuas. Toda prática discursiva carrega em si enunciados contendo saberes e organizações de conhecimento sobre as relações, o mundo, as pessoas, suas intenções, deveres... e, principalmente, poderes. Também revelam vários saberes institucionalizados que são “transmitidos” nas práticas discursivas através das práticas sociais. Assim, os relacionamentos se tornam o foco das investigações construcionistas através das práticas sociais. Como Shotter (2000; 1998) e Gergen (2010) sugerem, são nos relacionamentos, onde uma ação-conjunta, para Shotter (2000) e uma ação coordenada suplementar, para Gergen (2010), promovem formas e processos de narrativas, descrições e negociações sobre quem somos, o que é real, científico, verdadeiro, certo ou errado, e que as organizações de saberes “mostram” seus efeitos. Justamente na interação. Os efeitos nesta interação criam entendimentos sobre a construção de mundo e de quem somos, por exemplo. Por isso o foco na investigação das relações sociais: para compreendermos como surgem, acontecem e, principalmente, como se sustentam.

Uma importante diferença que Guanaes e Mattos (2011) e Rasera e Japur (2007) nos apresentam, a partir da sua leitura de Burr (1995) e Danzinger (1997), é sobre o enfoque das diferentes ênfases que autores construcionistas apresentam sobre as práticas sociais e os discursos sociais. Guanaes e Mattos (2011) afirmam que Burr (1995) reconhece a postura crítica em relação ao conhecimento, a especificidade histórica e cultural do conhecimento, a compreensão do conhecimento a partir dos processos sociais e a compreensão do conhecimento e a ação social como sendo inseparáveis, como premissas comuns aos autores que se reconhecem como construcionistas. Neste tópico, o que nos interessa para a discussão é a premissa do conhecimento a partir dos processos sociais.

Guanaes e Mattos (2011) e Rasera e Japur (2007) afirmam que enquanto Burr (1995) se dedicou a reconhecer os pontos em comum dos autores construcionistas, Danzinger (1997) explorou justamente o contrário: demarcou justamente as diferenças entre eles sobre o construcionismo. O autor, em sua análise, propõe uma forma de organização das diferenças que nomeia de *light constructionism* e *dark constructionism*. Os autores que enfatizaram os processos microssociais e, portanto, a importância das interações e relacionamentos humanos na construção, organização e sustentação do conhecimento foram classificados pelo autor de *light constructionism*. Os autores que privilegiaram os aspectos “das relações de poder, estruturas sociais, materialidade e corporeidade” (Guanaes e Mattos, 2011, p. 1010), ou seja, os discursos sociais não “aparentes” nas práticas discursivas (implícitos, mas ocultos) foram denominados pelo autor de *dark constructionism*. Assim, os processos sociais de construção do conhecimento, a partir de várias leituras de autores diferentes do construcionismo social,

privilegiam tanto os aspectos microssociais quanto os macrosociais, dependendo da ênfase que cada autor privilegia na leitura e compreensão da construção dos significados e das lógicas de sentido.

Como última implicação, temos o foco nos **processos**. O construcionismo social não privilegia como as coisas são. Resultados e definições universais perdem seu valor. A procura e interesse do construcionismo estão em como conhecimentos, relações e objetos estão continuamente sendo construídos entre as pessoas. Processo e construção social, vistos desta maneira, não são palavras triviais. O processo da construção social se dá nas práticas sociais, que por sua vez são influenciados por variadas práticas discursivas e seus enunciados, que estão continuamente em processo de permanência/transformação através das interações/práticas sociais. Nesta influência recíproca e permanente, do jogo de forças entre o tradicional e o emergente, que o construcionismo social privilegia o processo. A tentativa é evitar a compreensão da construção social como algo estático e permanente, como muitas vezes tendemos a enxergar, na psicologia, como estruturas. É uma visão radicalmente oposta a uma organização de saberes que organiza formas de conhecimento através de estruturas que se bastam em seu movimento interno e autofágico, ou seja, condiciona nosso olhar para “enxergarmos” **o mesmo** em todos os lugares. Exemplificando este efeito de privilegiar o processo, Moscheta (2012, p. 16) afirma: “Note-se que, muitas vezes, tendemos a nos relacionar com as pessoas, com nossas escolhas, com a vida como se **fossem**, e esquecemos de incluir a percepção daquilo que estão **se tornando**.” (grifo meu)

2.3 O enquadre da construção social – O giro linguístico

Giro linguístico foi uma expressão criada a partir da década de 70 e 80 que caracterizou a crescente importância que alguns autores, principalmente nas áreas das ciências humanas e sociais, em atribuir à linguagem, nos diversos estudos desenvolvidos, um papel central de entendimento e compreensão para vários conceitos e aportes teóricos. Alguns entendimentos que o giro linguístico ajudou a reformular foram as concepções sobre a realidade, a organização e natureza do conhecimento e, até mesmo, sobre a própria concepção de linguagem. (MÉLLO; SILVA; LIMA; PAULO, 2007; RAPIZO, 2013; BRITO e GERMANO, 2017).

O giro linguístico possibilitou reformular concepções e crenças da iconicidade entre linguagem e realidade. Experiência, conhecimento, transmissão, comunicação, linguagem e o real tomaram novos rumos de compreensão. Como Moscheta (2014) sugere, não

conseguiríamos passar das concepções modernas, no campo da ciência, sobre objetividade e neutralidade, por exemplo, sem a ajuda das transformações no entendimento sobre a linguagem.

De acordo com as tradições modernas a linguagem representa o que observamos do mundo. Um modo representacional de falar da realidade. Linguagem é a via pela qual o que está dentro das nossas cabeças, o que sentimos, pensamos e conceitualizamos pode ser comunicado ao mundo. Portanto ela tem uma relação fidedigna com a realidade e apenas expressa o que se passa dentro de nós.

Conceber o entendimento da linguagem desta maneira é privilegiar a concepção de privado, de indivíduo e de dualidades. Transmitiríamos aos outros e ao mundo algo que se processa dentro de nós. Quando processamos o que observamos dentro de nós, a linguagem, nesta concepção, permitiria transmitir nossas impressões pessoais e únicas. A partir deste entendimento, a linguagem é objetiva em relação ao que apreendemos e, portanto, transmite o que está dentro de nós, privilegiando uma visão dicotômica de dentro e fora, e centralizando a ideia de indivíduos autônomos.

Mas, afinal, como se deu o percurso do “giro linguístico”, ou seja, como começamos a entender a linguagem como construtora da realidade, como jogos discursivos (e seus enunciados), como práticas discursivas e como performances? A ruptura com a transmissão objetiva e neutra da “realidade” através das palavras se deu a partir de três movimentos: O rompimento com a tradição filológica, com a filosofia da consciência e com a busca de uma “linguagem ideal” e empírica (MÉLLO; SILVA; LIMA; PAOLO, 2007; BRITO e GERMANO, 2017).

Ferdinand Saussure foi o responsável em romper com a tradição filológica. Ao invés de estudar a evolução histórica das línguas e realizar comparações entre elas, propõe estudar a linguagem dentro dela mesma. Mas o que isso quer dizer? Que o autor passa a compreender não mais as palavras como formas de expressar o que captamos do mundo. Também não são mais as palavras que transmitem o que sentimos ou pensamos, ou seja, o que está se processando dentro de nós e conseguimos expressar através delas. Moscheta (2014), a partir da sua leitura de Saussure, diz que a linguagem formata nossa maneira de pensar, agir, compreender, desejar, de criar expectativas, reflexões... através da estrutura que ela oferece e, consequentemente, estabelece um quadro de referência que só a partir dele podemos “olhar” a realidade. Como afirma Moscheta (2014, p. 42): “Para ele, a linguagem nos oferece uma estrutura que determina como podemos apreender o mundo, sentir e pensar”. Este deslocamento de transmissão do que observamos, para signos que estruturam nossa

capacidade de enxergar e nomear nossa experiência, iniciou-se com a reflexão sobre a arbitrariedade dos significados com os seus respectivos significantes (sendo as palavras os significantes e os conceitos sobre as palavras os significados). Não há nada que estabeleça uma relação objetiva entre a palavra carro e seu respectivo objeto. São formas culturais de nomear objetos e totalmente modificáveis e flutuantes. Esta arbitrariedade é tão evidente, que é possível nomear o objeto de variadas formas, dependendo da língua que utilizamos.

De acordo com Moscheta (2014), ainda a partir da sua leitura de Sassure, a grande mudança está justamente na reflexão sobre o significado e o significante. Se os conceitos (os significados) não representam as palavras (significantes) de forma essencialista, ou seja, não representam o objeto-real (lembremo-nos da arbitrariedade), podemos afirmar que os próprios conceitos sobre os objetos são flutuantes e, por isso, passíveis de serem mudados. Assim, como não representam os objetos fidedignamente e podem ser mudados dependendo da cultura e do sistema sócio-linguístico vigente (por isso histórico), como os entendemos em nossas conversas cotidianas? Afinal, quando conversamos sobre carros, saudade, moradias e falta de saneamento básico, parecemos nos entender muito bem! A construção teórica de Sassure, de acordo com o autor, se deu na relação de diferenciação. Entendemos a relação das palavras com seus objetos pela diferença que os conceitos estabelecem entre si. O conceito saudade não é igual a carro e, por essa diferença, conseguimos estruturar “lógicamente” os signos e ordená-los: pelo jogo de diferença entre os significados de um conceito.

A outra contribuição para a solidificação do “giro linguístico” (a visão da linguagem como construtora da realidade) se deu pelas contribuições de Gottlob Frege e Bertrand Russell. Os autores rompem com a filosofia da consciência quando passam a estudar os enunciados linguísticos e deixam de perceber a linguagem apenas como instrumento de expressão do que observamos. Para completar a passagem da filosofia da consciência para uma filosofia da linguagem, Wittgenstein procurou em seu primeiro trabalho, *“Tratado Lógico-Filosófico”* (1921), estabelecer uma “linguagem ideal” que não tivesse contradições e ambiguidades a partir da observação lógica e linear da realidade, a serviço do empirismo da época. A passagem dos estudos sobre “o que pensamos” para o que “anunciamos”, queremos dizer e/ou apresentar ao outro, caracteriza a passagem de uma filosofia da consciência (do que está dentro das nossas mentes) para uma filosofia da linguagem (MÉLLO; SILVA; LIMA; PAOLO, 2007).

Podemos refletir sobre algumas características sobre o processo da ênfase na linguagem até aqui. Apesar da linguagem deixar de ser um recurso para a representação da realidade e sua transmissão, para Sassure, e a consequente problematização da possibilidade de

neutralidade e objetividade, podemos levantar a questão sobre a universalidade e estabilidade contida na sua proposta. Como estrutura lingüística, todos teríamos a capacidade de entender “corretamente” o que está sendo dito por alguém, devido aos signos e seus significados que, ao longo do tempo, são reproduzidos como sentidos coletivos e são ensinados e compartilhados para e por todos os participantes que são iniciados desde pequenos naquelas regras lingüísticas praticadas por uma determinada comunidade sócio-lingüística. E, apesar da mudança para uma filosofia da linguagem, Frege e Russel ainda propõem uma visão de correspondência com a realidade através dos enunciados contidos nos discursos das pessoas. Assim como Wittgenstein (1921), na busca de uma linguagem “ideal” que estabelecesse a correspondência com as premissas do empirismo - sem dualidades, clara e objetiva (MÉLLO; SILVA; LIMA; PAOLO, 2007; MOSCHETA, 2014).

Continuando na desconstrução da realidade como objetiva e linguagem como um veículo de transmissão, Moscheta (2014) nos apresenta as idéias de Jaques Derrida, Grandesso (2011) algumas reflexões sobre o segundo trabalho de Wittgenstein e Méllo, Silva, Lima, Paolo (2007), trazem algumas considerações sobre as práticas discursivas. Jaques Derrida, de acordo com o autor, percebeu a linguagem como um sistema de diferenças que se articulam em apresentações, posições e ocultamentos. O significado de uma palavra estaria no posicionamento entre o jogo de apresentações e ocultamentos que uma determinada palavra carrega e só pode ser definida pelo contraste que a ajuda a se posicionar no jogo que estabelece com outras palavras. A palavra beleza só pode ser entendida pelo posicionamento que ocupa ao ser sustentada e diferenciada pelos ausentes que imediatamente se referem a ela: entendemos beleza quando a diferenciamos de feio, vulgar, bonita, política, por exemplo. Em todo jogo de apresentação, um incontável número de outras palavras sustentam a que emerge e o significado se dá pelo contraste que realizamos entre elas. O significado de uma palavra depende daquilo que aparece e de todo um *background* que se ausenta e a sustenta. Assim, se refletirmos sobre a busca de sentidos que os significados que as palavras cotidianas nos apresentam, teríamos que também olhar para a produção de ocultamentos e a rede de ausências e supressões que carregam em si.

Wittgenstein (1994, orig. 1953) quando escreveu *Investigações Filosóficas*, segundo Grandesso (2011), depreciando seu trabalho anterior, o *Tractatus lógico-philosophicus* (1921), redireciona sua atenção para os jogos de linguagem e as formas de vida. Segundo a autora, Wittgenstein parte da ideia de que a linguagem é o único veículo, o único meio da expressão da experiência e, assim, foca sua atenção para a maneira como as pessoas se comunicam e as formas de vida que tal comunicação constroem. Jogos de linguagem e formas

de vida são conceitos que dizem sobre o significado e funções. Os significados somente podem ser obtidos se entendidos no determinado contexto onde acontecem verdadeiros “jogos”, onde os critérios de entendimento são pré-estabelecidos por uma comunidade linguística e convenções sociais. Por funções, a autora entende que as convenções sociais são múltiplas e diversas, como por exemplo, instituições, formas de organizações sociais, crenças, valores e que, devido a se sobreporem e se inter-relacionarem, criam inúmeros efeitos na vida cotidiana através do seu uso.

Méllo, Silva, Lima, Paolo (2007) consideram o caráter performativo da linguagem ao dizerem da sua produção de realidades. Nesta perspectiva a linguagem é considerada como articuladora entre as pessoas e o mundo. Para os autores, ela não seria algo que apenas possibilita a “entrada” das pessoas no mundo, uma possibilidade de acessar a realidade, nem tampouco uma barreira que nos impediria de descrever, experienciá-la em toda a sua plenitude, mas que a linguagem constitui o mundo e as pessoas como uma prática social.

Desta maneira, ampliaríamos as características da linguagem para além da sua função descritiva e relativista da realidade. Sua outra função seria a emergência de seus efeitos e suas articulações. E sua capacidade seria, por ser uma prática cotidiana que articula pessoas, mundo, objetos e descrições do “real”, de empreender e executar ações.

Assim, os autores recorrem aos estudos de Michael Foucault (1971), que estudou amplamente os “discursos”, e os relacionam as práticas discursivas, por considerarem os efeitos que provocam quando exercidos (como qualquer outra ação). Articulando as ideias de Foucault e Jonh Autin (autor que originalmente iniciou a ideia de caráter performático da linguagem) nos convidam à algumas leituras sobre a linguagem, vista como uma prática social: sua capacidade de fazer e criar estados de coisas que sem o seu uso não poderiam existir (por isso sua associação com performance) e sua capacidade de “carregar” enunciados que controlam, selecionam, organizam, interditam, suprimem, estabelecem fronteiras e limites. Enfim, a linguagem e nossas falas causam múltiplos efeitos no seu uso, articulam pessoas e circunscrevem determinadas formas de vida.

3 UM PERCURSO METODOLÓGICO: A poética social

3.1 Sobre a metodologia

Com o intuito de investigar o processo de produção de sentidos a partir da construção de significados no processo terapêutico, enfatizando os pressupostos do Construcionismo Social, objetivo dessa pesquisa, fizemos o percurso sobre o giro-linguístico nas ciências humanas para articularmos o construcionismo social dentro deste movimento. A partir da visão da linguagem como performática, produtora de efeitos, constitutiva de realidades e articuladora de mundos e pessoas, podemos nos perguntar sobre a co-construção de significados e a produção de lógicas de sentido no cotidiano da psicoterapia clínica e as possíveis articulações com os pressupostos e as implicações do construcionismo social.

Como prática social, a linguagem atravessa as práticas conversacionais das pessoas no seu cotidiano, configurando o objeto de interesse do presente estudo estas conversações que criam realidades, co-constroem práticas sociais, sustentam modos de agir entre as pessoas e produzem articulações políticas e ideológicas. Portanto, a **epistemologia**, os **pressupostos** e as **implicações** do Construcionismo Social podem construir um quadro mais abrangente de reflexão, entendimento e construção de leituras sobre a construção de significados e sentidos na psicoterapia.

Porque falar de construção de significados na psicoterapia? Porque, de acordo com Grandesso (2011, p. 38) “permitem compreender os dilemas humanos como significados estruturados em narrativas mediante as quais a experiência é organizada, restringindo as possibilidades existenciais. Assim, mudança, no contexto de terapia, implica reconstrução de significados”.

E, por outro lado, porque falar de sentidos? Porque, ainda de acordo com Grandesso (2011, p. 43) os sentidos podem “ter um papel subjugador do *self*, à medida que tendem a ser histórias fixas e dominantes que restringem as possibilidades de organização da experiência, de modo que não possa fazer frente às demandas evolutivas”.

Anderson (2010), uma das autoras que estuda as implicações do construcionismo social na psicoterapia, destaca três eixos nos quais teorias terapêuticas são descritas e avaliadas: a posição do terapeuta, o processo de terapia e o sistema terapêutico. A autora sugere que em toda abordagem psicoterápica podemos reconhecer estes eixos. A posição do terapeuta explica sobre como definimos este papel e quais os propósitos de suas ações. Já no processo de terapia, questões como o que acontece e como a mudança terapêutica ocorre são o

foco. E, por último, o sistema terapêutico trata das metas e da participação das pessoas no processo de trabalho.

Os parâmetros acima nos levam a problematizarmos algumas questões. Sobre a posição do terapeuta, Anderson (2010) nos sugere perguntarmos: Quem é o especialista do processo de trabalho terapêutico? Qual a especialidade do terapeuta? Qual é o objetivo do terapeuta? Quem distingue o que vem a ser o problema? Como o terapeuta responde aos efeitos da terapia? Como o terapeuta descreve o relacionamento com o paciente? O que é ser ético na relação com o paciente?

Em relação ao processo, manutenção dos encontros, conceituação de mudança e como esta ocorre nos encontros terapêuticos, algumas outras perguntas podem ser feitas, ainda de acordo com a autora: como questões e problemas são abordados e definidos? O terapeuta produz mudanças ou abrimos espaço para conversações? Há uma impossibilidade de instrução ou instruímos a fim de produzir mudanças no outro? Como a mudança é definida e conversada? Quem conceitua e define mudança? Quem define o quanto dela é necessária? Como e o que do que é conversado na terapia é levado para fora deste espaço? Isso é relevante? Quem decide tais parâmetros?

E, se problematizarmos as metas e quem participa da psicoterapia, Anderson (2010) sugere algumas outras perguntas: focos de trabalhos são a emergência dos problemas na linguagem e suas formas descritivas e efeitos que produzem ou o que as pessoas carregam no seu “interior”? Determinamos o sistema terapêutico como um tratamento ou uma parceria conversacional? Quem decide os objetivos da terapia? Os contextos e sistemas maiores dos clientes e do terapeuta são levados em consideração? São relevantes os contextos políticos e sociais de terapeutas e clientes? O terapeuta é considerado um membro do sistema da pessoa que atende? Quais pessoas podem ser incluídas no sistema terapêutico?

Estas perguntas explicitam processos sócio-históricos de como os parâmetros acima citados – a posição do terapeuta, o processo e as metas de trabalho – no campo da psicoterapia se articulam com o processo de mudança. Levantar esta reflexão é dialogar com o que significa e como ocorre o processo de mudança no campo. É também dar ênfase a como o processo de mudança, na psicoterapia, um dos focos do presente estudo, é usado como parâmetro para se dialogar com o referencial de saúde e doença. Uma das ênfases aqui é utilizar dos pressupostos e implicações do Construcionismo Social para entender como os processos de transformação ocorreram sem utilizarmos do referencial de certo e errado, de normal e patológico que, normalmente, envolvem parâmetros desenvolvimentistas de normalidade, para possíveis intuítos de domínio e exploração (STRONG, 2013).

Isso implica refletirmos em como a co-construção de significados e as lógicas de sentido podem se organizar de forma que não procuremos por conceitos de cura e doença. Mas, basicamente, nos de transformação e criação. Acompanharemos pessoas, famílias, grupos e sociedade não para uma pretensa saúde ou normalidade que “eles”, por ventura, perderam, mas num trajeto de criar e co-construir formas de relacionar que atendam melhor aos anseios destes.

Nessa ótica, o psicólogo deixa de ser o curador do doente, que seria antes tomado como o inadaptado, e passa a ser o acompanhante de pessoas e grupos na descoberta e reorganização, destruição e construção, de outras formas de relacionamento. O psicólogo sai da posição de médico da alma e muda-se para o de criador, ou melhor, co-criador, já que ele é o que vai junto com seu colega de trajeto criar outras formas de ver, entender, fazer, relacionar etc (RENONES, 2004, p. 87).

É por esse viés que criamos um espaço reflexivo, através de entrevistas semi-estruturadas, com terapeutas (que se designaram construcionistas ou apresentam ideia compatíveis com seus pressupostos) e seus pacientes, para ter um espaço de conversação de como eles (terapeutas e pacientes) percebem a co-construção de significados, a produção de sentidos, a reflexão sobre metas de trabalho, a experiência de mudança/transformação e a vivência/experiência da condução do processo terapêutico. Estes cinco parâmetros citados serviram como norteadores na construção das perguntas da entrevista semiestruturada e na condução da própria conversação com os entrevistados (Apêndice 1 e Apêndice 2). Outra articulação foram os eixos norteadores que Anderson (2010) identificou como pilares dos processos terapêuticos: A posição do terapeuta, o processo de terapia e o sistema terapêutico. A intenção, em um primeiro momento, foi utilizar os três eixos que a autora distingue nas abordagens psicoterápicas em geral, como base das quais pudéssemos partir para dar início à conversação-diálogo-entrevista. A ideia foi que cada pergunta, articulada e pertencente a cada um dos eixos específicos, estimulasse o diálogo a fluir e pudéssemos ter uma visão ampla, e ao mesmo tempo específica, do trajeto e experiência dos entrevistados no trabalho clínico.

Em um segundo momento, os eixos norteadores ajudaram na reflexão sobre como eles se articulavam com a co-construção de significados, a produção de sentidos, a reflexão sobre metas de trabalho, a experiência de mudança/transformação e a vivência/experiência da condução do processo terapêutico. Por exemplo, como a conduta do terapeuta ajudava na mudança/transformação, na produção de sentidos e/ou nas metas de trabalho. Procurei refletir sobre a minha compreensão, das compreensões de terapeutas e clientes, em como os parâmetros acima apareciam em maior ou menor intensidade em cada um dos eixos norteadores.

Quando selecionamos o construcionismo social como representante teórico da terapia familiar de segunda ordem, estamos organizando nosso método de pesquisa em torno de dois entendimentos básicos: de que as narrativas das pessoas organizam suas experiências, dão sentido sobre elas mesmas e ao mundo. Além da impossibilidade de dissociação do observador com o objeto de interação.

Para isso, o trabalho proposto foi uma pesquisa qualitativa, justamente porque estas metodologias entendem que há uma impossibilidade de independência das subjetividades de todos os envolvidos em uma pesquisa: ou seja, há uma interdependência retroalimentativa entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Como afirma Grandesso (2011, p. 307): “Mais enfaticamente falando, os resultados de estudos qualitativos decorrem do campo da intersubjetividade, na medida em que podem ser definidos como produto da **ação conjunta** entre o pesquisador e os participantes da pesquisa” (grifo meu).

Podemos refletir sobre “ação conjunta” dita pela autora como uma produção em conjunto no diálogo, construído na conversação. Na perspectiva construcionista, como existe a radicalidade de não buscar e acreditar em verdades universais, a troca reflexiva entre o pesquisador e seus pesquisados é geradora de possíveis transformações.

Como o pesquisador passa a estudar contextos no qual ele está inserido, toda a proposta de estudo passa a ser interdependente da sua observação e ganha um *status* de singularidade única. A partir das críticas que o construcionismo social coloca às bases de construção positivista do conhecimento, como podemos pensar na construção de um método científico, onde as categorias de análise e construção destes próprios métodos científicos se originaram no pensamento tradicional da ciência positivista, que possa ser (re) visto a partir de um enfoque pós-moderno, do qual o construcionismo social desponte como um possível referencial epistemológico? Em outras palavras, como pensaremos as categorias de sujeitos, objetivos, critérios de seleção da amostra, procedimentos, coleta de dados, resultados, análise de resultados e conclusões a partir dos pressupostos e implicações do construcionismo social? Temos outros parâmetros para eles. Descrevo como penso as categorias acima citadas. Não como uma forma de apego aos parâmetros positivistas, mas apenas para utilizá-los como referencial para podermos discutir e diferenciá-los quando usados a partir de uma epistemologia pós-moderna. E também porque rigor, nesta proposta do construcionismo social e da poética social, refere-se a descrever minuciosamente os passos pensados, vividos e experienciados pelo pesquisador, para sairmos da lógica de explicação e afirmação, co-construindo histórias e descrições parciais, contextuais e exploratórias, como forma de compartilhar experiências e criar espaços de “convites” a outros que queiram participar deste

diálogo e co-construção do conhecimento (GRANDESSO e LABS, 2017; GUANNAES e JAPUR, 2008).

Os objetivos da **seleção de sujeitos** para a pesquisa foram: primeiro, os terapeutas selecionados terem afinidade e/ou conhecimento com as propostas epistemológicas da pós-modernidade. E, segundo, selecionar participantes que se sentiram satisfeitos com o trabalho, para que tivessem disposição de refletir sobre seu processo de terapia. Já os critérios para **amostragem**, não foram significativos, porque o foco da pesquisa não abarca qualquer intenção ou preocupação com dados estatísticos (em termos de eficácia).

Como **procedimento**, preferimos adotar o termo que Grandesso (2011) utiliza: proposta de diálogo. Por quê? Pelo fato de ser coerente com os pressupostos construcionistas acima expostos: conhecimentos são produzidos e sustentados na relação entre as pessoas, ou seja, nas suas conversações. Como mostra a autora ao falar da sua experiência:

Assim, cada conversação que tive com cada um dos participantes foi absolutamente personalizada, de modo que, embora haja algo de comum entre elas, cada uma delas seguiu o rumo do contexto específico em que se deu, de acordo com as histórias comuns entre a pesquisadora/terapeuta e o participante/cliente (GRANDESSO, 2011, p. 308).

A intenção, de se usar a entrevista semiestruturada, foi realizar uma reflexão e compreensão sobre as conversações que terapeutas e pacientes tiveram ao longo do processo terapêutico sobre como cada um deles concebe e percebe a co-construção de significados, a produção de lógicas de sentido, a criação de metas de trabalho e a condução/vivência do processo terapêutico através dos eixos norteadores da terapia acima citados. A segunda etapa da pesquisa foi a construção das minhas reflexões e compreensões sobre as reflexões das terapeutas e suas clientes. Estas minhas reflexões, a partir de leituras exaustivas das entrevistas, tiveram o intuito de “encontrar” os momentos singulares, de todas as reflexões, sobre o viés da poética social aplicada a pesquisa.

Guanaes e Japur (2008) descrevem a poética social como uma prática de pesquisa, originária dos estudos de Jonh Shotter e sua versão responsivo-retórica do construcionismo social. Este autor também argumenta a necessidade de novas formas de produção de conhecimento que privilegiem a **construção e ampliação dos sentidos sociais**, ao invés de investigações totalmente preocupadas em desvelar a verdade e explicar o real. A poética social pretende dar ênfase aos processos discursivos e relacionais de produção de sentidos e significados, afirmando que isso é possível através das respostas corporificadas e espontâneas que acontecem entre as pessoas e ao “mundo” que as circunda, a todo momento. A ideia do

construcionismo social retórico-responsivo de Shotter é que os sentidos, os significados e os enunciados, sempre existentes no uso da linguagem, são constantemente atualizados a partir de uma ação conjunta que necessariamente envolve uma ação corporificada neste ato, que é a conversação. Esta versão do construcionismo social busca dar ênfase aos processos micro-sociais, onde a atualização, a co-construção, a manutenção e/ou as novas organizações de sentido, significado, ideias, expectativas, opções discursivas e práticas sociais ocorrem na presença corporificada da linguagem, que se dá através do diálogo entre as pessoas, em uma ação conjunta.

Como enfatizado acima, apesar do olhar do pesquisador estar no uso corporificado da linguagem e no como é usada nos processos micro-sociais, a negociação que caracteriza o processo retórico dos enunciados e opções discursivas macro-sociais também estão presentes. Em outras palavras, privilegiar onde os discursos macro-político-sociais se atualizam, se mantêm, mudam e se reorganizam (no encontro conversacional entre as pessoas) é incluí-lo e refletir sobre seus efeitos (SHOTTER e KATZ, 1996).

Guanaes e Japur (2008) destacam que responsivo-retórico caracteriza como o autor enxerga e privilegia a ação-conjunta de co-construção de sentidos. Retórico é uma maneira de focarmos que não existem verdades e realidades e serem observadas. Estamos em processos constantes de negociação á todo momento, quando entramos em conversas, diálogos e reflexões (com pessoas presentes ou não). Conhecimentos estão sendo negociados constantemente, por isso a ênfase na palavra retórica. E, responsivo, porque através da linguagem, que somente pode ser exercida por um corpo, propõe ações constantemente (através deste corpo) e de seus inexoráveis enunciados e intenções, que caracteriza que estamos constantemente respondendo aos relacionamentos, ao nosso contexto e ao mundo. Estamos constantemente em estados responsivos em nossa trajetória de vida.

Portanto, a **análise dos dados** e a **compreensão dos resultados** são mais bem caracterizadas, a partir dos pressupostos do construcionismo social, como reflexões dos participantes e do pesquisador. O propósito é realizar uma reflexão tridimensional: a compreensão dos clientes, a dos terapeutas e as minhas reflexões sobre suas compreensões, sobre como a posição do terapeuta, o processo de terapia e o sistema terapêutico se articulam e produzem efeitos na co-construção de significados, a produção de sentidos, a reflexão sobre metas de trabalho, a experiência de mudança/transformação e a vivência/experiência da condução do processo terapêutico a partir da posição epistemológica do Construcionismo Social.

Devemos ser capazes de nos envolver em uma interação dialógica que incentive uma busca **igualitária e recíproca de compreensão**. Em tal processo colaborativo, é menos provável, deliberadamente ou não, explorar a força social compreendida em um relacionamento cliente-terapeuta com o interesse de preservar nossa própria base de conhecimento ou aquela dos nossos discursos e instituições culturais (ANDERSON, 2010, p. 115).

Acrescentaria a relação pesquisador-pesquisados. Para sermos consistentes com a proposta de como o diálogo, linguagem e conhecimento, nesta perspectiva do construcionista social, são inerentemente transformadores, tentamos seguir da maneira como Grandesso afirma:

Note-se, portanto, que ressalto diferenças locais: o lugar de cliente e o lugar de terapeuta. Para falar sobre esses locais nada melhor, de acordo com meus propósitos, do que falar a partir de dentro: cliente fala da sua especialidade local como cliente e terapeuta com terapeuta. Esta é uma pontuação de diferenças, não de qualquer superioridade independentemente dos contextos locais. Por outro lado, esta é uma condição para consistência epistemológica, uma vez que, assumindo a impossibilidade de qualquer lugar privilegiado de acesso a “realidade” pesquisada e a impossibilidade de separação entre sujeito e objeto da pesquisa, minha metodologia necessariamente deveria dar voz e atribuir poder aos participantes (GRANDESSO, 2011, p. 309).

Portanto, acredito que desta forma foi possível construir uma proposta metodológica alinhada com o percurso teórico que tange toda a pesquisa, ou seja, um olhar e postura construcionista social que investigue possibilidades de práticas coerentes com a perspectiva pós-moderna no campo da psicoterapia.

4 A CO-CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS E A PRODUÇÃO DE LÓGICAS DE SENTIDO NA PSICOTERAPIA

4.1 Os significados e as narrativas

Neste capítulo, pretendo refletir sobre a co-construção dos significados, as lógicas de sentido, a narrativa, o *self* e o conceito de mudança, articulando-os ao processo de psicoterapia. Nessa linha de reflexão, pretendo ainda diferenciar a co-construção dos significados e a produção de lógicas de sentido, identificando a interdependência de ambas, mas argumentando que as produções de lógicas de sentido são mais abrangentes e dependem de outros dois “fatores”, além da co-construção de significados, para que ela exerça toda a sua força para a mudança no trabalho de psicoterapia. Para entendermos ambos, o caminho inevitavelmente precisa passar pela compreensão das narrativas. Estas são as portas de entrada, de acesso a realidade, que nos ajudam a compreender como estruturamos a realidade e a nós mesmos, o *self*. O si mesmo, o “eu”, o nós... o *self* é o que interliga todo o caminho e discussão deste capítulo. Afinal, todos os conceitos tentam caminhar lado a lado com o *self*, ajudando-o a expandir, a criar contextos nos quais mudanças ocorram na forma e no estilo de conversação que cada pessoa que atendemos assume, entra, sustenta e se distancia nos múltiplos encontros que realiza em seus contextos, também múltiplos, do dia a dia. Acredito que todos os “conceitos” estão encadeados e emergem como práticas discursivas que se baseiam nos pressupostos e implicações do construcionismo social. Também se baseiam em propostas políticas para a clínica. A dimensão que os significados, as lógicas de sentido, o *self*, as narrativas e a mudança adquirem na perspectiva pós-moderna, e mais especificamente na epistemologia construcionista social, nos convida a refletirmos sobre nossas atuações sócio-políticas com e através das pessoas que conversamos. Por que? Na perspectiva proposta pelo construcionismo, toda conversação adquire uma dimensão ética-relacional, nos convidando continuamente a nos reconhecermos nos múltiplos discursos sociais e nos convocando a refletirmos sobre nossas intenções e escolhas por quais destes discursos queremos e preferimos co-construir/fabricar, sustentar ou mudar diálogos e conversações (GERGEN, 2016; MACEDO e LIMA, 2016)

A “virada narrativa” iniciou-se com os estudos do giro-linguístico. Como dito no capítulo anterior, este movimento colocou a linguagem como construtora de realidades e ações através de sua característica performática, de sugerir e construir possíveis estados e caminhos para ações, interações e conexões com o outro. Neste percurso, a atenção voltou-se

para as narrativas, a partir da década de 60, que influenciou dois aspectos importantes: a centralidade dos processos discursivos (já discutidos pelos autores que estudaram o “giro-linguístico”) na produção da realidade e (aqui a narrativa ganha toda a sua força) o papel das narrativas como formas de interpretar e organizar os fenômenos do mundo e do próprio ser humano.(BRITO e GERMANO, 2017; ANDERSON, 2010).

Brito e Germano (2017) dizem que a entrada dos estudos sobre narrativas na psicologia se deu através de três autores principais: Theodore Sarbin, Donald Polkinghorne e Jerome Bruner. Estes autores inauguraram um movimento que ficou conhecido como Psicologia Narrativa, a partir de três obras: *Narrative Psychology: the storied nature of human conduct* de Sarbin (1986), *Narrative Knowing and the Human Sciences* de Polkinghorne (1988) e *Acts of Meaning* de Bruner (1990). Estas obras, além de redirecionarem os estudos sobre a produção de significados, tiveram dois efeitos importantes: deram novas bases para refletirmos sobre novas maneiras e funções da interpretação e permitiram que o diálogo com as epistemologias interpretativas, que foram silenciadas pela forte produção cognitivista na área da psicologia, voltassem a florescer. Anderson (2010) e Grandesso (2011) destacam a hermenêutica como o principal campo de diálogo e conexões com a psicologia narrativa e o construcionismo social. Ambas as autoras acreditam que estes campos compartilham de uma produção de significados que não localiza seu processo de construção dentro das pessoas, como a metáfora mecanicista usada pela psicologia cognitivista de processamento de informações e também não os essencializa a partir de metáforas de bases biológicas, usadas principalmente pela psicologia comportamental e pela psicanálise, para entender como os significados são construídos. Portanto, os estudos das narrativas se tornam referência de como entender os processos interpretativos, o de construção de significados, da organização da experiência, da ação e de como compreendemos a nós mesmos.

Contudo, podemos primeiramente refletir sobre a articulação entre narrativa e a experiência. A tradição moderna, como Ibanez (1994) sugeriu, construiu práticas discursivas no qual o conhecimento está dentro das pessoas, e sua organização se parece com os mecanismos de processamento de dados, metáfora descritiva originária da matemática, do mecanicismo, da engenharia da computação e biologia. A psicologia cognitiva teve um grande papel em estudar e consolidar esta prática discursiva, que coloca na mente e dentro de nós, através de uma base reducionista explicativa ancorada na biologia, como nosso cérebro organiza o conhecimento e traduz a realidade. A mente processa os dados, captados pelo nosso corpo, do que está ao nosso redor, do que fazemos, do que aprendemos, ou seja, ela

processa a nossa interação com o meio de forma organizada a partir e através da nossa história de interações com o meio. Portanto, experiência, é uma forma de dizer sobre nossas interações com o nosso meio, nosso contexto, sendo esta interação a maneira de se referir ao contato/conexão com os objetos, natureza e pessoas ao nosso redor. (GERGEN, 1985; IBANEZ, 1994)

A virada narrativa possibilitou refletirmos sobre outra maneira de pensarmos o conceito de realidade quando articulado com a experiência. Brito e Germano (2017), Anderson (2010) e Grandesso (2011) explicam que as narrativas referem-se a como as pessoas organizam às suas experiências e acontecimentos que ocorrem ao seu redor. Acrescenta que a narrativa é uma forma de dar coerência e estrutura aos eventos e fragmentos de nossas experiências. Imaginemos a quantidade de estímulos que perpassa por todos nós durante apenas um dos nossos dias. Porque alguns são lembrados ao final de um dia e outros totalmente esquecidos? O que faz com que alguns se tornem focos dos nossos interesses, ou até mesmo que os percebamos mais do que outros? Tal apreensão da realidade somente pode ocorrer quando usamos da linguagem para termos acesso a ela. E este acesso se dá na maneira como organizamos eventos temporais, que experienciamos através dos enredos sequenciados temporalmente, ao contarmos histórias, ao narrarmos o que ativamente construímos. O que constrói a realidade e nos permite ter acesso e compreensão ao que está ao nosso redor, são as narrativas. Além de dar sentido e organização às experiências de nossas vidas, as autoras também dizem que servem como formas de construção das nossas subjetividades. Ou seja, formas discursivas não apenas organizam os eventos e nossas experiências no mundo, como também organizam histórias sobre nós mesmos, que utilizamos de forma a construir o que chamamos de nossas “identidades” (subjetivações), quem somos!

Grandesso (2011) também argumenta que outra função das narrativas é possibilitarem as relações humanas através dos discursos. Por isso, escolhemos como porta de entrada para falar de significado, lógicas de sentido e *self*, as múltiplas narrativas que as pessoas constroem umas sobre as outras, sobre si mesmas ou sobre o mundo. Elas são as expressões do que as pessoas entendem como mundo, experiências, possibilitam conexões com o outro e, principalmente, como elas organizam conceitos sobre si mesmas e sobre as pessoas a seu redor.

Gergen (1997) e Anderson (2010) também ressaltam o caráter social das narrativas (e não seu processo cognitivo individual) quando refletem sobre a necessidade do fato ou da experiência ocorrerem para dar origem á elas. Argumentam que esta é a tendência moderna de expressar como organizamos o discurso. Uma mente capta o fato ou experiência algo e

organiza tais eventos expressando-os após uma elaboração ou organização interna. Os autores argumentam que são as convenções sociais antecedentes quem possibilitam nossas expressões e entendimento da experiência, estabelecendo princípios de coerência, adequação e inteligibilidade aos fatos. Assim, a fatualidade, os eventos ocorridos, só podem ser entendidos e negociados, conversados, a partir de convenções, processos sociais e históricos, que dão estrutura e possibilitam a expressão do que pensamos, sentimos ou desejamos. São as convenções históricas e, portanto, antecedentes a nós, que permitem a organização e relato narrativo. Não são os fatos em si, mas a produção de significados sociais sustentadas social e historicamente a partir deles, por meio da ação da linguagem.

Gergen (1997) propõe alguns critérios que possam ajudar a pensarmos nas estruturas das narrativas a partir das convenções histórico-sociais. O que definiria uma narrativa bem formada e coerente? Que organização interna as narrativas teriam que nos permitissem entendê-las? O primeiro critério é o estabelecimento de um **ponto final significativo** – Um objetivo, uma explicação, um ponto específico a ser almejado são exemplos de uma narrativa que propõe um ponto final. Tal ponto final não é decorrente da meta individual de alguém, e sim, dos valores que a narrativa almeja expressar nos acontecimentos e experiências que estão sendo organizados nela. Estes valores decorrem da perspectiva cultural que origina a narrativa e dos discursos presentes e disponíveis em cada cultura. São estes valores que articulam algum determinado evento como ponto final da narrativa. Note-se que são os valores ou enunciados que determinam o ponto final da narrativa.

O segundo critério é a seleção de **eventos relevantes para o ponto final** – Quando se estabelece um ponto final, a partir do critério de valor que se quer expressar, ele ajuda, como um ímã, a atrair e selecionar os eventos (fragmentos de relatos-enredos) que ajudem na finalização da narrativa. O terceiro critério é a **ordenação de eventos** – A sequência temporal (passado, presente e futuro) é de suma importância para se considerar a formação de uma narrativa. Não é necessário que a ordenação dos eventos seja linear. Pode haver conexões pouco coerentes em termos de organização sequencial lógica, mas é importante que a ordenação dos eventos tenha uma sequência temporal clara.

O quarto critério para Gergen (1997) é a **estabilidade da identidade** – Personagens e objetos da narrativa, nesta construção de uma narrativa bem formada, devem manter sua função estável ou coerente ao longo do tempo. Se uma mudança em suas funções ocorrer, isso deve ser descrito e explicado o porque. O quinto critério são as **associações causais** – a ordenação subsequente dos eventos deve ocorrer aos precedentes, ligados explicativamente. A narrativa deve oferecer explicações na linha de ordenação dos eventos que ajude na

inteligibilidade dos resultados.

E, por último, os **sinais de demarcação**. As narrativas contemporâneas empregam indicadores que demarcam o início e fim das narrativas. Como dito no primeiro critério, Gergen (1997) acredita que toda história carrega valores que são demarcados ao longo da história. A utilidade destes critérios está justamente nas reflexões de Gergen sobre todo relato ter como meta, ponto final, a expressão de valores.

Para o autor, estes critérios estruturam nossas narrativas contemporâneas e podem originar três formas de narrativas mais complexas: as **narrativas estáveis** – A história do protagonista ou protagonistas é organizada onde suas ações ou acontecimentos em suas vidas não influenciam, alteram ou impactam na mudança de uma meta ou resultado final. A vida é relatada como não havendo melhoras ou riscos e tragédias. A vida simplesmente se desloca, acontece... passa. Na segunda, as **narrativas progressivas**, a seleção de eventos serve para expressar a crescente progressão dos personagens em direção aos seus objetivos, metas ou resultados. Na terceira e última, as **narrativas regressivas**, ao contrário, a seleção e ordenação dos eventos estão conectados de forma que expliquem o afastamento dos personagens ou protagonista de atingirem suas metas e objetivos.

Gergen (1997) ainda sugere que em nossa cultura as três formas básicas de estruturas narrativas (progressivas, regressivas e de estabilidade) podem ganhar uma forma ainda mais complexa quando mescladas. Podemos ter uma **narrativa trágica** quando uma narrativa progressiva é seguida de uma rápida narrativa regressiva. Outra forma seria a de uma **comédia-romântica**, que se caracterizaria por uma narrativa regressiva seguida de uma narrativa progressiva. Uma terceira possibilidade seria a narrativa do **mito viveram felizes para sempre**, caracterizada de uma narrativa progressiva seguida por uma narrativa de estabilidade. Outra opção de narrativas estruturadas, encontradas nos jogos discursivos de nossa cultura contemporânea, seria a **saga heróica**, caracterizada de narrativas progressivas e regressivas em série e continuamente.

Alguns exemplos podem ajudar a compreendermos a importância política destas opções discursivas, pensadas por Gergen, de estruturar formas de nos conhecermos através destas narrativas. Strong (2013) enfatiza o quanto nossa sociedade, organizada em torno de uma epistemologia moderna, criou formas discursivas onde o déficit é o principal destaque das descrições sobre o comportamento humano e suas idiossincrasias. O autor destaca o incômodo pelo qual terapeutas que trabalham com as abordagens da terapia narrativa e com a abordagem de sistemas colaborativos de linguagem, por exemplo, sentem ao terem que diagnosticar muitos de seus pacientes para conseguirem dialogar com médicos, psiquiatras ou

planos de saúde. Strong, assim como Gergen, Hoffman e Anderson (1996), em um artigo intitulado “*O diagnóstico é um desastre?*”, afirmam que a opção discursiva de apontar e privilegiar o déficit e organizar as pessoas em catálogos de descrição de comportamento e motivações, o DSM V, por exemplo, colabora imensamente para que as pessoas sejam estruturadas de acordo com organizações de saberes que se responsabilizam em buscar ajustamentos e curas para o que está organizado erroneamente dentro destas pessoas. Essas opções discursivas associam o problema às identidades das pessoas, quando depositam dentro delas a causa dos distúrbios ou dificuldades.

Voltando a proposta de Gergen (1996; 1997; 2010; 2016), imaginemos a diferença, ao falarmos de alguém com quem estamos trabalhando em terapia, através das narrativas propostas pelo autor. Ao invés de dizermos que uma pessoa é dramática e exagerada, buscando constantemente a atenção e o amor das pessoas ao seu redor de forma infantilizada e, quando não obtêm, tal prazer substitutivo do olhar das pessoas, se frustra e protagoniza ataques de fúria; uma clássica descrição de um padrão histriônico de personalidade, optássemos por tentar compreender junto com esta pessoa, a partir de como ela organiza suas experiências em sequências de eventos relatados por ela, que pode bem se encaixar em uma narrativa trágica, onde uma história de rápida decadência – **uma narrativa regressiva**, de se afastar de seus objetivos - (se sentir pouco reconhecida ou amada) **é contada após** uma narrativa de histórias de atingir os resultados e expectativas esperadas – **uma narrativa progressiva**, de atingir as metas e resultados desejados - (saber como era o amor de seus pais, amigos, algum namorado... e agora estar se sentido sozinha). Entender a pessoa através e a partir da narrativa que organiza sua vida e sua visão de si mesma (uma visão performática, e não identitária) dentro dos contextos relacionais em que vive, nos permite abordar problemas não mais como estruturas fixas e internalizadas dentro das pessoas, mas como histórias dominantes que restringem o poder de ação das pessoas, uma vez que a pessoa dá sentido a suas experiências através de significados encontrados na narrativa.

Estes significados são co-construídos nas conversações com alguém(s) e perpetuados a partir das narrativas selecionadas, talvez pela própria pessoa ou/e pelas conversações e contextos que participa! É fácil perceber que os significados selecionados e que estruturam a narrativa, a partir do valor que se quer passar ou sustentar (amor, carinho, cuidado...) não dizem da “estrutura” de uma pessoa. É impossível alguém ser assim o tempo todo. Quando esta performance está presente? Quando não? Quando ela mesma, ou outras pessoas, descrevem suas falas, comportamentos, sentimentos e perspectivas de outra maneira? Em que contextos isso é diferente? Em quais relações esta performance é descrita e narrada assim?

Em quais relações outras descrições aparecem? Quais conversações/relações ajudam a sustentar esta narrativa? Quais não? Quais, onde e quando determinadas performances ajudam mais? Quais, onde e quando atrapalham? Uma multiplicidade de questionamentos e descrições pode surgir quando não procuramos por estruturas.

Gergen (1997; 2010; 2016) diz que o construcionismo social, como epistemologia, traz uma visão alternativa para o surgimento do significado. Uma primeira questão sugerida por Gergen se refere à impossibilidade de termos acesso ao significado do outro se nossas únicas referências do que se passa no interior das outras pessoas forem os fragmentos de expressões que temos em uma conversa. A externalização que pessoas realizam de seus pensamentos “ínternos” seriam nossas únicas pistas, escassas por sinal, na tentativa de compreensão do que os outros afirmam, sentem ou pensam. O autor, portanto, sugere que mudemos o foco da observação, de uma mente e um mundo privado e interno onde o significado é criado, processado e elaborado, e passemos a observar a criação do significado nas relações. Nesta perspectiva, passaríamos a entender e criar os significados no “entre”, e não “dentro” das pessoas. O significado seria criado através de uma **ação coordenada**.

Mas o que isso sugere? Como vimos no processo do giro lingüístico e da virada narrativa, enunciados, ou seja, organização de saberes, estão sempre explícitos e implícitos nas organizações das experiências, que por sua vez são organizadas pelas narrativas, as histórias que contamos diariamente sobre nós mesmos, que contam sobre nós e sobre o mundo. Contudo, as palavras em si, o enunciado que está “junto” as palavras, não ganham corpo, não tem sentido, não significam nada fora do diálogo. Gergen (2010) nos coloca um bom exemplo sobre este processo. Diz que se passarmos por uma pessoa na rua e dissermos ‘olá’ e não obtivermos uma resposta da outra pessoa, este simples fragmento de nossa linguagem não quer dizer nada. Poderíamos ter escolhido qualquer outra sílaba (ei, tudo bem, qk, opla) para nos expressarmos, mas sem o outro, a palavra em si não quer dizer nada, não tem o poder para coordenar ações sem o complemento do outro. Como o autor sugere, os enunciados sozinhos, pronunciados por um indivíduo sozinho, não tem significado em si mesmos. Precisam de uma ação suplementar, como ‘oi’, ‘tudo’, ou ‘claro que não’, ou ‘eu conheço você?’, como respostas a hipotética situação, para começarem a ter significado. Como podemos observar, o significado depende do diálogo, de uma ação suplementar.

Outra premissa para a criação do significado é o conceito de **ação suplementar e potencial do significado**. Toda palavra tem potenciais de ação, um campo aberto, de inúmeras possibilidades de direcionamento e deslocamento. Como Moscheta (2014) sugere, Derrida foi um dos primeiros autores a refletir sobre o imenso “oceano” de palavras

conectadas umas com as outras. Como se fosse um iceberg, onde a ponta da imensa geleira fosse uma palavra e toda uma imensidão de outras palavras estivessem suprimidas, ausentes, não ditas, mas conectadas e sustentando o aparecimento desta. Quando expressamos a palavra ‘fogo’, ela em si, tem todo um potencial de ação, ou seja, de descrever, delimitar e organizar ações. Mas, sozinha, como dito acima, ela não diz nada. O potencial de ação de cada palavra está justamente nos caminhos que ela abre para possíveis entendimentos, que só irão se concretizar a partir do que o autor nomeia de **ação suplementar**. O complemento para a palavra ‘fogo’ se daria no diálogo, como por exemplo: ‘sim, podemos ascender o fogo do fogão’, ‘fogo é o elemento perfeito da paixão’, ‘sim, é o símbolo do zodíaco mais perigoso’ e poderíamos continuar. Gergen (1997, 2010) diz que os potenciais de significado só podem tomar uma direção a partir e através de uma ação suplementar, que exigirá ações coordenadas das pessoas no diálogo. Visto desta forma, começamos a delinear que significados não pertencem a mentes individuais, mas sim as ações suplementares que um diálogo proporciona em uma conversação.

Outro ponto importante é que estas **ações suplementares** somente podem ser entendidas se forem **coordenadas** por todos os envolvidos no diálogo. Coordenação requer dois entendimentos: o primeiro é a concretização de um ou alguns dos potenciais de significado que uma palavra ou frase exige dentro de suas infindáveis aberturas. O segundo se refere ao aspecto sócio-histórico-político que enunciados e significados possuem. Toda palavra e seus possíveis significados não estão escondidos dentro dos indivíduos. São “artefatos culturais”, estão disponíveis na cultura sócio-linguística-relacional de uma determinada época e sociedade, e por isso sua contingência histórica. Os potenciais de significado da palavra ‘bala’ somente podem ser entendidos, como por exemplo, ‘não, faz mal aos dentes, obrigado’ ou ‘sim, podemos levar uma bala na cabeça se entrarmos aqui’ ou ‘foi bala demais a saída de antes, muito legal’, em nossa sociedade contemporânea. Imaginemos o dilema de um cidadão grego, na Grécia antiga, se deparando com esta palavra. Provavelmente não entenderiam nada ou teriam outros possíveis potenciais de significado/ação para ela. As tradições, seus jogos discursivos e enunciados, delimitam e organizam os potenciais de significados válidos e coerentes, criados nas ações coordenadas e suplementares.

Tais tradições e jogos discursivos também delimitam e organizam as ações coordenadas. Imaginemos uma situação comum: Duas pessoas entram em um elevador e este, ao começar a subir, balança de modo incomum e um pouco assustador. Ambos podem comentar entre si: “puxa, que elevador velho!”, e o outro responderia, “sim, é um prédio de 40 anos e os elevadores nunca foram reformados”. Esta sequência ingênua e corriqueira

exemplifica bem o que Wittgenstein (1994) chamou de jogos de linguagem. Somente dentro das regras de um determinado contexto sócio-histórico-comunitário, determinados significados e lógicas de sentido tem coerência, determinando, organizando e selecionando o que Gergen chama de ações coordenadas.

Imaginemos a mesma situação, agora, com as seguintes sequências de conversações: “puxa, que elevador velho!” e o outro responderia “sim, este é um cavalo de 40 anos que detesta que duas pessoas o cavalguem ao mesmo tempo! Qual de nós dois deveria descer?”. É fácil imaginar que, provavelmente, a primeira pessoa não conseguiria continuar o diálogo naquele contexto sem achar que o outro estivesse muito mal da cabeça. Talvez, se fosse um psiquiatra ou psicólogo, acostumado com tais jogos de linguagem em hospitais psiquiátricos, pudesse continuar o diálogo. Justamente porque estaria dentro de um jogo de inteligibilidade de regras, delimitações e seleções de um discurso-linguístico que conhece, a partir dos seus contextos de atuação e conversações. A maioria das pessoas, sem estes recursos e significados pouco compartilhados socialmente pela maioria, que nunca conversaram a partir destas regras e jogos de linguagem (organizações e seleções de discursos e significados), tal hipotética conversação seria amedrontadora ou totalmente absurda e sem grandes possibilidades de continuidade e inteligibilidade (a não ser pelo pré-julgamento de outra regra, delimitação cultural: o outro é um louco!). Portanto, as ações coordenadas, base para que o diálogo ocorra, necessitam que os integrantes dos diálogos participem da rede de inteligibilidade dos significados de uma determinada cultura e entendam os jogos de linguagem que ocorrem em determinados contextos (entendidos aqui como regras, limitações e seleções de possíveis entendimentos e ações).

Assim, para que um diálogo aconteça, precisamos de ações coordenadas através de ações suplementares múltiplas. Uma ação suplementar, para que o jogo de entendimento e criação de significados aconteça num diálogo, necessita ser coordenada. Ou seja, as ações suplementares “puxam”, necessitam de outras ações suplementares (a partir de ações coordenadas) para que o significado (e o diálogo) ocorra.

Percebemos, a partir destas explicações, como o significado é co-criado no diálogo e o porquê da ênfase dos autores pós-modernos no dialogismo. Diálogo nesta perspectiva pós-moderna, não é entendido apenas como uma forma de conversarmos diariamente. É onde existimos. É onde organizamos os significados e os co-criamos continuamente nos múltiplos diálogos que praticamos em nossas comunidades e relacionamentos.

Também fica claro que este é um processo de tradições e novidades, do conservadorismo e do novo. Apesar dos significados e seus potenciais de ação múltiplos

estarem ancorados e delimitados nas tradições sócio-históricas linguísticas, devido a sua própria característica de “potencial”, abertura, multiplicidade, podemos afirmar que está em constante tensão para novas emergências e entendimentos. A tensão entre o antigo e novo permanece constante, e a emergência de novos significados é inerente ao seu potencial. Isso explica o potencial de abertura que temos em co-criar novos significados, práticas discursivas, enunciados e concepções sobre todos os aspectos que nos circundam. Criarmos novos significados para mulheres, para o que significa ser homem, dinheiro, concepções de valores e tantos outros discursos disponíveis na cultura. Assim, significados não são processados na mente das pessoas, mas sim, na conversação que se estabelecem uns com os outros. Conversações que também se dão no processo terapêutico, nas narrativas que se reproduzem e também nas que são recriadas.

4.2 A Construção de Lógicas de Sentido e o processo terapêutico

Michael White e David Epton, terapeutas oriundos da Austrália e Nova Zelândia, respectivamente, também postulam que as histórias organizam, estruturam, dão coerência e acesso às experiências vividas. Eles são representantes dos estudos das narrativas no campo psicoterapêutico. A terapia narrativa desenvolvida por eles pode ser compreendida como um conjunto de práticas orientadas pelo pensamento pós-moderno, uma vez que tem como pressupostos básicos a co-construção da realidade, a função de organização e acesso a realidade via linguagem, a impossibilidade de um conhecimento objetivo e isento de valores e o foco no significado (GRANDESSO, 2009).

A partir destes pressupostos, a terapia narrativa também assume a perspectiva de que a linguagem constrói modos de descrever as pessoas, e que a forma de, e o uso das narrativas, trarão um grande impacto ao o que nomeamos como subjetividade, pois, permitem ainda às pessoas vincularem aspectos de sua experiência em uma dimensão temporal. Para eles, as pessoas organizam suas experiências e acesso ao mundo (pessoas e objeto) em sequências de eventos temporais chamados de enredos. O que chamamos de sequências temporais são os tempos usados que todo enredo possui: as histórias, a soma de vários enredos, são organizadas em passado, presente e futuro. Os tempos cronológicos são umas das funções que toda narrativa possui. “Uma história pode ser definida como uma unidade de sentido que oferece uma estrutura para a experiência vivida. É através destas histórias que a experiência é interpretada” (EPSTON; WHITE e MURRAY, 1998, p.119).

É importante ressaltar que estas histórias construídas são constitutivas na vida de cada um, na medida em que elas modelam as experiências e as relações entre as pessoas. Esta modelagem se dá a partir dos recortes que são feitos nas narrativas, ressaltando algumas partes e ocultando outras. Há uma espécie de seleção de acontecimentos na construção de uma história. Neste processo de constituição/construção da subjetividade fica claro que as narrativas sobre algo vivido não contemplam toda a experiência. Entre a narração e a experiência, é possível encontrar algumas frestas, brechas, espaços. Uma narração nunca abrange totalmente a experiência vivenciada, sempre fica algo a ser contemplado ou espaços a serem preenchidos: pensamentos, intenções e sentimentos que estão presentes na vivência de uma experiência, mas que não são incorporadas às narrativas. Ou seja, uma história nunca é fechada em si mesma. Pode ganhar outras aberturas, principalmente, em contextos de conversação, em que a escuta e a interação dos interlocutores propõe a construção de outros significados.

Nessa perspectiva, Michael White (2012) desenvolve também a noção de narrativas dominantes enfocando a psicoterapia. Refere-se às narrativas dominantes expressas pelos clientes no contexto terapêutico que abarcam apenas determinados aspectos da experiência e, que de alguma forma, restringem as possibilidades existenciais daquele indivíduo. A concepção de narrativas dominantes é inspirada pelas ideias de Michael Foucault, acerca do poder. Foucault não entende o poder como um atributo ou característica de alguma pessoas ou instituição, mas como um efeito do discurso, se articulando de maneira variada na rede social, sob relações desiguais e móveis. Dessa maneira, o poder pode ser uma ação ou prática, cujo exercício é circunstancial, único e singular, tanto em seus procedimentos quanto em seus objetivos e efeitos. Por outro lado, o discurso é entendido como um conjunto de práticas, metáforas, significados compartilhados, histórias e imagem que cooperam na determinada construção de um fato, evento ou objeto.

Ao discursar sobre determinada realidade, essa é convocada a ser como foi significada, sendo construída pela prática discursiva na maioria das vezes embasada no poder. Como a linguagem constrói a vida, ela não é neutra e os discursos da verdade dos conhecimentos unitários, globais e dominantes contribuem para a constituição das pessoas e das relações (FOUCAULT, 1979; 1996).

Partindo desta noção de discurso e poder, é possível pensar que as histórias estreitas, com perspectivas restritas, têm como efeito as escassas alternativas de transformação da existência. Essas histórias estreitas, transformadas em histórias dominantes, produzem pessoas e comunidades com restritos potenciais de ação, com narrativas subjetivas

empobrecidas e menores possibilidades de performances. São histórias que levam as pessoas a perpetuarem um “mais do mesmo”, como redundâncias operacionais que as mantêm aprisionadas em seus próprios infortúnios (GRANDESSO, 2011).

No trabalho clínico, o processo de desconstrução de narrativas empobrecidas e marcadas por vieses simplificados, e a construção das narrativas mais abrangentes e complexas sobre a experiência vivida, é infundável. Isso porque esse processo abre espaço para que a pessoa possa reconstruir a si mesma, aos demais e a suas relações, segundo orientações alternativas. No *setting* clínico, o terapeuta participa oferecendo novas “linhas” de argumentação, visões, conexões, para que ambos criem novas tramas e, consequentemente, narrativas mais ampliadas. Esta multiplicidade de linhas e desenhos não é trivial. Estamos tentando co-construir conhecimentos. Kenneth Gergen (2010) e Harlene Anderson (2010, p. 35) dizem que para o construcionismo social, o relacionamento é a morada do conhecimento: “dessa perspectiva, idéias, verdades ou auto-identidades, por exemplo, são produtos dos relacionamentos humanos”. Para o construcionismo social, significados e a própria realidade, são constructos dos relacionamentos humanos, dentre eles a relação que se estabelece no espaço terapêutico. Esta maneira de evocar o relacionamento, como base da criação da realidade, é uma mudança de visão em relação a todas as teorias e abordagens que centralizam o conhecimento dentro do indivíduo, a partir de uma posição individualista. Através desta mudança epistemológica na forma de como conhecemos o que conhecemos, as abordagens pós-modernas rejeitam a possibilidade cartesiana de separar o objeto do sujeito cognoscente. Sujeitos e objetos foram separados para se tentar apreender melhor o objeto a ser conhecido a partir da tradição iluminista. Nas teorias pós-modernas, torna-se impossível realizar esta operação.

O passo que o construcionismo claramente propõe é que tão pouco um sujeito, mesmo com a capacidade de reflexão de separar o que tem dele próprio na observação, seja ele individualmente quem constrói e apreende a realidade. É no relacionamento que o significado é construído, a partir de um eterno processo de negociação, persuasão, convencimento, retórica e legitimação, daí, para esse estudo, a importância da relação entre terapeuta-cliente e como os sentidos são produzidos a partir dela. A ideia de que a mente espelha o que está lá fora na natureza (captura o real) e traduz fidedignamente o que viu ou compreendeu, justamente a ideia de representação, é rejeitada pela visão relacional do construcionismo, da abordagem colaborativa e da terapia narrativa, por exemplo. A ênfase aparece nas ações coordenadas entre as pessoas e nas ações suplementares que cada envolvido no diálogo cria nas sequências relacionais. Vemos que o significado não reside em nenhum dos dois

indivíduos, mas somente na relação de ambos, contexto para que o significado ocorra (GERGEN, 2010; 2016).

Contudo, como ocorre a construção dos significados que utilizamos em nossas práticas discursivas cotidianas e que vão emergir e entrar em relação no espaço terapêutico? Gergen (1997; 2010; 2016) conseguiu construir tanto uma alternativa para a epistemologia moderna que sustenta a ciência, que foi o construcionismo social, como uma teoria para a construção do significado. Como Iniguez (2003) e Ibanez (1994) afirmam, a postura epistemológica moderna centraliza o pensamento, emoções e memórias, por exemplo, pertencentes a um cérebro humano que individualmente processa as informações e compreende o real. É uma tradição que, como vimos anteriormente, cria dicotomias na sua forma de descrever o fenômeno: o dentro e fora, a exterioridade e a interioridade.

A importância dos significados, para a psicoterapia, encontra-se no que Grandesso (2011) chamou de reconstrução dos significados. Como todo significado possui potenciais para múltiplos entendimentos e, portanto, para diversos direcionamentos e ações, eles podem adquirir organizações, entendimentos e potenciais de ação restritos ou pouco funcionais para as pessoas em determinado contexto, relação ou momento de vida. Significados que restrinjam ações, conservem um único e possível entendimento, podem levar pessoas a perderem opções de reflexão sobre novas maneiras de dialogar, agirem ou compreender problemas. São como âncoras que podem fazer o “barco” - nossas percepções, vontades, desejos e intenções - ficarem navegando em torno de um mesmo ponto, e impedindo de enxergarmos novos horizontes, atitudes, termos novos, pensamentos e ângulos diferentes sobre possíveis alternativas de decisões, ações ou resoluções de problemas.

Quando Grandesso (2011) argumenta que uma das funções da psicoterapia é a reconstrução dos significados, acredito que está dizendo que ao desconstruirmos os significados que estão impedindo novas alternativas de compreensão sobre os problemas que as pessoas estão enfrentando, a reconstrução, ou seja, a ampliação de novos entendimentos sobre os significados que as pessoas dão a certas palavras, acontecimentos, desejos, intenções, relacionamentos ou ações, pode gerar novas formas de se lidar com estes problemas, justamente a partir da reconstrução dos significados, que estavam impedindo novas formas de lidar, agir e enxergar. Quando dizemos desconstrução, estamos longe da ideia de extinção, aniquilamento. Queremos dizer expansão. Um significado nunca será eliminado da rede de compreensões de uma pessoa. Não existem soluções definitivas. Acredito, como Anderson (2010), que não existe cura ou resolução de conflitos. A tensão será sempre existente. Estamos procurando diminuir a força de um significado e aumentar o diálogo com outros,

através de negociações constantes dentro do *setting* terapêutico. Dar força, corpo, aumentar a reflexão sobre outros significados que possam ajudar a diminuir o poder controlador que um único possa estar exercendo sobre a pessoa. Em outras palavras, estamos procurando por novos agenciamentos, e que as pessoas possam aumentar seu poder de reflexão por qual significado escolher, qual significados preferem ou melhor se adéquam para as situações e dilemas que estão enfrentando. Como Anderson (2010), esperamos diluir conflitos, não pretensiosamente extingui-los (uma visão bastante dogmática de paraíso: uma vida sem problemas). Grande parte da terapia, acredito, gira em torno de aumentar o poder de autoria e agenciamento das pessoas sobre suas próprias escolhas, vida e significados que preferem usar/escolher.

Mas, apenas a procura e trabalho pela reconstrução dos significados não basta. As produções de lógicas de sentido também precisam estar presentes para que toda a engrenagem, sobre o conceito de mudança, possa acontecer. O construcionismo social associa a realidade à forma de acessá-la, ou seja, à maneira como a descrevemos. A descrição é uma importante premissa do construcionismo social para argumentar que não existem hierarquias de realidades, de percepções sobre o real. É uma forma de validar o anti-realismo, um dos pressupostos do construcionismo. White (2012) também localiza nas narrativas, assim como os autores do giro lingüístico e da virada narrativa, a força das descrições, nomeadas em nossa cultura como histórias, para termos acesso ao outro e a realidade. A descrição sobre um fato ganha relevância sobre o fato em si, não tendo como ter acesso a ele fora de sua descrição. Também observamos a importância dos significados, no e através do diálogo, a partir das narrativas, para a construção dos entendimentos que temos sobre nós mesmos, dos outros e do mundo. Acrescento aos significados e as descrições, **os valores**. Como Gergen (2016) afirma, grande parte de nossas condutas estão baseadas em nossos valores. Assim como ele, acredito que grande parte dos conflitos entre pessoas estão nos valores que as guiam. Quando entendemos quais valores direcionam as pessoas e as comunidades em que vivem, entendemos a força que tem e os múltiplos significados que podem fazer parte da construção destes valores. Portanto, produção de lógicas de sentido, como disse no começo deste capítulo, assimila a co-construção de significados, mas também é formada pela maneira como as pessoas descrevem a si mesmas (e os fatos ao seu redor) e aos valores que sustentam, atualizam ou modificam nos diálogos com os outros. Valores, descrição/narrativas/histórias e significados formam um conjunto que se retroalimentam constantemente e, juntos, produzem lógicas de sentido de como viver, pensar, emocionar-se, relacionar-se e ter metas para a vida.

A forma de produzir significados, juntamente com os valores e a maneira de descrever as experiências, a si mesmo e os eventos ao nosso redor, seriam o que chamamos de produção de lógicas de sentido. Como descrevemos, o significado co-construído e os valores adjacentes seriam os elementos que estamos atentos para entender as lógicas de sentido que alguém dá ao falar de si, do mundo e dos problemas no *setting* terapêutico. Estamos sempre tentando co-construir novas lógicas de sentido quando as usualmente praticadas pelas pessoas em suas vidas perdem sua eficiência ou força. Acreditamos que as lógicas de sentido ajudam imensamente no entendimento de como as pessoas perderam o senso de capacidade de resolver seus problemas ou de se sentirem competentes para resolvê-los. Muitas vezes, não nos perguntamos sobre os valores que guiaram nossas atitudes, ações ou pensamentos. Concordo com Grandesso (2011) ao ela afirmar que grande parte do nosso mal-estar surge quando estamos agindo em desacordo com nossos valores. O significado que damos aos nossos valores estão, como dito acima, no processo de diálogo, que criam como entendemos o que valorizamos e acreditamos.

Imaginemos uma pessoa que descreve, no *setting* terapêutico, a falta que sente de uma antiga amiga de infância e adolescência que, na vida adulta, por alguns motivos específicos, se separaram. Acrescenta que estão prestes a se reencontrarem em função de uma festa de amigos em comum, e diz que está com muito medo e triste, por não saber o que fazer. Ao perguntarmos sobre o significado de medo e tristeza, várias histórias, dentro destas palavras aparecem: brigas, desencontros, fofocas que as separaram, ajudas mútuas, aprendizados, experiências de solidariedade, carinho e tantas outras. As outras histórias emergentes nos ajudam a pensar se haveriam outros significados implícitos, mas ainda não ditos, na primeira versão da descrição: a tristeza e medo, são acrescentados desejos de reviver algo, bons aprendizados e confiança. Poderíamos continuar explorando a situação hipotética perguntando sobre o que estes novos significados lhe sugeririam como ação ou vontade do que fazer. Se obtivéssemos como resposta a vontade de tentar uma reconciliação ou uma conversa franca e honesta sobre a saudade dos velhos tempos, e a vontade de repensar a relação, poderíamos continuar perguntando sobre quais valores a estão guiando para desejar tal ação. Se, como resposta, obtivéssemos as palavras carinho e amor, estaríamos diante de um exemplo onde **descrição, significados e valores** estão na base das lógicas de sentido de alguém, que impulsionam, delimitam e organizam ações, intenções, expectativas e desejos. Não esqueçamos que as lógicas de sentido também abrem caminho para refletirmos sobre seus efeitos políticos. Por exemplo, se perguntássemos na sequência: “como você acha que estes valores, carinho e amor, afetam as pessoas ao seu redor? É este tipo de efeito que você

gostaria de proporcionar a sua comunidade/pessoas?”. Uma forma de pensarmos os efeitos político-comunitários de nossas perguntas/diálogos/ações. O longo e hipotético exemplo é uma forma de como entendemos as lógicas de sentido no *setting* terapêutico e sua função de ajudar as pessoas a criarem suas autorias, agenciamentos, responsabilidades e reflexão sobre os efeitos de suas ações!

Assim, a partir do construcionismo social, suas premissas e pressupostos, buscamos não nos resignar a uma única lógica de sentido. Acredita-se que é possível construir e experimentar novas alternativas para vida, através da co-construção de outras lógicas de sentido. Existem muitas histórias dentro das histórias, e valores que carregamos nelas, e o ato de não se resignar a uma única história, está na crença de que a vida é multi-historiada, não existindo assim uma única história legítima nem apenas um único valor correto a ser sempre usado da mesma maneira e em todos os contextos, de um único jeito (WHITE, 2012; ANDERSEN, 1995).

No trabalho de co-construção de novas lógicas de sentido, através do diálogo sobre narrativas, significados e seus valores, acreditamos também que as narrativas têm brechas e lacunas, que podem ser preenchida de diversas formas. Muitas vezes estas brechas se tornam aberturas para que dialoguemos sobre outros elementos, que podem agregar a uma história (ações suplementares coordenadas no diálogo, que podem ampliar significados) e, assim, a possibilidade de novas conexões, servindo como inspiração para repensarmos sobre os efeitos que os valores estão tendo sobre nossas perspectivas.

Agregar ou rever novos valores e significados à narrativa de um paciente no *setting* terapêutico constrói um amálgama que, pela diversidade e contradições, abre portas para se olhar diferentemente o que dizemos. A ideia é co-construir outros significados e ampliar lógicas de sentidos através de novas formas de descrever o que foi narrado, acrescentando ou intensificando alguns valores, e/ou trazendo significados implícitos, mas não ditos, daqueles inicialmente colocados.

Gergen (2016), ao sugerir que a criação dos significados depende da tradição de coordenação social, a partir das ações suplementares realizadas no diálogo, também nos convida a refletirmos sobre como as lógicas de sentido podem ser conflitantes no trabalho terapêutico. Valores, como produtos das conversações que estabelecemos ao longo de nossas vidas, podem construir caminhos bastante difíceis quando adquirem direções muito diferentes ou antagônicas entre as pessoas. Ele nos convida a pensarmos em como nos sentiríamos atendendo alguém que pregasse a importância do sexismo, do nazismo ou da supremacia branca (caso os valores do terapeuta fossem totalmente opostos a estes). Como seria?

Tentariamos convencer, retoricamente, que estes valores são errados e inaceitáveis? Adiantaria? Talvez, não aceitar trabalhar com pessoas que tivessem tais valores? Escutar e tentar compreendê-los, empaticamente, seria uma possível solução?

4.3 A Psicoterapia: um processo ético-relacional

A importância dos valores para Gergen (2016) está na proposta de uma ética relacional. Quando postula que individualmente não damos origem ao significado, mas este toma forma dentro de um processo de ação coordenada (através de ações suplementares que tanto precedem quanto seguem as ações em si), estamos redirecionando a função dos valores. Como são co-criados, nos processos relacionais, o autor sugere que não olhemos para o significado em si dos valores, mas ao processo relacional que lhes deu origem. Se procurarmos por bons e maus valores, estamos no campo de uma ética produzida por indivíduos autônomos que elaboraram valores melhores do que outros. Nesta discussão, fica fácil tomar caminhos oposicionistas pelo simples debate sobre qual seria o melhor. Quem tem a verdade ou a melhor definição do que é o melhor? Novamente, a posição individualista nos convida para dicotomias insolúveis e conflitantes.

Ao contrário, a ética relacional, proposta por Gergen (2016), nos convida a pensarmos no caminho relacional da construção dos valores e percebermos que sem o outro, os valores e visões de vida diferenciada dos outros, os nossos não poderiam ser criados. É nesta diferença que podemos co-criar uma multiplicidade de valores e modos de enxergar a vida. É nesta diferença que os valores foram criados. Na e a partir da perspectiva do outro que conseguimos formar os nossos próprios. É neste diálogo da diferença que sustentamos ou mudamos nossos valores. Assim, passamos a tentar compreender o processo de diálogo e como ele ocorreu, para que valores pudessem ser criados e cristalizados (e os possíveis movimentos que ainda podem adquirir). Ajudar o outro nesta compreensão, que os valores foram criados e são sustentados na relação, pode ajudar, no trabalho terapêutico, as pessoas a reconhecerem a importância do outro. Não por pensarem de forma igualitária ou radicalmente diferente, mas a legitimar que somente penso e valorizo uma forma de atuar e ser, e continuar neste processo, a partir e através do diálogo com o outro. O diferente, a outra pessoa, se torna vital para a minha existência. A relação e seus processos se tornam o foco de uma ética. E não somente a concordância ou discordância do conteúdo e enunciados dos valores expressos por alguém. A Ética relacional sugere que voltemos a pensar nos processos relacionais e os enxergarmos como processos existenciais.

Outra forma de compreender a co-construção de uma ética relacional é o diálogo com a teoria hermenêutica. Tanto Anderson (2010) quanto Grandesso (2009; 2011) sustentam a influência das teorias Hermenêuticas sobre as ideias construcionistas sociais. Talvez, por isso, a escolha neste momento de dialogar com a hermenêutica. De acordo com Grandesso:

Se o significado for compreendido conforme está sendo proposto aqui, de acordo com uma abordagem pós-moderna, o meio de acesso a ele, diferentemente dos métodos empíricos e experimentais, próprios da ciência moderna, somente pode-se dar a partir da hermenêutica. Significado implica um campo de sentido; e um campo de sentido envolve uma abordagem interpretativa, própria de uma ciência hermenêutica (GRANDESSO, 2011, p. 176).

Em sua definição mais clássica, hermenêutica refere-se à ação de compreender e interpretar o sentido de algo. Portanto, é uma ciência que se pré-ocupou com o sentido das palavras, textos, ações e principalmente dos significados. Uma tarefa nada fácil ou trivial. A busca pela compreensão do significado do que está, por exemplo, dentro da cabeça das pessoas, nas interações entre pais e filhos, nas brigas e desavenças em família, foram e são interesses de vários pensadores que se propuseram a interpretar e ditar o sentido para nosso universo caótico e nada inteligível (GADAMER, 1997, 2007; GRANDESSO, 2011).

Originalmente, a hermenêutica surgiu como uma abordagem para interpretar textos bíblicos no período iluminista do século 17. Foi uma hermenêutica que ainda se concentrava exclusivamente em focalizar sua ação interpretativa no texto. A abordagem passou por algumas evoluções, como todas as abordagens passam. Existiu o período da hermenêutica romântica, a hermenêutica moderna e a hermenêutica filosófica ou contemporânea. De novo, não poderemos parar para avaliar estes tópicos aqui, mas é importante deixar marcado sua origem e sua evolução ao longo do tempo (GADAMER, 2007; GRANDESSO, 2011).

O início do nosso diálogo com esta abordagem está no momento da hermenêutica moderna e da filosófica ou contemporânea. Friedrich Schleimacher (1768-1834) é considerado o pai da hermenêutica moderna. De acordo com Renones (2008, p. 21): “ele organizou os parâmetros para a compreensão das três linhas de interpretação existentes então: a Filológica, que tratava de textos; a Teológica, que focava as escrituras sagradas; e a Jurídica, da compreensão da lei e de seus sentidos”.

Schleimacher propôs que para entendermos um texto deveríamos estar cientes de uma ação e um conhecimento: a ação seria a de empatizar com o autor. Se colocar o mais intensamente no lugar dele para compreender suas intenções, paixões, razões e outros tantos movimentos que pudessem descrever com maior precisão o mundo do autor que escrevera o texto. Em outras palavras, tentar pensar como o autor pensara, ao produzir a obra literária em

questão. O segundo, o conhecimento, restringia-se a compreensão lingüístico-gramatical que o texto exibía. Sem esta compreensão seria impossível ter acesso aos significados dos textos. Nas palavras de Renones (2008, p. 32): “ele nos propõe olhar um texto e tentar entrar no lugar de quem o escreveu, como se fôssemos esse autor, com suas intenções; por outro lado nos pede que olhemos o texto (e aqui ele recupera a indicação de Spinoza) com a autonomia de sentido que tem”.

Uma interpretação possível desta busca neste momento da hermenêutica moderna é sua tentativa de aliar o psicológico com o contextual, o subjetivo com o objetivo. Entender o mundo de alguém (psicológico), se colocar no seu lugar, e entender as regras (contexto) que circundam a produção deste alguém.

A ponte da hermenêutica moderna para a contemporânea, que entraremos agora, fica clara na tentativa deste primeiro momento, com Schleiermacher, de lidar com o processo da tradução. Como compreender o processo de pensamento, expectativas, intenções, objetivos de alguém? Como traduzi-los? Como entendê-los “perfeitamente”? Por exemplo, a tradução de mesa, ao observarmos uma, em uma conversa, mesmo que o objeto em si não esteja presente, é de fácil visualização ou compreensão. Até mesmo em outro idioma, tal tradução é extremamente fácil de realizar. O difícil, por exemplo, é traduzir o amor, a saudade. Com quem? Quanto, como, dita ou não, como traduzimos ou quantificamos tais palavras? Há tentativas, mas dificilmente chegamos perto com precisão. Certamente é uma tarefa impossível. Foi desta impossibilidade que a hermenêutica filosófica ou contemporânea tratou de trabalhar (GADAMER, 2007; GRANDESSO, 2011).

Foi com Hans-Georg Gadamer (1900-2002), discípulo de Heidegger (1889-1976), que o avanço da tradução, ou compreensão dos sentidos expressos por alguém, tomou um novo direcionamento. A hermenêutica nesta nova fase redirecionou o foco da interpretação e buscas do sentido do objeto, do texto, do outro, do interpretado, para o intérprete.

Grandesso (2011) afirma que Gadamer inverte o sentido do foco justamente porque acredita que o significado não pode estar desvinculado das pré-estruturas de compreensão do intérprete e pela fusão de horizontes entre o intérprete e o texto-pessoa.

O intérprete dirige-se para o texto com seus preconceitos, prejudgamentos, questões e suposições que restringem a gama de respostas possíveis. A compreensão surge como um acontecimento único dessa fusão de horizontes, não podendo ser atribuída a qualquer dos participantes, já que resulta desse encontro (GRANDESSO, 2011, p. 180).

Podemos refletir sobre algumas implicações desta abordagem e suas articulações com o construcionismo e a psicoterapia. De acordo com Renones temos quatro caminhos possíveis

para tentarmos compreender o outro:

1 Alterização – tornar-me o outro. Perder-me de mim e do que imagino ser “eu”. 2 Fazer do outro um igual, ou “mesmificá-lo”. Tirar-lhe o que tem de singular. 3 Constatar e manter sua diferença em relação a um “eu”. Afastamento, isolamento, pobreza e arrogância. 4 Articular-se com esse outro. Há tensão na relação com o diferente. Há possibilidades das diferenças engatilharem transformações (RENONES, 2008, p. 24).

Podemos articular dois dos pressupostos do construcionismo social - relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento e a interligação entre conhecimento e ação - com a proposta dos autores acima. Uma primeira articulação é compreender que toda leitura do outro, seja ele objeto ou pessoa, se dá a partir de pré-conceitos e pré-julgamentos que, no encontro com os mesmos preconceitos dos outros (fusão de horizontes), uma articulação para o novo e um consenso serão produzidos. Sempre. Acredito que seja isso que Grandesso (2011), Anderson (2010), Gadamer (1997) e Renones (2008) chamem de “fusão de horizontes” (conceito originalmente formulado por Gadamer): Articulações para um consenso que partirão sempre da diferença. Que cada palavra do cliente somente poderá ser compreendida a partir e na pré-suposição de algo que o terapeuta precisa ter como base.

Não é simples compreender e viver tal convite de leitura do que é o real e relacional. Criar um espaço de consenso, como afirma Grandesso (2011), só será possível na psicoterapia ou em qualquer relação na qual “entramos e saímos”, se formos capazes de aceitar que a própria busca por consensos já é um dos focos do trabalho psicoterapêutico ou de se viver neste pressuposto da ética-relacional: como a autora sugere a partir das palavras de Gadamer:

Uma consciência formada hermenuticamente tem que se mostrar receptiva, desde o princípio, à realidade do texto ou pessoa. Mas essa receptividade não pressupõe nem “neutralidade” frente às coisas, nem tampouco autossupressão, mas inclui uma incorporação matizada das próprias opiniões prévias e preconceitos (pré-juízos). O que importa é fazer-se cargo das próprias antecipações, a fim de que o texto ou pessoa mesmo possa se apresentar em sua alteridade e obtenha, assim, a possibilidade de confrontar sua verdade objetiva com as próprias opiniões prévias. (GADAMER, 1976, p. 335 apud GRANDESSO, 2011, p. 181).

Nesta busca por consensos, na conferência com o outro do que ele acha de nossas opiniões, colocações, reflexões ou intervenções, a figura do especialista ou da verdade desaparecem. A distinção do observador terá que ser trabalhada na relação terapêutica por ambas as partes. A busca por entender as distinções do outro e deixar que elas fabriquem uma diferença em si, será a base do método de conversação terapêutica na ética-relacional. A diferença passa a ser a regra. A transformação no diálogo o método. Em toda conversação a transformação, a busca pela diferença na alteridade que fará o diálogo iniciar e se perpetuar,

será a busca do terapeuta e o parâmetro do trabalho psicoterapêutico. Não trabalharemos com estruturas. Elas são transitórias e apenas existentes no contexto de exploração, dominação e mistificação. Apenas servem para um terapeuta inseguro “dominar” e dizer ao outro o quanto ele sabe de algo.

Os nomes e discursos levantados para definir e superar as inquietações são negociados entre os terapeutas e clientes de forma a serem intencionalmente apropriados as experiências e preferências dos clientes. Enxergar problemas como acontecendo entre pessoas ou como problemas externos as pessoas e que devem ser contornados é diferente de diagnosticar déficits e patologias internas e serem tratadas (STRONG, 2013, p. 18 e 19).

Compreender o outro passa a ser uma relação com o diferente. Uma tensão que precisa existir para percebermos se estamos sendo modificados, alterados no diálogo com o outro. Esta transformação será a base para compreendermos se estamos dialogando ou monologando. Todo diálogo em que não percebamos uma mudança (mesmo que o ritmo, o conteúdo, o timbre sejam o mesmo) corre o risco de ser um indicativo de monólogos. Estamos apenas informando nossos preconceitos ao outro. Na conversação está a abertura para o novo. Esta apreensão e busca pelo novo é um pressuposto da alteridade e da busca por consensos a partir de pré-juízos e estruturas de pensamentos prévios. Sempre existentes em ambas as partes do diálogo.

Portanto, a busca por certezas (estabilidade), determinismos (simplicidade), privados, interioridades, neutralidades ou individualidades (objetividade) são incoerentes com os novos pressupostos apresentados até aqui. Assim, o grande objetivo na área da saúde – a cura – e mais especificamente, na área da psicologia, deixa de ser o guia e norteador do trabalho. O psicólogo deixa de ser alguém que precisa mudar o outro (ou repará-lo). Esta meta, como vimos até aqui, é mais congruente com os pressupostos da modernidade.

No meu entender a área na qual as teorias hermenêuticas e o construcionismo social dialogam com mais intensidade é a da co-construção de significados e a produção de lógicas de sentido. Até aqui, enfatizamos que a co-construção de significados e a produção de novas lógicas de sentido são possíveis focos de trabalho para a mudança no *setting* psicoterapêutico. Contudo, todas estas possibilidades acontecem através do diálogo. Toda esta possível mudança iniciou-se na reflexão sobre o relacionamento e o diálogo. É comum, nos textos escritos por autores pós-modernos, lermos constantemente sobre diálogo e dialogismo. E que diálogo e o dialogismo são inerentemente generativos. Me baseio em Anderson (2010; 2011; 2012; 2017a; 2017b) Grandesso (2011; 2002; 2006b) e Macnamee e Gergen (1998), para refletir sobre algumas de suas colocações sobre o dialogismo na terapia e sua função no

processo de mudança.

Assim como Anderson (2010) e Grandesso (2011), acredito que o diálogo é uma das mais importantes ferramentas para a co-construção do significado e das lógicas de sentido. Através do diálogo conseguimos compreender, juntos, valores que estão na base intencional de ações, pensamentos, desejos e expectativas das pessoas no trabalho de psicoterapia.

Falamos constantemente de diálogos e conversações como se ocorressem á todo momento em nossas vidas. Claro, realmente acontecem. Mas, uma importante reflexão que Anderson (2010) nos coloca, é sobre quais destes diálogos e conversações nos ajudam, na terapia, a ampliar nossas sensações de liberdade, esperança e criam alternativas para agirmos de formas diferentes, e quais não causam nenhuma ou pouca transformação. Que tipo de conversação permite a criação de novos significados e a organização de novos sentidos para nossas vidas, e quais não propiciam nenhuma mudança significativa?

Uma primeira observação, de cunho político, é que a autora não distingue conversações especiais que ocorreriam somente dentro do processo terapêutico, e outras fora deste espaço. A autora diferencia conversas que possibilitam a criação de novos significados e sentidos, que tem um potencial de ajudar pessoas a refletirem sobre mudanças e transformações desejadas e, conversas que não são úteis ou não causam nenhum tipo de transformação/mudança, ou seja, as distingue entre conversas dialógicas ou monológicas. Portanto, é uma distinção que não pertence somente a um corpo técnico, dentro da terapia, mas a todas as conversações que possam ocorrer na vida das pessoas. Considero uma importante demarcação da autora porque destitui os efeitos do discurso de que apenas um especialista treinado neste tipo de conversa estaria apto a facilitar mudanças no outro. O *setting* terapêutico não é um lugar sagrado. É apenas um facilitador para que as conversas dialógicas sejam facilitadas e proporcionem ao cliente um espaço, que talvez em sua vida tenha poucos espaços dialógicos, para percorrer uma ampla variedade de assuntos e possibilidades se sentindo livre para ir e vir, sem julgamentos ou colocações violentas e desqualificadoras.

A partir destes questionamentos, o que diferencia um processo dialógico, uma conversação dialógica de outros processos conversacionais? Anderson (2010) destaca uma diferença básica: conversas dialógicas ou monológicas. Diálogos e monólogos. Talvez, uma primeira distinção, que nos ajudaria a refletirmos sobre o ponto de partida da autora, é reafirmarmos a premissa básica da pós-modernidade. Não somos pessoas governadas por estruturas psíquicas ou biológicas e tampouco direcionadas por processos mecânicos de retroalimentação e manutenção de equilíbrios. Anderson (2010) ressalta que somos seres

humanos sempre dotados, sempre, de intenções, que no constante processo comunicacional entre nós, seres humanos, criamos a nós mesmos e o meio que nos circunda, a partir e na conversação diária.

Definido desta maneira, podemos facilmente perceber a importância do diálogo em nossas vidas. Anderson (2010), ao falar da postura filosófica da abordagem dos sistemas colaborativos de linguagem, uma das abordagens terapêuticas que tem sua base no construcionismo social, enfatiza o lugar do terapeuta como:

Na minha abordagem à terapia, o interesse e a intenção principais do terapeuta são criar uma oportunidade dialógica – e pelo diálogo criar oportunidades de autoagenciamento, liberdade e possibilidades que são excepcionais para o cliente na situação em que este se encontra, nas quais o cliente tenha participado da invenção e do desenvolvimento (ANDERSON, 2010, p. 79).

Um dos pressupostos do construcionismo social é a primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento. E, uma das ideias que formam o conjunto de críticas do construcionismo ao pensamento moderno, mais especificamente a ciência, é a crítica ideológica. Quando a autora descreve sua posição no relacionamento com sua cliente como buscando uma “parceria”, me parece estar minimizando os efeitos da hierarquia. Parceria pode remeter a troca, e uma exploração em conjunto dos significados e nos temas trazidos pela cliente. Assim, a autora valoriza o relacionamento como forma de produção e sustentação dos conhecimentos gerados na terapia e, talvez, procure reduzir a possibilidade da terapeuta conduzir o processo terapêutico e a cliente ser, passivamente, levada a se encaixar nos dizeres e diretrizes dela. Uma postura de **igualdade e respeito** aparece como uma possível visão dos valores dos terapeutas que procuram o dialogismo.

Outra característica do dialogismo é convidar os terapeutas a observar o sistema terapêutico como um “espaço de reflexão”. É evitar que angústias e experiências dos clientes sejam estruturadas e narradas a partir de uma descrição contextualizadas em sistemas linguísticos de significados baseados na teoria do terapeuta ou em códigos estruturados de doenças como o DSM V. E, descrever metas de um sistema terapêutico como refletir sobre outra forma de ver, pensar ou dialogar sobre o problema parece destituir a possibilidade de terapeutas terem uma verdade sobre o outro e os melhores recursos (entendidos como certos) para conduzir os clientes. Esta visão de terapia, que o dialogismo nos convida, parece não corroborar com a visão de uma verdade e interpretação reducionista e única sobre um problema ou sobre o outro e, convida para formas diferentes de entender, dar sentido ou pontuar as experiências de alguém.

Anderson (2010; 2011) descreve uma série de características sobre o dialogismo e o pensamento pós-moderno. Gostaria de enfatizar uma destas características sobre ambas: a não linearidade. Neste ponto, acredito que nossos pensamentos e nossas conversas sejam processos transversais, se assemelhando com a maneira que Anderson (2010, p. 44) entende as conversações: “Novamente, as conversações não são lineares: elas tocam aqui e ali, são tópicos cruzados, algumas partes são desenvolvidas, outras enfraquecem e desaparecem, algumas aparecem outra vez. Não podem ser determinadas com antecedência”. Em outras palavras, nossos pensamentos e conversações se parecem mais com uma rede, pelas múltiplas conexões que fazem, pela forma como pegamos rotas novas, antigas ou diferentes, e mudamos nossos pensamentos a partir e no meio de uma argumentação, pelas características que conversações tomam de ir e vir em tópicos dentro e a partir de outros tópicos, que foram e estão sendo desenvolvidos durante a conversação. Pela maneira como frases, pensamentos e sentenças aparecem, são extintas, retornam, desaparecem ou são criadas durante uma conversa. Enfim, pela própria natureza dos conceitos das palavras, que estão em processos de contínua conexão umas com as outras e pelas intencionalidades dos interlocutores que podem estar ditas, não ditas, ainda serem ditas, incoerentes, ambíguas, contraditórias. Entendo que quando respeitamos o fluxo, rotas, velocidades e intensidade dos pensamentos e reflexões do outro, quebramos com o velho paradigma de que sabemos de antemão onde o outro irá chegar e o que ele quer dizer. Também discordamos da ideia de um especialista que entende melhor do que o outro sobre os assuntos da sua própria vida, um metaquecedor sobre as razões, intenções e propósitos dos outros.

As definições prévias de condução da terapia permeiam grande parte das psicoterapias que se baseiam em uma epistemologia moderna: as psicoterapias baseadas em evidência. Por quê? Possivelmente são várias as razões para isso. Contudo, uma delas parece se sustentar nas metanarrativas e em sua generalização como discurso dominante. Práticas discursivas como o inconsciente, famílias aglutinadas ou comportamento respondente podem se tornar (como acabaram se tornando, de fato) opções discursivas dominantes sobre os fenômenos humanos e, passaram a ser consideradas maneiras de interpretar a realidade de forma a atingir uma pretensa verdade. São discursos dominantes onde observadores-terapeutas produzem narrativas teóricas pré-determinadas. A generalização deste discurso dominante pode limitar a extensão de outros discursos ou até mesmo finalizar antecipadamente o surgimento de outras opções discursivas. A interpretação previamente sustentada por uma opção discursiva dominante pode servir para alguns casos e situações, mas inadvertidamente generalizada, acaba por neutralizar outras opções, saberes e alternativas advindas dos conhecimentos

situacionais, contextuais e locais. Esta parece ser a opção de Anderson (2010), Grandesso (2011), Raser (2007) e Rapizo (2013) em apostarem na “organização de saberes” local, ou seja, a da cliente como fonte de informação e orientação de como a terapia deve caminhar. Principalmente, em valorizar o conhecimento do outro em articulação com o da terapeuta, sem que uma metanarrativa, uma forma pré-estabelecida de como as sessões devem transcorrer, onde teriam que chegar e quais assuntos e problemas abordar. A flexibilidade como consequência do diálogo aberto e respeitoso, em torno dos conhecimentos múltiplos, tanto dominantes como locais, é outra premissa do dialogismo: caminhos vão sendo estabelecidos e as rotas ajustadas ao longo da caminhada.

Podemos, também, acrescentar duas implicações do construcionismo social à leitura do dialogismo. Uma é dizer que a desconfiança para com as metanarrativas é semelhante à implicação de anti-realismo que o construcionismo sustenta. Como não há verdades, múltiplas organizações de saberes precisam “estar na mesa” sendo negociadas, para que sustentemos esta implicação de não transcendência, objetivo e absoluto de uma opção discursiva. A outra implicação é a de processo. Não acreditar em como as pessoas, objetos e fenômenos são, implica em duvidar de resultados e definições pré-estabelecidas e universais. Ter um objetivo prévio de chegada e tratamento é o mesmo que dizer que conhecemos bem a estrutura, o caráter, a personalidade daquela pessoa, que se parece com outras já identificadas e classificadas e, por isso, o tratamento pode seguir etapas já conhecidas e estipuladas para aquela “categoria” de pessoas. Um dos objetivos do construcionismo social, quando sustenta o processo como uma de suas implicações, é evitar que pessoas, a realidade, os objetos, as conversações e, principalmente, o diálogo, sejam estáticos e de caráter permanente, estruturante e pré-definido.

O Dialogismo não oferece uma terapia estruturada em, por exemplo, 12 sessões e temas pré-estabelecidos entre e durante as sessões para que possamos abordar as causas dos sofrimentos e angústias do cliente. Como dissemos acima, as palavras e seus conceitos geram entendimentos pelo jogo de diferenças que estabelecem entre si. E todo conceito de uma palavra está associado a um imenso “subterrâneo” de outras palavras que não aparecem “claramente” quando algumas destas estão sendo usadas no jogo discursivo dentro de conversações. Tom Andersen (1995, p. 9) expressa da seguinte maneira este jogo discursivo: “Esses tipos de perguntas me ensinam que sempre existem emoções nas palavras, existem outras palavras dentro das palavras, algumas vezes sons e música nelas, algumas vezes histórias completas, algumas vezes vidas inteiras”. Como definir as angústias de uma pessoa, quando a própria palavra só pode ser entendida pelas conexões que realiza na história singular

de vida de alguém a partir e dentro de variados contextos e vozes? Como definir a palavra angústia quando ela é flutuante, dependente da conversação, momento e com quem está sendo proferida? Como defini-la precisamente sem levar em conta a rede de significados do qual ela pertence dentro da história do outro? Estas perguntas só podem ser respondidas, através de catálogos e manuais de condutas terapêuticas pré-definidas e generalizadas, quando baseadas em uma epistemologia científica moderna que afirma a simplicidade, estabilidade e objetividade do terapeuta, que acreditou que o progresso e a ciência, por terem resolvido vários problemas de sobrevivência e conforto dos seres humanos, pretendeu aplicar os mesmos trajetos as angústias, anseios, experiências e narrativas dos seres humanos (VASCONCELLOS, 2002; STRONG, 2013). Postura que o construcionismo social subverte.

Portanto, podemos pensar em algumas funções do dialogismo no trabalho psicoterapêutico: a primeira função que reconhecemos é a de **ampliar lógicas de sentidos**: as conversas e diálogos com o terapeuta podem servir na medida em que elas ampliam a rede de lógicas de sentidos (descrições, significados e valores) sobre o que está sendo conversado. A segunda função é a de **co-construir narrativas alternativas**: o diálogo pode servir como um instrumento de construção de narrativas alternativas, na medida em que o terapeuta permite-se ser informado pelo cliente e cuidadosamente, a partir da sua postura de “não saber”, pode ajudar na co-construção de aspectos não dominantes de alguma narrativa específica ou sobre as várias narrativas trazidas. A terceira função é **manter o diálogo vivo**: o interesse genuíno da postura de “não saber” pode servir como dispositivos para que a conversa generativa possa florescer e dar continuidade a manutenção do interesse pelo outro. O diálogo é um processo dinâmico e generativo, e a transformação é sua marca inerente (ANDERSON, 2010).

Enfim, a postura dialógica pode servir à conversação dialógica, mantendo o diálogo vivo, quebrando a noção de verdades únicas e exaltando a busca pelas diferenças, que ajudam a combater as histórias dominantes e empobrecidas, levando à ampliação de novas possibilidades relacionais.

Macedo e Lima (2016) nos convidam a refletir sobre as implicações do pensamento pós-moderno e do dialogismo, tendo como representantes as epistemologias construtivistas e construcionista social, na concepção da clínica psicológica como ação social. Sugerem que a epistemologia construcionista (assim como a visão novo paradigmática sistêmica e o construtivismo) possibilita a superação da dicotomia psicologia clínica e psicossocial. Esta “virada teórico-clínica”, termo que Feres-Carneiro e Lo Bianco (2003) designaram, de acordo com Macedo e Lima, só foi possível quando a busca por uma nova conceituação para a clínica psicológica passou a buscar uma ampliação da clínica para além da dimensão intrapsíquica do

sujeito. E o que isso quer dizer? Que para a concepção de uma clínica ampliada, o foco precisaria estar em quatro ações principais: a reavaliação das atitudes dos profissionais, a inclusão dos usuários/clientes nas decisões e direcionamentos para suas próprias condutas de saúde, a revisão da medicalização e a moralização da vida no campo de trabalho.

A reavaliação das atitudes dos profissionais para uma clínica ampliada, segundo Macedo e Lima (2016, p. 21), passa pelo escrutínio constante das visões culturais do profissional. De acordo com as autoras: “Conhecidas as lentes, o próximo passo seria o de não estar com o outro como representante de um saber ou de um modo de vida a ser seguido, deixando-o, com suas diferenças, no lugar de desviante”. Este posicionamento ético abriu caminho para que uma clínica ampliada incluísse também, devido às lentes culturais, a reflexão sobre os desejos socialmente construídos dos clientes que procuram o trabalho psicoterapêutico.

A proposta da “virada teórico clínica”, que também entendo com uma virada política e inclusão da visão sócio-histórica-política-ética no campo de trabalho da psicologia clínica, se consolidou a partir de algumas mudanças. A primeira foi a ampliação na concepção de sujeito, não mais como um sujeito intrapsíquico, mas a importância dos contextos sócio-econômico-político-cultural como elementos de formação deste sujeito. A segunda concepção, como forma de evitar moralismos ou metanarrativas guiando o processo de constituição deste sujeito, no processo psicoterapêutico, é trabalhar com a escolha no processo de saúde, tendo como parâmetro para qualquer escolha, os valores, e não o conhecimento. Tendo as lógicas de sentido (co-construção de significados, descrição e **valores**) como parâmetro para escolhas, e não os conhecimentos, evitamos que profissionais usem de pretensos conhecimentos “superiores” como forma de dominarem e guiarem os clientes a modelos ajustados e socialmente aceitos pelas instâncias de controle social. **Valores** guiam o processo de distinção da realidade, e não os conhecimentos. A inversão do parâmetro, como guia serem as lógicas de sentido e seus valores, e não o conhecimento, constrói a terceira implicação que seria a aceitação da **complexidade**. Sua integração aos jogos discursivos no trabalho clínico. A quarta, seria a constante auto-reflexão dos profissionais e a valorização das suas concepções ético-relacionais-políticas-sociais, e não apenas seu arsenal técnico, quando estivesse diante do seu objeto de estudos, trabalho e interação. A quinta demanda para a virada político-clínica-social seria a inclusão da leitura sócio-histórica de **igualdade e justiça**, que levaria, como apenas a uma das consequências possíveis, um cuidado muito maior com as classificações e rótulos, criando contextos e visões que busquem mais por singularidades, conexões, o acaso, a novidade e a importância dos contextos, e menos por padrões e

coerências randômicas.

São pressupostos que dão voz e vez para a contextualização dos fenômenos ao jogar o foco para as relações; ao buscar assimilar o constante movimento e a imprevisibilidade nos sistemas; e a conceber a co-construção tanto dos problemas como das soluções (MACEDO e LIMA, 2016, p. 24).

Muitas são as implicações para um trabalho de psicoterapia na ótica pós-moderna. Se na modernidade a principal característica de quem participa de trabalhos com grupos ou individuais, na clínica ou em outros contextos, é esperar uma estrutura rígida e de direcionamento, agora, o trabalho de estar com pessoas e grupos traria como principal característica um espaço de conversação onde há o convite para um processo relacional colaborativo (ANDERSON, 2010; RASERA, 2007; GRANDESSO, 2011; RAPIZO, 2013).

Os sistemas humanos passam a ser demarcados pela característica da comunicação e da linguagem. O *setting* terapêutico passa ser um local de indivíduos se relacionando por intermédio da linguagem. Não mais estruturas rígidas e demarcações de papéis que enfatizavam uma separação, como por exemplo, a ênfase de se classificar um determinado grupo ou pessoa de uma forma específica.

Outra diferença, e talvez a mais marcante, se refere ao olhar para os integrantes de um grupo, para um cliente e para os terapeutas, como vários especialistas com perspectivas e conhecimentos diferentes criando uma parceria colaborativa. Se não há verdades mais verdadeiras do que outras e estamos permanentemente construindo realidades, assumimos que conhecimentos e narrativas sobre nós mesmos e os outros são maneiras de dizer algo da sua/nossas experiências, histórias ou premissas. Portanto, não existem conhecimentos melhores ou mais válidos do que outros em um contexto terapêutico de trabalho. Não há espaço para um especialista que sabe mais sobre o que é certo e como viver melhor do que o outro que não o sabe. Nesta nova postura filosófica, todos assumimos que os conhecimentos são diferentes, e precisamos aprender ser informados e conhecer a perspectiva do outro (ANDERSON, 2010).

Nesta proposta de olhar para o trabalho com pessoas, entendemos que a psicoterapia convoca a criação de um espaço de conversação dialógica e criação de narrativas alternativas. O foco permanece na insurgência das narrativas não dominantes, aquelas que as pessoas deixaram de “fora” das suas histórias. O enfoque está na possibilidade de conhecer os não ditos, os ainda a serem ditos, os vários lados e as potencialidades das pessoas, a partir das mudanças que deixaram de contar ou enxergar.

Outra característica marcante é a premissa de que o conhecimento surge e acontece na interação. Em outras palavras, o conhecimento está em constante evolução. Por isso a concepção e foco no processo. Não sabemos *a priori* o que é melhor para o outro ou para o grupo. Nessa ótica, o terapeuta passa a ser o acompanhante de pessoas ao longo de suas criações, descobertas, reorganizações, desconstruções e reconstruções. Co-construímos o trabalho colaborativamente, caminhando junto com as pessoas, e não á sua frente.

Diante destas implicações que perpassam um trabalho psicoterápico, desenvolvido na ótica pós-moderna, podemos dizer que o construcionismo social pode despontar como uma visão/epistemologia/postura filosófica que promove tais características. Lembrando que qualquer recurso para alcançar as implicações pós-modernas depende imensamente da postura filosófica de quem propõe o trabalho. Desta forma, o construcionismo social pode ser um recurso que promove conversações dialógicas e construção de narrativas alternativas nas mãos daqueles que desenvolvem esta nova forma de olhar.

Na tentativa de rastrear o processo terapêutico em suas conversações, diálogos, valores e em suas co-construções, examinamos a seguir o processo de construção de significado e lógicas de sentido na psicoterapia, dando voz a seus atores.

4.4 As entrevistas, os diálogos, a apresentação dos participantes e os eixos norteadores uma reflexão compreensiva dos diálogos

A partir do percurso feito até aqui e das conversações dialógicas realizadas com vários autores ausentes nestas conversações “externas” (no sentido de presentes), mas sim em minhas conversações “internas” (reflexivas com e a partir deles), podemos afirmar que na perspectiva pós-moderna não existe um ponto de vista privilegiado para entendimentos. Assim, inicio um diálogo com as entrevistas transcritas para encontrar os momentos marcantes e, que chamam minha atenção não pelo padrão, repetição e perspectiva randômica de dados, mas sim pelo singular, inusitado e único, que captaram minha atenção a partir da leitura exaustiva das entrevistas que fiz.

Portanto, três pontos são importantes nesta etapa de trabalho de serem explicitados: na poética social e no construcionismo social, partimos do princípio que interpretação, por exemplo, de dados, é melhor definida como um processo de entendimento. Podemos tentar compreender a experiência de uma pessoa, mas nunca teremos total acesso a esta experiência, nunca a compreenderemos de forma completa e absoluta: apenas de maneira parcial. Por isso,

o vetor que nos guiou na leitura das entrevistas passa a buscar por um diálogo reflexivo a procura por um entendimento sobre as falas dos participantes que entrevistei. Entendimento aqui significa a busca por um ângulo, por um ponto de vista diferente, por alternativas. O segundo ponto é que deixarei explícito às perguntas e a sequência relacional que originaram os “momentos marcantes”, os trechos selecionados das falas dos entrevistados, que servirão de base para a compreensão e reflexão sobre o construcionismo e as questões já levantadas acima sobre os objetivos deste trabalho.

DADOS DOS ENTREVISTADOS:

TERAPEUTA 1: Psicóloga, atua como psicoterapeuta há 14 anos atendendo indivíduos, família, casal e grupos. Pós-graduada em psicoterapia de família e casal e formada em cursos de práticas colaborativas e dialógicas. Também é professora na área de práticas clínicas e coletivas pós-modernas. Atendeu a cliente 1 em dois momentos: durante um ano, ao longo do ano de 2006, e voltou a atendê-la de 2012 até o final do ano de 2017.

CLIENTE 1: Advogada, 38 anos. Buscou a psicoterapia primeiramente quando iniciava sua carreira profissional. Esteve um ano, aproximadamente, em psicoterapia com a terapeuta 1. Após seis anos, retomou o trabalho de psicoterapia com a terapeuta 1, permanecendo mais 5 anos.

TERAPEUTA 2: Psicóloga, atua como psicoterapeuta há aproximadamente 50 anos, atendendo indivíduos, famílias e casais. Mestre e Doutora, atua como professora universitária e ministra diversos cursos na área sistêmica; também é professora na área de práticas clínicas e coletivas pós-modernas. Atende o cliente 2 a aproximadamente 1 ano.

CLIENTE 2: Funcionário público, 39 anos. Está em psicoterapia com a terapeuta 2 a aproximadamente um ano.

OS EIXOS NORTEADORES E AS FALAS DOS PARTICIPANTES EM CADA EIXO.

EIXO I – Perguntas quanto a posição do terapeuta – o papel e os objetivos/propósitos do terapeuta:

Em um primeiro momento, pergunto como todos enxergam a relação terapêutica. A terapeuta 2 descreve a relação terapêutica como um diálogo, uma conversação:

Terapeuta 2: *“Então assim, pra reflexão de questões que as pessoas querem mudar e às vezes não conseguem mudar sozinhas. Elas acham que tendo uma pessoa que elas falam ‘neutra’ né? Que as ouça, que ajuda elas pensarem, ajuda elas a refletir. Eu tenho considerado mais assim, uma conversação, um diálogo entre o terapeuta e a pessoa que o procura.”*

Também enfatiza que sua função é a de ajudar as pessoas a pensarem, a refletir sobre suas questões. Quando a terapeuta descreve a relação terapêutica assim, podemos notar uma **não** preocupação em demarcar claramente uma hierarquia de funções. Não aparece uma determinação em demarcar territórios bem distintos de funções em relação ao que cada um deve fazer, como por exemplo, a função do cliente é a de relatar seus problemas e o da terapeuta de interpretar ou modificar o padrão de relacionamentos do cliente. Por ser uma terapeuta muito experiente e profunda conhecedora da epistemologia construcionista e novo paradigmática, a distinção de um terapeuta mais colaborativo aparece na sua visão sobre a descrição da relação terapêutica. A terapeuta 1 parece demarcar ainda mais esta característica da posição do terapeuta e da relação terapêutica da seguinte maneira:

Terapeuta 1: *“assim uma relação de confiança. Acho que somos boas companheiras de caminhada assim sabe? E a gente tem aí uma relação de parceria mesmo, de confiança e ela né?”*

Compreender a relação terapêutica como companheiras de viagem, parceria e confiança parece enfatizar ainda mais uma idéia de colaboração e maior horizontalidade. A idéia de colaboração e horizontalidade realçam duas diferenças entre a maneira de organizar conhecimentos na chamada postura epistemológica moderna e pós-moderna. Uma de cunho político e outra de visão filosófica. A de cunho político aparece na maneira que ambas as terapeutas enfatizam a horizontalidade. Dissemos acima que enxergar o outro como um ser relacional influenciado por todos os relacionamentos a sua volta e seus conseqüentes fatores histórico-político-econômico-sociais é retirá-lo de uma visão de sujeito intrapsíquico onde

problemas, dificuldades e sofrimentos estejam dentro, e somente, dentro deles. A procura por horizontalidade não determina uma abordagem mais “carinhosa, humanística”, adotando tais expressões como críticas de ineficácia e ingenuidade que alguns críticos do pensamento pós-moderno já adotaram no passado. É justamente enfatizar a não reprodução de modelos históricos de verdade e realismo que a organização do conhecimento e várias instituições já o fizeram. Uma postura política de prevenção aos micro-facismos e abusos de autoridade. Já a postura filosófica aparece justamente na manutenção do anti-realismo, uma das premissas do construcionismo como epistemologia, como forma de organização do conhecimento. Não havendo como conhecer uma pretensa realidade melhor do que o outro, uma postura de apostar na conversação e horizontalidade novamente pode servir como uma das maneiras de co-construir juntas as descrições dos fatos da vida.

Apesar de incluir apenas as pontuações dos dois terapeutas, os clientes também se sentiram assim. Por isso, a seguir, incluo alguns trechos da entrevista em relação a como a postura de horizontalidade e de ênfase relacional, na conversação, ajudou no trabalho terapêutico. A pergunta foi esta: como esta postura ajudou e/ou atrapalhou no processo terapêutico?

Terapeuta 1: *“Então eu acho que né? Sair talvez pensando na minha postura né assim? Ter contribuído pra construir esse espaço de reflexão sobre o que ela tava buscando e sobre os valores, sobre o sentido de vida dela também pode ter contribuído pra ela realizar. E eu acho que um outro ponto talvez na minha postura eu acho que é a postura de respeito mesmo né assim? Respeitando o que ela tava construindo ali na terapia, respeitando as decisões dela em relação ao que ela foi definindo como buscas, transformações, né? Se aquilo de alguma forma fazia sentido pra ela e enfim, eu fui/ eu acho que essa postura também respeitosa e tendo esse valor foi fundamental né?”*

Cliente 1: *“Então eu acho que a sensação de acolhimento que existe no processo te permite jogar luz sobre uma série de questões que em outros contextos, ainda que sejam contextos afetivos né? De extremo/ em relacionamentos de extremo não cuidado, você não faria.”*

Cliente 2: *“Acho que principalmente a função da terapeuta é de questionamento. Assim, de questionar as coisas que eu falo. Assim, de me fazer pensar e refletir a respeito das coisas que eu falo. Assim né? Obviamente não é de concluir nada, de dar sugestão de nada ou de dar opinião, etc., mas de fazer refletir a respeito do que eu tô falando, do que eu tô pensando, minhas angústias, as minhas né? Então acho que o principal papel é esse, de receber o que eu falo, de analisar aquilo e de me questionar a respeito daquilo pra que eu analise aquilo e tente entender melhor as coisas que eu tô falando.”*

É preciso pontuar que a palavra respeito e confiança apareceram em todas as falas, dos terapeutas e clientes. Talvez, seja uma consequência do dialogismo: a busca por uma maior horizontalidade pressupõe um maior respeito pelo conhecimento do outro e uma habilidade em ser anfitrião. Esta metáfora de ser anfitrião é uma forma que Harlene Anderson (2010) tem de descrever a relação terapêutica de colaboração. Ela a usa por achar que é uma boa metáfora para descrever a relação de cuidado. A autora argumenta que não entramos na casa dos outros e colocamos o pé em cima do sofá, abrimos a geladeira sem autorização ou vamos aos quartos sem sermos convidados. Chegamos nas casas dos outros e somos convidados por eles para nos sentarmos, somos autorizados a ir em alguns cômodos (em outros, expressamente proibidos) e, conforme a relação avance e se torne mais íntima, o morador nos apresenta, no ritmo dele, outros lugares da sua casa. É ele quem determina onde, como e qual o ritmo de intimidade que podemos ter em sua casa. Sempre achei uma linda metáfora sobre o processo de maior horizontalidade e colaboração na terapia: sendo respeitosos e cuidadosos com a “casa” do outro, podemos aos poucos ir adquirindo uma intimidade maior para convivermos juntos nas buscas e conhecimento dos cômodos, do que o outro gostaria de me mostrar de sua casa (e do que não) e das novas organizações que ele/ela deseja realizar em seu ambiente tão único e precioso: sua moradia, seu lar.

Contudo, esta relação de horizontalidade, cuidado e respeito com as idéias dos outros, apesar dos clientes a perceberem como um facilitador, não parece ser nada fácil, dentro de uma cultura dominante de premissas da modernidade, em que a direção do tratamento e a interpretação correta e verdadeira são hiper valorizadas. Ainda dizendo sobre como esta postura afeta a terapia:

Terapeuta 2: *“Então eu acho que é uma relação de respeito, de compreensão do lugar do cliente, daquilo que ele dá sentindo, das dificuldades dele. Evitar julgamentos, mas não quer dizer que não tenha, que não aconteça, porque a gente vive julgando né? As pessoas. Ou a partir de um referencial teórico ou das próprias crenças pessoais, e tudo. Então não julgar, estimular o cliente com perguntas que o levem a pensar naquilo que ele tá com mais dificuldade. Eu tô pensando mais, quando eu tô falando com você, eu tô pensando muito em cliente individual e tô pensando também em casal. Mas na família também, por exemplo, se tem um cliente que tá mais quieto, que não quer falar, tudo, eu procuro incluir a fala daquele cliente na conversação né? Então assim, eu dou voz a ele. Pra mim é dar voz. Procurar dar voz ao cliente se for uma criança, um adolescente né? O quê que ele pensa, o quê que ele sente a respeito do quê que tá acontecendo.”*

Terapeuta 2: “Então, a relação pode ser diádica ou triádica, ou multirrelacional né? Mas o lugar do terapeuta é esse lugar de mais igualdade nesse aspecto. Não quer dizer que ele não tenha o saber das suas teorias né? Lógico que com um cliente que não seja um psicólogo, por exemplo, às vezes até com psicólogo, mas aquilo que eu estudei, que eu conheço intelectualmente ou profissionalmente eu tenho um tipo de conhecimento. Mas não quer dizer que é certo.”

Terapeuta 2: “Esse lugar do saber, da autoridade, que ele é que sabe de tudo, não pode ver outra coisa, ele cega muito os terapeutas né? Os profissionais. Ele cega muito. Porque você deixa de pensar em outras alternativas, outras possibilidades do cliente né? Então eu acho que uma conversação com mais igualdade nesse aspecto, “eu tenho um conhecimento, mas eu não preciso negar o conhecimento do outro”, em um outro nível, não é um conhecimento teórico né? Acadêmico. Mas é um tipo de conhecimento da experiência dele. Então isso eu tenho valorizado muito. Então quando eu vou falar alguma coisa pro cliente eu falo “olha, eu tô pensando de uma forma, mas eu posso estar enganada né? Do jeito que você me falou, que você me relatou seu relacionamento com A, B e C eu to vendo dessa forma. Cê concorda? Acha que é assim?” Pode ser que “ah é, eu acho que é, pode ser assim.” Ou “não, mas não é bem assim, não foi bem assim”. Então eu vejo nesse lugar.”

Terapeuta 2: “Por outro lado, pode atrapalhar porque às vezes, como na nossa cultura os profissionais ocupam esse lugar do saber, eles vêm muito na expectativa de uma resposta do que fazer. De uma orientação né? Do que fazer, ou de como pensar, ou de como agir né?”

Terapeuta 1: “Acho que demanda um esforço né? Pensando na minha formação enquanto terapeuta, tenho aí treze anos mais ou menos nessa trajetória de me tornar terapeuta, e acho que inicialmente tive uma formação mais diretiva, me levando a realmente ocupar essa função de condução né? E talvez esse caminho de ser condutor seja um pouco mais, entre aspas, seguro para o terapeuta porque ele define quando, como, onde, “tanana” né? Talvez um esforço de deixar de ser o condutor e se permitir também ir sendo conduzido pelo cliente, estando junto, e aí obviamente cê vai construir um caminho menos previsível né? E menos seguro né? E então eu acho que nesse sentido que eu falei do esforço porque aí eu tenho que trabalhar meus traços controladores e as minhas ansiedades, algo dessa natureza assim sabe?”

Cliente 2: “Acho que sim, acho que sim. Uma coisa que é básica assim, que eu acho que ela tem é de não julgar nada. Uma postura de não julgar as coisas né? Uma postura isenta assim, de saber ouvir e não julgar o que eu tô falando. Acho que isso é muito importante assim. Uma outra característica é a abertura pra ouvir e pra entender e questionar, interesse

em questionar, interesse em entender, etc. Acho que essas duas características acho que são muito importantes assim né? Pra que eu me sinta a vontade de falar e tudo, pra que o trabalho desenvolva bem né?”

Para o cliente 2, o processo de tentar entendê-lo melhor e questioná-lo parece ter sido muito útil. Usar de perguntas reflexivas para que ele se sinta a vontade para refletir e entender-se melhor parece ter sido fundamental para se sentir seguro e a vontade para explorar suas questões. Ele parece perceber a postura de curiosidade e cuidado da terapeuta 2 como uma forma de não julgamento sobre suas questões. De aceitação, o que o leva a se sentir mais seguro para percorrer assuntos diversos e, talvez, difíceis para ele.

Contudo, ambas as terapeutas ressaltaram a dificuldade de viver, de praticar a postura filosófica da pós-modernidade: a do não julgamento e a de não permitir que o conhecimento prévio do terapeuta seja mais importante do que o do cliente. Como bem disse a terapeuta 2, como sair do lugar cultural de expectativas de direcionamento e expectativas de condução para uma verdade e alívios sobre as angústias, vindo de um terapeuta experiente e conhecedor sobre a diminuição e extinção destas angústias e sofrimentos humanos, de um especialista na cura de tais sofrimentos?

A terapeuta 1 ainda acrescenta a dificuldade de lidar com os próprios anseios de verdade e desejos de direcionamento e conduta, a partir dos conhecimentos prévios e acadêmicos em que foi treinada, onde o ensinamento, típico da postura moderna, é a de um especialista que sabe reparar, curar o outro. Desconstruir este treinamento não parece nada fácil, diante da demanda e expectativa do outro, e diante das próprias incertezas como terapeutas e sobre o que fazer com seus conhecimentos.

Doricci, Crovador e Martins (2017) nos trazem uma alternativa a esta dúvida, em que, como afirmam, muitos terapeutas que se intitulam pós-modernos, sentem em relação à postura de não saber, como descrita por Anderson (2010). A partir de uma extensa compreensão da obra da autora, as autoras (e autor) lançam a seguinte pergunta: a postura de não saber, entendida erroneamente como não usar de conhecimentos prévios, é possível no convite dialógico? Eles concluem que a forma errônea como foi entendido o processo e postura de não saber, como sinônimo de não usar os conhecimentos prévios na relação terapêutica, é incompatível com a postura pós-moderna de co-construção. As autoras enfatizam que o conceito de não saber, perpassa por uma postura relacional de **como** o conhecimento e a conversação são criados, a maneira como esta troca é realizada, na relação terapêutica.

O anti-realismo e o anti-essencialismo, implicações do construcionismo social, como epistemologia, aparecem na discussão sobre a postura de não saber. A terapeuta 2 ressaltava a

impossibilidade de não julgamento, enquanto a terapeuta 1 realça a importante função de desconstruir a pretensa segurança que conduzir ou ter a certeza do que é melhor para outro pode trazer para a terapeuta. Lembremos que uma das funções da virada-teórica-clínica, descrita por Macedo e Lima (2016), foi justamente o constante escrutínio das pré-suposições e premissas culturais do terapeuta, e até mesmo, sua explicitação para retirar o caráter de realidade e verdade da organização do conhecimento do terapeuta. Uma postura política de não essencializar os processos de conhecimento e também de não sacralizá-los, como verdades absolutas. Assim, a relação terapêutica, como examinada pelos entrevistados, passa a ser também uma circulação de vários conhecimentos e possibilidades de forma horizontal e transversal.

Já a constatação da terapeuta 2, da impossibilidade de não julgamento, parece corroborar com as premissas da hermenêutica contemporânea. Julgamentos e pré-concepções são as bases das quais partimos. Impossível não tê-las. Mas, como Doricci, Crovador e Martins (20107) afirmam, talvez a grande questão não seja o conhecimento em si, mas como o colocamos, como convidamos uns aos outros para refletirmos sobre as organizações de saberes de todos os envolvidos no diálogo. Uma postura de não saber e uma postura hermenêutica aparecem como uma **postura relacional**. Uma postura que atente sempre para a **flexibilidade** e para a **utilidade**, a funcionalidade daquele conhecimento **co-criado** na conversa. Isso implica em estar atento ao tipo de relação que está sendo criada, ao como os conhecimentos estão sendo partilhados, a como está sendo a participação do terapeuta na conversa e, principalmente, as respostas dos clientes:

Sensível ao desenvolvimento passo a passo do diálogo, o especialista relacional oferece seu conhecimento, advindo tanto de sua experiência acadêmica e prática (Mcnamee, 2004), como de sua própria experiência de vida (Martins & Guanaes-Lorenzi, 2017), e fica atento a como seus clientes se posicionam diante disso. Esse tipo de fala ajuda ou atrapalha a conversa a caminhar? Que possibilidades de ação são construídas diante dessa intervenção? A atenção ao momento interativo é central na construção da utilidade ou inadequação de qualquer intervenção (DORICCI; CROVADOR e MARTINS, 2017).

Parece que tanto as duas terapeutas, como os clientes, deram extrema importância ao que foi dito acima e conseguiram construir relações que valorizaram o aspecto relacional como uma importante ferramenta, técnica e forma de conduzir a terapia: o de trabalharem juntos. Esse parece ser o desafio do processo terapêutico, na perspectiva do construcionismo social.

EIXO II - Em relação ao processo de terapia – o que é? Como ocorre? E o que é necessário para a transformação

As próximas perguntas tinham como intenção levar os participantes a refletirem sobre suas percepções de como funciona a psicoterapia e como as mudanças/transformações acontecem. Buscamos acompanhar os processos que são tecidos nesse espaço, a fim de desvelar os sentidos que ali se fazem.

Terapeuta 2: (entrevistador): **Essa posição mais igualitária que cê tá chamando e colocando, como é que você acha que ela...?** *“Seria simétrica né? Nesse nível né? É, igualitária é simétrica.”* (entrevistador): **Ótimo, mais simétrica. Como é que você acha que ajuda no processo da relação entre você e o cliente? Como é que isso ajuda?** *“Pode ajudar ou atrapalhar né?”* (entrevistador): **Ótimo, como que ajuda e como atrapalha?** *“Ajuda no sentido do cliente se sentir compreendido, né? Sentir que a fala dele, que a visão dele tem algum tipo de valor que não é de todo, como as pessoas chegam e falam assim “não, não é assim; não, você tá errado; essa não é a forma certa de pensar.” Então eu acho que ajuda ele acreditar mais nele, na visão dele, na percepção dele e se eu entender que a percepção dele tá muito tendenciosa e que ele não tá vendo outras coisas, eu vou conversar com ele, não falar “oh, cê tá tendencioso”, rotular. Mas fazer algum tipo de pergunta que o leve a ver de um jeito diferente. Se ele concordar com aquele jeito diferente, ou pelo menos se abrir se for alguma abertura pra ele ver de um jeito diferente, então eu acho que isso ajuda o cliente. Ser compreendido, ficar aliviado né? Quantas vezes/ ser ouvido.”*

Cliente 2: *“É, deixa eu pensar... Eu acho que/ bom, eu acho que me ajudou muito a melhorar a minha, como é que fala? Essa minha dificuldade de falar a respeito das coisas assim. Essa abertura pra que eu falasse as coisas, pra que eu abrisse mesmo os sentimentos e tudo. Então essa postura, essa confiança que ela me passou e tudo, acho que foi muito importante pra isso, pra que eu me sentisse a vontade e conseguisse me abrir, conseguisse falar dos meus sentimentos, das coisas, etc. Então acho que nesse sentido ajudou muito na terapia mesmo, o que vem sendo feito.”*

Podemos observar que em todas as falas, de terapeutas e clientes, a percepção de tentar compreender o outro (terapeutas) e ser compreendido (clientes) tem sido marcante. Concordo com Anderson (2010) e Grandesso (2011) que tentar compreender o outro, checando constantemente se estamos entendendo e conferindo cuidadosamente o significado do que o parceiro conversacional disse, confrontando com honestidade o ponto de partida que

começamos a dar significado na fala do outro, é o ponto chave de se compreender o diálogo. De onde partimos? Você quis dizer isso? Entendi dessa forma, é isso mesmo? Estas maneiras de prosseguir no diálogo talvez sejam a “grande técnica” para mantermos uma postura de sermos informados pela perspectiva do outro, sem cairmos com facilidade em compreensões pré-definidas!

Terapeuta 2: (entrevistador): Como você descreve o processo de terapia? *“Então, o processo pra mim ele tem um começo, um início, um meio e um fim. Pra mim a terapia/ eu trabalho mais com terapia breve né? Então tem um fim. Então eu escuto, primeiro eu pergunto pro cliente, eu quero saber como é que foi que ele veio. O quê que significa esse lugar da terapia né? Este momento. Porque às vezes pra uma pessoa chegar aqui é muito difícil pra ela.”*

Aqui podemos refletir sobre uma ressalva ou um alerta das premissas do construcionismo social. Compreendo o *background* profissional amplo e de longa caminhada na área da terapia familiar da terapeuta 2. Muitos anos de experiência e muitas opções discursivas na bagagem. Porém, uma pergunta que nos ajudaria a refletir a partir de premissas do construcionismo seria: Quem decide o tempo da terapia? Pode ser um consenso? Pode ser pensado conjuntamente quanto tempo durará a terapia? Ou, precisamos estabelecer um tempo determinado? Quem o decide?

A terapia breve, como um “arsenal” histórico da terapia de família, ainda tinha como premissa um terapeuta que deveria e saberia conduzir a família para um lugar melhor e reparador. No construcionismo social não tomamos como válidos tais parâmetros. Uma condução pré-estabelecida de tempo, ou seja, do quando começamos e quando paramos, é um bom exemplo do que chamamos de metanarrativas. Um conhecimento universal que se encaixa para todos. Faço a ressalva como um ponto importante de nos questionarmos como estamos levando estas decisões aos clientes: os informando que será assim, ou sugerindo um caminho que nos é confortável e, se eles aceitariam experimentar? Novamente, a forma de conduzir o conhecimento parece ser umas das diferenças da pós-modernidade para a modernidade, que reflete diretamente na forma de se fazer psicoterapia e de sustentar o processo terapêutico.

A partir destas reflexões, os próximos trechos das entrevistas caminham em direção à compreensão parcial e provisória de sobre como as transformações ocorrem, a partir de suas perspectivas.

Terapeuta 2: *“Então eu lembro muito da Harlene nesse ponto né? que ela fala que a terapia ela é eficaz quando/ os terapeutas de um modo geral os narrativistas, construcionistas, quando a pessoa consegue levar a terapia, ou seja, o processo de mudança pra fora. Pra fora dessa sala. Não é só chegar aqui, conversar e falar sobre aquilo mas só quando tá lá aí o cliente fala assim “ah, eu lembrei de você nisso assim assim, aí eu fiz isso” né? Quer dizer, o processo de mudança ele continua. Então o efeito da conversa ele reverbera né?”*

As reflexões da terapeuta 2 sobre como sua forma de conduzir ajudam na transformação dos clientes continua de forma profunda e delicada. Gostaria de levantar a mesma questão acima a partir de um ponto de vista consagrado. Muitas das teorias na área da psicoterapia associam mudança à transferência de aprendizados que ocorrem no *setting* terapêutico para a vida lá fora do cliente. Às vezes, colocam o *setting* terapêutico como o grande responsável pelas mudanças adquiridas pelos clientes ao realizar esta transferência de forma eficiente para os outros papéis e contextos de sua vida. Nesta perspectiva há um conhecimento, advindo do terapeuta, que “salvará” o cliente, caso ele consiga levá-lo para sua vida “real”. Mas quanto desse conhecimento é suficiente? Quem determina esta eficácia? Perguntas difíceis de responder com tanta precisão positivista.

Quando a terapeuta usa a palavra reverberação, compreendo que ela está se esquivando desta maneira positivista de entender. Esperar que o outro utilize reverberações, fragmentos, lembranças de conversas do *setting* terapêutico é apostar que novas conversas estão sendo incorporadas ao grande número de conversações que temos durante nossos dias. O terapeuta passa a ser mais uma possibilidade de conversações, fora do *setting* terapêutico, que ajudam na reflexão sobre o que está se sentido, desejando, buscando resolver, uma dificuldade... e tantas outras possibilidades. E não um guru, um sujeito que ensinou o outro a como e o que fazer “lá fora” para ajudar a melhorar a vida do cliente. Em outras palavras, a conversação terapêutica promovendo novas conversações na vida do cliente, novos diálogos “internos”!

Terapeuta 2: (entrevistador) *Como sua maneira de conduzir ajuda o cliente? “É, então assim, eu acho que eu tenho observado muito que as perguntas ajudam muito. A forma de perguntar né? As perguntas ficam bem para o cliente, na cabeça do cliente. Porque a gente tem cliente que gosta/ que é reflexivo.”*

É creditado a Tom Andersen o uso de equipes reflexivas usadas de maneiras coerentes com os princípios epistemológicos da pós-modernidade. Labs e Grandesso (2017) afirmam que a idéia de Andersen foi utilizar de outras vozes para tentar dissolver problemas quando uma pessoa ou um sistema se deparavam paralisados diante de alguma situação que tentavam

resolver e não conseguiam.

A intenção era mais do que achar soluções para o problema que estava paralisando o sistema. Tampouco solucionar o problema a partir de meta-teorias que soubessem como resolvê-los. Andersen (1999) diz que se preocupou em compreender como as pessoas criavam suas descrições e explicações sobre o fato/problema e, portanto, tentava ajudar, a partir das vozes reflexivas da equipe, a compreender como as diversas pessoas criavam suas descrições e explicações deste fato-problema. Sua idéia foi ampliar, complexificar as maneiras de descrições e compreensões para que as pessoas pudessem escolher quais destas múltiplas “realidades” (entendidas como descrições de um fato) pudessem ser funcional, melhor ajudar na resolução de uma determinada situação problema.

A idéia principal é que observações são inevitavelmente auto-referenciais e especulativas sobre o que se percebe-vê-cria. Não são os princípios diretivos da verdade. Esta pequena reflexão do porque e da potencia do uso de perguntas reflexivas como método coerente de conduzir o processo terapêutico e estimular transformações, com base nos princípios epistemológicos construcionista social, aparecem bem demarcados nas próximas falas de clientes e terapeutas.

Terapeuta 2: *“Eu acho/ pra mim nesses últimos anos tem sido as formas de perguntar. As formas de perguntar que levam a pessoa a refletir sobre ela própria, sobre os sentimentos, emoções, ações, etc. Sobre a forma como ela se relaciona com o outro né? E a resposta do outro. Que às vezes a pessoa não vê a resposta do outro ou então vê só sob/ não vê/ quer dizer, ela vê sob a perspectiva dela. Então eu acho que a forma de perguntar, pra mim também eu vejo por alguns clientes, a minha espontaneidade, sabe? De ter uma conversa que não é tão assim, formal. Eu tive uma cliente que falava assim “nossa, essa terapia sua parece que nós tamo conversando. É uma conversa assim, comum né?” “Mas é uma conversa. Cê vê alguma diferença?” Eu acho isso. Que as pessoas também valorizam a minha experiência. Porque eu sou uma terapeuta mais antiga, elas valorizam a minha experiência.”*

Cliente 2: *“No autoconhecimento, pra analisar minhas atitudes, meus atos, meu modo de pensar sobre as coisas. Muitas vezes abre a cabeça da gente né? Cê tem uma ideia definida a respeito de alguma coisa e te traz um questionamento a respeito daquilo, pra que você analise mais profundamente. Eu acho que é uma análise de vários fatores da sua vida: pensamento, modo de agir, relacionamento e etc. Acho que é por aí”*

Espaço de co-construção que opera para a reflexão constante, intercâmbio social incessante e relação gerando abertura a novos sentidos.

Terapeuta 1: *“eu sempre entendi que a terapia tinha pra ela esse espaço assim, de reflexão, de conseguir de repente entender o que ela tava pensando de uma outra forma.”*

terapeuta 1: *“É:: eu percebo que sempre que ela vem na terapia ela muitas vezes ao longo da nossa conversa ou ao longo das sessões ela diz assim “nossa, não tinha pensado desse jeito,” ou “nossa, não tinha me dado conta disso ou daquilo,” como um espaço de criação mesmo né?”*

terapeuta 2: *“Pra mim muitas dificuldades. Porque, primeiro sair desse lugar, tentar sair desse lugar do saber. Pra mim é uma das grandes dificuldades. Lugar do saber que eu digo assim, do saber teórico, ou mesmo da forma de conduzir mais igualitariamente eu acho que até não é/ traz dificuldades. Eu acho que traz dificuldades porque às vezes as pessoas não aceitam, porque elas acham, muitas vezes elas acham que o terapeuta tem que dar soluções. Então eu acho que a dificuldade maior é aquele cliente que vem pedindo a solução. E aí a dificuldade se torna uma dificuldade para o terapeuta explicar que ele não vai dar a solução né?”*

Percebo que as terapeutas valorizam abrir frestas, que possam produzir novos ângulos de entendimentos. As perguntas que partam de um conhecimento local, ou seja, que estejam procurando genuinamente, ao fazê-las, o que o outro pensa e acredita sobre um determinado tema, é um jeito de evitar que as cristalizações das metanarrativas subjuguem e oprimam tais conhecimentos locais.

Por outro lado, quando a terapeuta 2 se aflige com alguns pedidos de direcionamento e condutas, também concordo que é quase um trabalho de resistência e contra-cultura. Uma batalha de como apresentar novas formas de co-construir conhecimento. Contudo, responder diretamente a um pedido de algum cliente ou pessoa que nos pede para sermos diretivos, novamente, dependerá da forma que o fizermos. Talvez não haja problema se deixarmos bem claro que a resposta oferecida é parte de um conhecimento bem local, de uma opinião, de uma experiência extremamente pessoal do terapeuta, e ficarmos atentos aos efeitos desta resposta. Será entendido como um absolutismo? Como algo sagrado? Como uma opção discursiva para aquele momento? Talvez, o efeito da opção discursiva, seja o que estaremos procurando, para entendermos a lógica de sentido co-construída, e de como ela está ajudando ou atrapalhando na manutenção, continuidade da conversa terapêutica e nas buscas por transformações. Como aparece também nas falas abaixo da terapeuta 1 e cliente 1, o que ajudou nestas transformações:

Terapeuta 1: “buscando, da demanda dele, algo que seja realmente funcional pra ele né? E eu entendo, na minha perspectiva, que ele tem um papel ativo né? Sim, ele tem uma função. Uma função de co-construir esse espaço. Que ele possa é:: ser ativo inclusive autor daquele/ do sentido daquele espaço, do que ele busca, do que ele espera daquela/ do processo e da terapia, das conversas. Então eu entendo que ele tem uma função ativa de ser o né? O autor mesmo assim.”

Terapeuta 1: “as questões, o que ela tava vivendo, e acho que de alguma forma a terapia ofereceu a ela um certo espaço de empoderamento assim. Empoderamento no sentido de ela reconhecer as próprias habilidades e recursos e compreender que diante de todos os recursos que ela tem e que ela né? Ao longo do caminho pode reconhecer, que era possível ela realizar todas essas transformações que ela almejava né? E acho que ao poder nas sessões refletir sobre isso,”

Terapeuta 1: “recursos, as potencialidades que existiam e que eu reconhecia na história dela e que nem ela mesma reconhecia como recurso, como potencialidades, como né? E que eu acho que aos poucos ela foi também reconhecendo isso nas nossas conversas e tudo mais. É:: eu que, então esse olhar apreciativo pode ter ajudado, não sei né? Eu acho que ter construído um espaço reflexivo também, no sentido de ela mesma poder refletir sobre as próprias mudanças, sobre o que ela realmente queria vivenciar na vida dela, as transformações né?”

Cliente 1: “Eu acho que o processo de terapia pra mim hoje a significação dele é ele é um processo de desconstrução né assim. A minha sensação, a minha percepção é que realmente é um processo de desconstrução. E eu acho que pra mim talvez a maior dificuldade num ponto inicial seja a insegurança que se gera do quê que vai surgir a partir dali.”

Cliente 1: “Eu acho que ela/ que é isso assim, que é jogar/ a terapeuta 1 tem uma outra frase também que é sobre o processo que é jogar luz em questões que as vezes a gente coloca no escuro né? A gente coloca num canto assim, coloca num canto e no escuro. E o processo vem pra iluminar aquilo ali. Vamos mexer aqui nessas caixas, vamo mexer nessa/ e eu acho que a devolutiva, ela é um olhar diferente do seu próprio. Ela é uma luz diferente daquilo que você se habituou a enxergar assim. Acho que as vezes, fazendo uma analogia se é que é possível né? É como as vezes você olhar um objeto que tá numa estante, você passa por ele todos os dias e alguém chega na sua casa e olha aquele mesmo objeto e te chama atenção pra uma coisa que cê nunca tinha prestado atenção antes, sabe assim? “Noh, cê já viu que isso aqui tem uma luz diferente, tem um detalhe aqui atrás, tem uma/”

A terapeuta 1 parece exaltar, quando perguntada sobre como ela enxergava o papel do cliente, no processo de terapia, as potencialidades, reflexões e escolhas do cliente. Acredito que as falas da terapeuta 1 são bons exemplos de como as premissas do construcionismo social e da pós-modernidade em valorizar os recursos e potencialidades são uma das formas de conduzir as conversações e o processo de terapia. Poderíamos arriscar em dizer que quase se assemelha a um método de condução de conversações. Este método seria questionar a linguagem de *déficit* que as práticas discursivas modernas tanto utilizam para intuito de dominação e exploração.

Por outro lado, a cliente 1, talvez, também reafirme esta opção ao utilizar a palavra desconstrução. O que desconstruímos? Opções criativas que nos fazem bem ou que exaltem nossas habilidades? Certamente não. Desconstruímos narrativas estreitas, empobrecidas, dominantes e que estejam dificultando nossos olhares e ações para novas opções e ângulos. Certamente também não estamos buscando por respostas verdadeiras. Mas luzes. Frestas nas narrativas dominantes saturadas de problemas e restritas em opções de escolhas.

Aqui, pergunto a todos quais os efeitos das formas de conduzir nas transformações desejadas?

Terapeuta 1: *“Cada vez eu tenho é:: entendido o meu lugar de terapeuta de uma forma/ cada vez menos associada a uma função de conduzir, mas a uma função de ESTAR com o outro né? Talvez quando eu digo isso de condução porque quando eu penso em condução eu penso em alguém a frente, puxando, conduzindo, definindo a rota, enfim, definindo onde, o ritmo e tal. E acho que cada vez menos eu to nesse lugar e cada vez mais né? Eu me vejo num lugar de estar com o outro lado a lado. Não numa condução estando mais a frente sabe? E num processo contínuo mesmo de conversação, e de ir construindo os caminhos e as possibilidades e construindo sentidos né? Sem grandes pretensões de onde que aquela relação deve chegar, onde aquele cliente na vida dele deve chegar. Algo que vai sendo co-construído né? Acho que é um trabalho mais artesanal e mais vagaroso mesmo né? Mas sem dúvidas um trabalho que pra mim tem feito muito sentido, principalmente em relação aos meus valores de respeito, de cuidado sabe? E, enfim, acho que eu tenho conduzido tentando não conduzir. Acho que essa seria a frase. E isso demanda um esforço, né?”*

Cliente 1: *“Ela é uma trama que cê vai tecendo com um material que cê já tem talvez né? E é engraçado que algumas coisas vão se alinhando assim nesse contexto né? Então as vezes cê pega lá na frente uma coisa que foi falada lá atrás e que volta muito presente e essa coisa é gancho pra uma outra que cê tá vivendo nesse momento. E eu vi isso muito presente no meu processo terapêutico todo até agora sabe? Mas eu particularmente acredito que só foi*

possível dentro desse contexto relacional onde existia efetivamente um interlocutor, alguém que me desse essa devolutiva, alguém que as vezes lançasse uma luz ou uma provocação, uma pergunta, um questionamento não as vezes com uma resposta pronta mas como uma reflexão né? Então eu acho que isso me ajudou muito.”

Cliente 1: *“Eu acho que talvez seja exatamente isso sabe R.? Eu acho que essa devolutiva e essa escuta interativa né? Essa interação, ela me ajudou principalmente por conseguir talvez ter um outro olhar sobre as mesmas questões.”*

A reflexão sobre quem conduz o processo terapêutico parece também distinguir bem as premissas da pós-modernidade em contraste com as da modernidade. Ao permitir-se ser conduzida pela cliente, a terapeuta 1 não fez interpretações sobre resistências da cliente ou dificuldades dela própria em conduzir a terapia. Parece ser uma característica do construcionismo social acreditar no processo e, que caminhar em uma direção, deverá ser um trajeto com conferências, com cuidado, com ajustes de rotas, para que ambas, participem do processo. O ato de permitir a cliente conduzi-la, e claro, ter consciência de suas próprias conduções dentro do processo, parece fazer parte de quem assimilou a premissa de processo do construcionismo social.

Destacaria também o cuidado em não entender muito rápido, ou chegar muito rapidamente a conclusões ou em algum lugar. Talvez uma das características do cuidado na construção do conhecimento e de entender o complexo processo de co-construção de significados e lógicas de sentido seja esta “lentidão” no processo de entendimento. Algo artesanal e não padronizado.

Esta lentidão no processo de entendimento não são sinônimos de vagareza e calma no processo terapêutico. Compaixão, turbulências, conflitos, raivas, levezas, carinhos e outras descrições de estados emocionais são todas práticas discursivas para se descrever culturalmente estados de ações e convites relacionais (GERGEN 2010). O processo terapêutico é um complexo de convites múltiplos relacionais. Nos referimos a lentidão na maneira como Anderson (2010), Grandesso (2011), Rasera (2007), Guanaes e Mattos (2011) e Rapizzo (2013) também compreendem: um respeito a dificuldade e complexidade que entender e organizar formas de conhecimento, na perspectiva relacional de criação de significados e descrições da realidade a partir e no relacionamento, exigem desta perspectiva de entendimento. O cliente 2 parece destacar esta forma de condução e exalta sua funcionalidade:

Cliente 2: (entrevistador): Algum momento de destaque? *“Não, eu acho que é um processo assim, muito pontual assim, não tem nenhum momento de destaque assim, acho que*

a conversa do dia a dia é que tem funcionado assim”.(entrevistador) **Esse ir e vir na conversa, devagar, devagar não, mas constante no processo é o que mais se destacaria, por exemplo?** (cliente) *“Sim, eu acho que sim.”*(entrevistador): **Você diria uma certa calma pra tratar os assuntos?** (cliente): *“É, eu acho que sim. Talvez uma falta de pressa assim né? De tentar melhorar e tentar entender as coisas ao longo do processo assim. Não tem nenhuma mudança radical ou nenhuma mudança assim durante o processo não. Eu acho que tem acontecido paulatinamente as coisas assim, acho que sim.”*

Cliente 2: *“É um processo de autoconhecimento pra que a partir daí você se conhecendo melhor você mesmo possa tomar as atitudes que você acredita que são melhores pra você né? Então assim, acho que é isso. É um modo, através de uma terceira pessoa que é o terapeuta, através de questionamentos, de conversa, de diálogo, pra que você se conheça melhor né? Muitas vezes fatos que você acha que se conhece e não conhece né? E pra que aqueles problemas que você leva e etc. você tenha uma forma melhor e mais bagagem pra resolver. Acho que é isso.”*

Cliente 2: (entrevistador) **Se você fosse indicar a terapia pra alguém, como é que cê descreveria a terapia pra alguém? Pra um amigo, pra alguém que você gostasse, pra poder indicar?** *“É, eu acho que uma pessoa que tivesse precisando ser ouvida, pra se entender melhor, sem esse julgamento que eu falei, sem ter medo de ser julgado de ser etc., pra se entender melhor por alguma aflição, por algum outro motivo, etc., eu indicaria dizendo isso assim. Eu entendo que é um bom método assim, de ser ouvido, de refletir a respeito das coisas pra que essa pessoa possa tomar os caminhos que ela acha que deve tomar, pra que ela se entenda melhor e consiga né? Consiga seguir o caminho melhor. Acho que é por aí.”*

Também, em suas duas últimas falas, o cliente 2 destaca a importância de se chegar a conclusões que ele próprio deseja tomar. Contudo, Macedo e Lima (2016) destacam como Feres-Carneiro e Lo Bianco (2003) apresentam uma das perspectivas da virada teórico-clínica, dissolvendo a separação dicotômica clínica e perspectiva psicossocial: a valorização das escolhas do outro a partir dos valores que o guiam, questionando se estes valores são funcionais para quem, com quem e em que contexto: somente á ele mesmo? A ele e á seus relacionamentos? Tais atitudes ajudam sua rede de relações e/ou comunidade?

Tais questionamentos aparecem da perspectiva relacional da realidade. Se, é no relacionamento que existimos e criamos nossos processos de subjetivação e mundos, os questionamentos sobre nosso bem estar precisam, também, ser direcionados para os relacionamentos. O cliente 2, em suas duas últimas falas, parece exemplificar bem a maneira

mais individualistas que muitas teorias modernas privilegiam, apontando mais para um indivíduo autônomo e isolado de seu contexto social, e menos a perspectiva relacional de compreender o trabalho ético-relacional-social-político da psicoterapia na perspectiva do construcionismo social.

EIXO III - O sistema de terapia – como a teoria determina o alvo de tratamento e identifica os membros para a terapia

Nesta parte da entrevista o intuito foi perguntar aos terapeutas e clientes sobre como eles percebiam e descreviam as metas ou objetivos da psicoterapia. Também perguntei como eles percebiam a terapia ajudando os clientes e, para os clientes, como eles percebiam que os objetivos que tinham com a terapia estavam sendo alcançados. A ideia deste eixo de perguntas foi justamente refletir sobre como terapeutas e clientes percebem e descrevem o que esperam e qual a utilidade da psicoterapia, ou seja, suas maneiras de pensarem sobre os objetivos de uma psicoterapia de base construcionista social.

Terapeuta 2: *“Então era mais diretivo, é lógico, depende muito da abordagem que ele usa, mas eu acho que da personalidade do terapeuta também, da pessoa do terapeuta né? Porque um terapeuta mais autoritário ele nadava de braçada nessa posição. E então eu acho que eu era uma terapeuta muito assim né? De dirigir, de falar o quê que o cliente tem que fazer, e fazer um programa pro cliente, dava alta, “você pode ter alta se você conseguir isso, isso e isso”, então né? Lógico que o cliente traz um problema, mas a partir daquele problema eu defino as metas, vamos chamar assim. Então eu acho que de alguns anos atrás eu venho construindo uma outra forma de ser terapeuta. Então pra mim a relação terapêutica ela é uma relação, como eu falei agora, dialógica. Tenho colocado assim pros clientes, ou seja, ele fala, eu também falo, eu posso fazer algum comentário sobre o que ele falou. Mas é uma relação mais igualitária do ponto de vista de compreensão humana né?”*

Terapeuta 2: *“Porque tem terapeutas que tratam de vários membros da família individualmente. Eu também não gosto, não sinto a vontade, não me sinto bem. Então a dificuldade de contrato né? De estabelecer certas regras operacionais da terapia né?”*

Terapeuta 2: *“Que pode ser uma terapia conjunta, de família, em que as pessoas vão tentar resolver alguma questão ou algumas questões que as estão incomodando, trazendo mal estar, sofrimento né? Ou então esse encontro/ pra resolver então um tipo de problema, que elas definem como problema, ou então mesmo que o problema seja “eu quero melhorar a minha vida”.*

Nesta parte da sua entrevista, a terapeuta 2 relata sua mudança de postura de alguns anos atrás, até os tempos atuais. Sua maneira anterior de entender a psicoterapia e seus objetivos se parece muito com uma visão da modernidade. Ela descreve a si mesma, anos atrás, como sabendo onde o cliente deveria chegar, como e a partir de quais técnicas e caminhos, determinados pelo terapeuta. Até mesmo, o difícil tema da alta, era determinado pela terapeuta. Uma pergunta baseada nos princípios epistemológicos do construcionismo social seria: Como promover um campo de saúde, na qual as premissas estão baseadas em uma **ética-relacional** que tem como parâmetro a autoria e o auto-agenciamento, ou seja, o respeito e o incentivo para que todos da relação terapêutica ajudem na determinação das escolhas, descrições e metas de como/ onde “chegar”?

Esta pergunta não poderia ser feita a partir dos parâmetros epistemológicos da modernidade, bem exemplificados nas falas de como a terapeuta 2 se percebia anos atrás: sabendo a hora exata de dizer para o outro o momento em que ele estava bem para parar a terapia. Esta premissa se baseia tanto nos pressupostos de que existe um objeto a ser desvelado, conhecido por um cognoscente capaz e perspicaz que sabe melhor que o outro quando ele está apto para caminhar sem a ajuda de um especialista, quanto que a realidade do outro, sua melhora e o caminho a se percorrer devem ser fragmentados em partes!

Ainda, quando assumia uma postura epistemológica moderna de observância das metas e objetivos da terapia, a terapeuta 2 parecia estar atenta a etapas desenvolvimentistas. Se fosse passando de “etapas”, por sinal, estabelecidas pelo terapeuta e sua teoria utilizada, o/a cliente estaria caminhando para uma cura, um estágio onde seus problemas estariam resolvidos ou saberia resolve-los com eficiência e talvez perfeição. Outra postura, sobre quais pessoas a terapeuta 2 se dispunha a atender, também pode fazer parte da reflexão sobre as diferenças de posturas epistemológicas. Quais membros de uma família podemos atender? Quem determina tais limites? A teoria determinaria tais limites? O problema delimitaria quem iríamos atender? É espantoso, a partir das premissas do construcionismo social, como tal postura se torna radicalmente oposta.

Os parâmetros para quais membros de uma família e/ou comunidade poderiam ser atendidos por um terapeuta, na postura pós-moderna, partiriam singularmente de cada conversação entre os membros que fazem parte do foco de trabalho. Ou seja, terapeuta e cliente decidiriam se é possível, confortável, pertinente, prazeroso, necessário, funcional, e tantos outros parâmetros que pudéssemos catalogar agora, para sairmos da dicotomia platônico-cristã de certo e errado, por ambos da relação terapêutica naquele momento de trabalho. As decisões quanto a quem atender ou não deveriam entrar na pauta das

conversações entre um cliente e seu terapeuta a partir das singularidades, de caso a caso, através de conversas e re-conversas sobre quem incluiríamos em nossas conversações! Quais outras pessoas poderiam ou não ser atendidas pelo mesmo terapeuta? Quais cuidados, se isso acontecesse, todos os envolvidos na questão deveriam tomar? Rotas e processos de atendimentos, mudanças, paradas e retomadas poderiam ser decididas singularmente a partir dos parâmetros dos interessados naquela conversação-relação-trabalho? Poderíamos continuar infinitamente levantando questionamentos que fossem múltiplos e criativos para sairmos da dicotomia pode/não pode, certo e errado, manda-alguém obedece: literalmente jogos discursivos de poder onde as possibilidades, ao invés de se ampliarem e tomarem caminhos funcionais para um determinado momento, fecham e cristalizam-se em rótulos descontextualizados!

Tanto a terapeuta 2, quanto a terapeuta 1, na fala seguinte, mudaram radicalmente suas posturas quando passam a repensar o trabalho terapêutico a partir das premissas do construcionismo social. As falas seguintes demonstram melhor este novo jeito de olhar:

Terapeuta 1: *“Mas eu gosto da ideia da terapia como espaço de criação né? Porque até pra também desconstruir um pouco aí a ideia da terapia ou da psicoterapia como um espaço da doença, do problema, de conversar sobre o sofrimento né? E eu acho que a terapia como um espaço de criação é um espaço de poder criar novas possibilidades, criar novas formas de ver o mesmo, criar sentidos sabe? Me parece mais agradável pensar a terapia desta forma do que pensar a terapia/ algumas pessoas inclusive me perguntam falando “nossa A. cê passa o dia escutando problema das pessoas né? Cê passa o dia escutando sofrimento, como é que cê dá conta?” E não necessariamente eu dou esse sentido pro meu trabalho diário né? Eu acho que eu passo o dia construindo possibilidades, criando alternativas e isso é muito bacana né? Então prefiro, ou escolho, ou tenho escolhido entender a terapia e o espaço terapêutico dessa forma. Inclusive eu acho que isso ajuda/ me ajuda e faz bem pra minha saúde também enquanto terapeuta né? (risos) Acho que se eu entendesse a terapia como um espaço da doença e do sofrimento acho que isso também poderia ter implicações aí na minha vida, na minha saúde, enfim. Então prefiro pensar como um espaço de criação.”*

Terapeuta 1: *“Em poder de repente experimentar a psicoterapia. Porque muitas vezes as pessoas chegam assim “ah, mas terapia não é algo doído? Ah, mas vou ter que mexer nas minhas feridas, eu vou ter que me expor, eu vou ter que né assim, vai ser sofrido e tal.” E não necessariamente tenha que ser assim né? E se eu entendo que a terapia pode me ajudar a construir soluções, a ver de outras formas independente de como vai ser o caminho, se vai ser doído, se vai mexer na feridas, independente disso né? Que não necessariamente eu acredito*

que TENHA que ser sofrido, e TENHA que mexer nas feridas, e TENHA que né? Se expor, abrir seu inconsciente e “nananananana”, acho que as pessoas se sentem até mais tranquilas pra viver essa experiência.”

A terapeuta 1 acaba enfatizando três questões da pós-modernidade: a postura radical de anti-realismo do construcionismo social, as narrativas e as lógicas de sentido. A maneira como a terapeuta decidiu descrever o trabalho terapêutico como sendo de aberturas para o novo e a criação de novos sentidos e caminhos se torna importante pela recusa de descrever como algo dolorido, difícil e de acesso tortuoso e emblemático via o inconsciente individual de alguém. Ao deixar claro que escolhe descrever a terapia assim, para si mesma, e para os outros, acredito que possamos demarcar a idéia de que a descrição do fato, em si, o torna acessível a relações e a entendimentos.

Como dito no capítulo 2 sobre o giro-linguístico, as palavras e a linguagem passam a ser meios de conexão entre as pessoas e de acesso a realidade. Acredito que as formas de descrever a terapia delimitam formas de criar relacionamentos e conversações dentro daquele limite de trabalho. As palavras, como dito anteriormente, não representam objetos, mas delimitam formas de enxergar e ser. Criam formas de vida. A descrição da terapeuta 1, a partir das sequências lógico temporais que utilizou, e dos valores que gostaria de expressar como finalidade, formam sua narrativa. Podemos supor que o valor de ampliar possibilidades e levezas estão presentes na narrativa da terapeuta, como fins a serem alcançados. Portanto, os valores como finalidades na construção de narrativas, de acordo com Gergen (2016), aparecem na narrativa sobre metas do trabalho terapêutico para as terapeutas 1 e 2.

Assim, de posse da descrição, dos significados e dos valores que a terapeuta 1 deu as metas de trabalho terapêutico, podemos dizer que esta é sua lógica de sentido em relação aos objetivos da psicoterapia. Uma lógica de sentido bastante coerente com os pressupostos do construcionismo social.

Nas falas dos clientes 1 e 2 abaixo, esta lógica de sentido, descrevendo a flexibilidade, as perguntas, a curiosidade e a permanente desconstrução de significados cristalizados e narrativas dominantes, na busca por valores que exaltassem suas potencialidade e descobertas, também apareceram como meta, como fim, percebidas em ambas as narrativas deles:

Cliente 1: *“Mas sem dúvida que as metas vamos dizer assim, periféricas né? Essas secundárias a essa linha mestra elas vão se reconfigurando. Até porque eu acho que cê vai fazendo descobertas, cê vai fazendo/ cê vai acionando coisas que você nem sabia que tavam lá e aquilo muda um pouco a sua percepção. De repente algo que era muito relevante no início vai esmaecendo né? Algo que tinha cores muito fortes no início vai ficando mais*

esmaecido no processo e aparece uma outra questão com outras cores. Então se eu pudesse/ pensando no meu processo eu penso que tem uma linha de coerência nessa construção e em torno dela a gente foi construindo e desconstruindo várias outras vozes assim. Várias outras secundárias assim.”

Cliente 2: “Eu acho que uma questão é essa de, que eu falei assim, dela me questionar muito as coisas assim. Me questionar a respeito de conclusões que eu tiro assim. Eu chego a algumas conclusões e ela me questiona a respeito daquelas conclusões. Se é isso, se não é, etc. Me fazendo refletir a respeito daquilo.” **(entrevistador):** Essa é uma maneira que você destacaria? “Sim. E uma outra questão talvez assim, de colocação de algumas metas assim, de fazer assim “pensa a respeito disso e na próxima sessão a gente conversa”, dando tarefas assim, pra que a coisa desenvolva. Talvez essas duas, esses dois modos poderiam ser destacados assim.” **(entrevistador):** Vou aproveitar esse gancho, como é que você acha que a primeira e principalmente a segunda te ajudou a atingir alguns objetivos na terapia? “eu acho que esse questionamento a respeito das coisas, assim, me faz rever muitos conceitos assim. E aí isso me ajuda a melhorar várias questões que me angustiam, alguma coisa assim né? E essas tarefas também assim, essas tarefas pra sessão seguinte fazem com que eu pense fora da sessão de terapia a respeito do que foi conversado também, e tente implementar algumas coisas no meu dia a dia assim né? Então eu acho que nesse sentido tem funcionado de alguma forma pra melhorar algumas coisas que eu gostaria que fossem melhoradas assim.”

Cliente 2: (entrevistador) Você me contaria um exemplo dessa quebra de paradigma? De um que você tinha antes e de repente a terapia fez diferença e levou pra outros? “Eu tinha muito, por exemplo, eu tinha muita uma questão que sempre vem à tona na minha terapia assim, uma/ era uma necessidade que eu tinha e que eu ainda tenho e tô trabalhando a respeito disso, disso de atender a necessidade dos outros a meu respeito assim. Atender o que esperam de mim assim. E eu acho que eu tenho conseguido relativizar isso. Lidar melhor com isso, assim. Então é uma mudança, uma quebra de um modo de pensar e agir que eu tinha que eu acho que tá melhorando.”

Cliente 2: “Eu acho que trouxe um/ tá trazendo né? Tá trazendo um amadurecimento pra mim né? Tá trazendo uma sensação de amadurecimento, de autoconhecimento meu, de quebra de alguns paradigmas, de melhora na comunicação, de melhora/ então, tá trazendo eu acho que um amadurecimento.”

As próximas perguntas se referiam a como terapeutas e clientes indicam ou indicariam a terapia para alguém. A intenção era observar como descreviam suas percepções do trabalho

terapêutico a partir de sua descrição da psicoterapia para outras pessoas.

Terapeuta 2: *“Isso mesmo, eu falo assim “olha, eu acho que é um bom espaço pra você conversar.” Eu tenho indicado assim. Mas quando eu indico eu falo “um lugar pra você conversar, pra você ser escutada né? Pra você poder se aliviar até desse sofrimento, porque quando cê fala você escuta, você se escuta. E às vezes tem uma visão melhor do quê que tá acontecendo.”*

Terapeuta 1: *“Eu indico como/ enfim, dizendo “quem sabe né? Você procura um terapeuta pra que você possa de repente construir outras possibilidades, ver de um outro jeito, de repente com a conversa na terapia cê consegue pensar em soluções ou em possibilidades que de repente sozinho cê não tá conseguindo pensar sabe? E na conversa com alguém né? Que vai tá aí engajado também nessa busca com você de repente cê consiga pensar em outras possibilidades, ver de outra forma, pensar coisas que você não tá conseguindo pensar sozinho né? Alguém que tenha aí um outro ponto de vista ou pode te ajudar a alcançar um outro ponto de vista.”*

Compreendo que ambas as terapeutas enfatizam outro olhar, outro ângulo, outro ponto de vista para a compreensão de problemas. Novo olhar e novas possibilidades podem ser entendidos como co-construção de conhecimentos. Como vimos na premissa de anti-essencialismo do construcionismo social, organizações do conhecimento não deveriam adquirir centralidades das quais explicações sobre determinado fato ou pessoa só pudessem ser explicados a partir deste núcleo de inteligibilidade. Práticas discursivas para descrever pessoas como caráter, ego, personalidade, matriz de identidade e outros são formas de essencializar processos de subjetivação. Descrições como analisar o inconsciente de alguém, remodelar os comportamentos respondentes ou trabalhar as sombras do ego de um sujeito nos remete a pensarmos em um núcleo de organização do qual emana os problemas. Essencializar processos múltiplos em parâmetros biológicos, sociais ou psicológicos é uma forma clássica de optar por uma prática de discurso essencialista.

As terapeutas parecem optar por um caminho contrário. Localizar o problema fora das pessoas e enfatizar em organizações que busquem uma maior complexidade para entendimentos ou formas de resolver problemas que não estejam mais sendo úteis ou satisfatórios. Compatível com a busca que Feres-Carneiro e Lio Blanco (2003) descrevem que a virada teórica-clínica atualizou: a busca pela complexidade dos acontecimentos e organizações de conhecimento.

Como pergunta final, peço para todos descreverem a psicoterapia como metáfora. A intenção era criar um espaço para a manifestação de algum significado pessoal em relação à

terapia.

Terapeuta 1: *“Inclusive, eu uso muito essa metáfora assim pra descrever a relação terapêutica e o processo em si como “somos companheiros de caminhada caminhando em alguma direção”. E eu acho que é o cliente quem vai definir aonde ele quer chegar. E é claro que ao longo da caminhada isso vai sendo estabelecido e ajustado e tudo mais. E pensando, inclusive na cliente 1, especificamente, eu acho que ela sempre foi muito autora do processo dela”*

Terapeuta 1: *“E somos companheiras dessa caminhada em que juntos a gente tá ali uma caminhada, talvez uma caminhada reflexiva né? Em que juntos a gente tá ali conversando e nessa conversa a gente vai definindo o nosso endereço aonde a gente quer chegar, como é que a gente quer chegar. E a gente vai né assim? Apreciando a paisagem e a gente vai conversando a partir dos estímulos que vão surgindo nessa caminhada né? De repente ao longo dessa caminhada a gente passa aí por alguns momentos, alguns cenários assim mais, talvez mais cheios de buracos, mais escorregadios. As vezes não, as vezes né? Como se a gente tivesse, enfim, momentos que a gente tá passando sei lá, por uma tempestade, momentos que a gente tá passando por um céu azul mais agradáveis, menos agradáveis. E a gente vai caminhando e o caminho vai se fazer caminhando mesmo né? E aí pode ser que chegue um momento e VAI chegar um momento em que a gente vai né? Definir que já caminhamos o que precisávamos caminhar e que de repente cada um vai seguir o seu caminho né? E que pode ser que a gente se reencontre mais na frente nessa caminhada,”*

Terapeuta 2: *“Usar uma metáfora? Difícil. Essa é a mais difícil das perguntas. Seria uma rede? Tô pensando porque eu vejo muito sistema né? Então, uma árvore, uma floresta? Uma floresta. Eu vou imaginar agora. Vou imaginar isso... Uma floresta que você não conhece nada, uma floresta nova que você vai abrindo caminhos né? Tomando cuidado com os bichinhos, com os bichões né? Olhando onde você tá pisando, olhando pra cima, pra baixo e pro lado. Se tem alguém nessa floresta, vou inventar uma história aqui. Eu acho que a floresta é uma boa coisa. Eu tô olhando a árvore ali e tô vendo folhas verdes né? Floresta é mais verde do que florida né? A floresta mesmo é muito mais verde. Troncos de diferentes espessura não, diâmetros. Folhas secas no chão que você vai limpando o caminho né? E as vezes chegar em alguma clareira. Ou ter várias clareiras. Você pode chegar na beira de um rio e ver a outra margem do rio.*

(Entrevistador) A outra margem do rio? *“É, ver mais longe né? Ver mais ampliado o mundo. Eu acho que pra mim é um processo de caminhada nessa floresta.”*

Cliente 2: (entrevistador): Se você pudesse descrever a terapia como metáfora, como é que cê descreveria metaforicamente? *“Acho que, deixa eu pensar numa coisa aqui. Acho que uma caixa de ressonância, assim. Um modo de você né? Conseguir falar, conseguir se abrir, etc. Soltar os sentimentos assim né? Por aí.”*

Iniciarei essa última reflexão com outra metáfora:

Disse uma vez Borges a meu professor de grego: “Os gregos tinham as musas e nós, que pena, as trocamos pelo inconsciente”. Mas se olharmos com cuidado, o que eram as musas e os deuses gregos, senão a forma como eles conseguiam expressar sua compreensão do que nós entendemos como estados mentais e fenômenos naturais, hoje descritos cientificamente? De eventos que não tinham outra forma, então, de serem conhecidos? E o que é hoje o inconsciente, senão a forma como conseguimos traduzir, sem sentir vergonha de nossa ignorância, o mundo de eventos mentais e emoções, desejos e frustrações que cada um de nós tem e foi educado para viver e ver assim? Quer dizer que inconsciente é igual a musa? Ou quer dizer que inconsciente é o nome que damos, hoje, ao que os gregos chamavam musas? (REÑONES, 2002, p. 30)

Então, sobre este ponto de vista de Renones, o que é o inconsciente? Uma forma de organizar a maneira como nomeamos as paixões, as relações primárias infantis e nossas mais básicas sensações fisiológicas e psicológicas em interação. Uma forma simples, claro, de explicar a genialidade de Freud (1856-1939) na organização, muito mais extensa, das metáforas que sustentam a explicação do inconsciente. O que eram as musas, a partir da metáfora de Renones? Também, uma maneira de nomear uma percepção, uma maneira de explicar o que acontecia com as paixões mais primitivas dos humanos que se deixavam encantar-se em momentos de solidão e desespero. Um discurso, uma narrativa, que tenta organizar o que nomeamos como contato com paixões primitivas e incontroláveis dos seres humanos.

Não quero comparar, a princípio, os tipos de organização. São momentos históricos muito diferentes. São discursos e narrativas distintas e singulares sobre um imaginário social no qual relacionamentos, desejos, percepções, intenções, vontades, poderes e possibilidades de existência são revelados no decorrer destas histórias.

O mesmo pode ocorrer entre nós, na pós-modernidade. Quais são nossos mitos? Quais valores e finalidades observamos em nossas narrativas (nossos mitos)? Temas como o término, ampliação e liberdade, na minha percepção, aparecem nas metáforas de clientes e terapeutas. O término, como algo que irá acontecer em algum momento, observado na fala da terapeuta 1, nos remete a função da psicoterapia como processo, uma “caminhada” a dois, que não tem como objetivo a cura. Paramos, talvez voltemos a nos encontrar, talvez nunca mais vejamos um ao outro, uma aposta na incerteza e instabilidade.

Talvez, possamos fazer uma conexão desta descrição com a ideia de **liberdade**. Observamos que um dos valores do construcionismo social, como uma opção discursiva, é a liberdade. Uma lógica de sentido que aparece na metáfora de todos: incentivar a escolha, continuamente, de como prosseguir. Pareando **escolha e liberdade**, podemos inferir que aparecem como metas e objetivos de trabalho, a partir de uma epistemologia construcionista social, nas metáforas de descrição da psicoterapia de todos os entrevistados. Valores como metas de trabalho, e não teorias e sistemas ideológicos dos terapeutas.

E, para finalizar, a **ampliação**: olhar a outra “margem do rio! Soltar os sentimentos”! Duas potentes descrições de como as premissas do construcionismo social podem construir significados e lógicas de sentido que embasam valores de ampliação, complexidade e liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos tantos fatores que me fazem reler excessivamente o poema da epígrafe da presente dissertação é sua indeterminação:

As palavras são como pequenos vaga-lumes (escrevendo)... que faíscam no ar e quando você tenta pegá-los ou pegá-las... elas apagam e vão ascender em outro lugar. Eu sou... um caçador... de vaga-lumes, mas ultimamente... não tenho... tido... muita sorte. Ultimamente e quase sempre... É uma imagem bonita... Vaga-lumes! (RENONES, 2008, p. 07)

Mas, faz pouco tempo que a maneira como ele expressa a linguagem me chamou a atenção. Sempre me impressiono em como a poesia, às vezes (para não dizer em sua grande maioria), consegue dizer coisas com uma leveza e destreza que faltam tanto a outros domínios linguísticos, como por exemplo, o da ciência.

Imagino que faltem palavras para descrever toda finalização de um percurso extenso, intenso e apaixonado. Ou simplesmente, como vimos ao longo dessa dissertação, seja uma característica das narrativas: nunca contemplam toda a experiência. Sinto-me como as palavras/vaga-lumes do poema. Muito foi dito... tanto há ainda a ser dito. Durante todo o percurso de envolvimento com a escrita, muitos afluentes foram vistos. Um desejo enorme de também percorrê-los e me afastar do rio principal. Imagino que seja um desejo natural quando temas interessantes abrem portas para outros ainda mais interessantes. Mas, felizmente, antes de percorrê-los, temos que chegar ao mar.

Criamos algo de novo durante a construção de um trabalho acadêmico? Acho que não. Pelo menos se a criação for entendida como algo original. Não acredito que algo original, inédito, “puramente” novo seja criado. Penso que, através de conexões, a partir do “já disponível”, deslocamentos possam acontecer. Novas e pequenas, inusitadas diferenças florescem e, talvez, estas pequenas diferenças criem um campo para que outras tantas diferenças possam continuar se conectando e criando novos caminhos de inteligibilidade do real.

Ao buscar analisar o processo de produção de sentidos a partir da co-construção de significados no processo terapêutico, pelo Construcionismo Social, eu mesmo fui ampliando significados e expandindo lógicas de sentido nesta trajetória, me transformando nesse percurso. Observei ao longo da escrita deste trabalho que as formas como descrevemos as organizações do conhecimento (até mesmo como descrevemos as metáforas biológicas, por exemplo), determinam a apreensão perceptual do mundo, das experiências vividas neste mundo-contexto e da realidade em si mesma.

Ou seja, as maneiras de descrever, seus valores e ideologias implícitas (e muitas vezes explícitas, mesmo) e os significados que co-construímos nas conversações diárias (as lógicas de sentido) aparecem nas metáforas/organizações sociais, biológicas e psicológicas, criando maneiras de percebemos o mundo!

Em nossa civilização industrial, capitalista, tecnológica e pós-moderna, a complexidade da vida social atingiu seu máximo expoente em toda a história da humanidade. Se compararmos, por exemplo, uma organização social “primitiva”, ou uma organização imperial, despótica, ou uma medieval com a nossa sociedade pós-moderna, o grau de complexidade, de diversidade que as sociedades pós-modernas atingem é infinitamente superior ao daquelas civilizações, apesar delas não serem nada simples. Acontece, então, que nossa época, nossa civilização, além de se caracterizar por uma grande diversidade, uma grande complicação interna, caracteriza-se também por, de fato, ter produzido uma soma de saberes que propiciou, nesses últimos quatrocentos anos, uma “evolução” maior do que a humanidade havia conseguido em dois mil anos; ou seja, houve um processo de produção de conhecimento e de sua aplicação muito intenso.

Assim, em uma época como a nossa marcada pela pluralidade e acúmulo de conhecimentos, do excesso de individualismo e culto ao narcisismo, da produção de especialistas que ocupam os papéis de autoridade, de senhor, de distancia, de mistério e de dependência, percebemos claramente como micro-facismos, endurecimentos e reproduções se tornam, na sociedade moderna, uma maneira de se enxergar as relações humanas e de se viver. Dizemos micro-facismos pela ideia de que a sociedade atual nunca foi tão gerenciada, de maneira sutil e camuflada, em uma diversidade de opções. Tão cheia de especialistas-verdades. Nunca se venderam tantas “identidades”!

O capitalismo cresceu durante o século XIX e se consolidou a seguir, gerando condições sócio-econômico-culturais que tiveram íntimas relações com as formas contemporâneas do sofrimento e com as maneiras de tratá-lo. Podemos pensar em algumas das suas características, como, por exemplo: há um desconhecimento do valor próprio das coisas, já que estas serão somente o que valem economicamente (mercadoria); encontramos um certo vazio de sentido da vida, que se torna algo utilizado na pura competição; também existe uma substituição da qualidade pela quantidade; outra característica é o êxito econômico tomar o lugar da ‘honra’, da ‘nobreza’ ou da ‘distinção’ (o homem vale o quanto tem ou ganha); há uma grande capacidade de sedução, como, por exemplo, dos trabalhadores rurais, que são absorvidos pela cidade: todos desejam integrar o mercado consumidor; e, por último, podemos citar a despersonalização crescente, burocratização invasora, servidão do homem às

coisas (o fabricante de álcool não pensa no que o álcool é para o homem, mas sim no que o homem é para o álcool: **consumidor**) (RAPIZZO, 2013; BAREMBLITT, 1998; SENNETT, 2012; TIBURI, 2017).

Portanto, a partir de alguns dos axiomas principais do capital, ou seja, dos valores de como se organizar, perceber e viver o real, observamos que este sistema suga as forças da vida e produzem desejos, formas de ser! Talvez seja o sistema mais forte vivido até hoje porque a vida é capturada. Vendem-se formas de viver a vida. Vendem-se sonhos e escolhas.

Os pressupostos epistemológicos do construcionismo social se baseiam em uma visão sistêmica de segunda ordem onde a realidade, em si mesma, dada *a priori*, não existe. O que existe é uma co-construção em um determinado contexto, a partir de um vínculo que se atualiza na ação dos participantes, que fazem parte deste vínculo específico ou desta rede social.

Quando deixamos de apreender a realidade como ela é, e passamos a vê-la como indissociável de quem utiliza da linguagem para ter acesso a ela, admitimos que todo conhecimento do real é uma forma de criação de um ângulo da realidade, uma figura (do) fundo dentre tantas possibilidades. Mas é também admitir que existe uma interdependência entre criação, espaço e tempo.

Toda conversação que um terapeuta, por exemplo, estabelece com a pessoa com a qual trabalha é selecionada dentre tantas outras possibilidades existentes naquele momento. Portanto, haveria outras “verdades” a serem criadas, colocadas na mesa, em um processo de multi-verso ou multi-verdades que nos levam a não conseguir dissociar mais a complexidade da intersubjetividade.

Toda vez que vivemos este novo paradigma, estamos vivendo a complexidade de escolher um caminho em detrimento de outro, e não o caminho verdadeiro do falso, sempre o complexo, e não o verdadeiro-linear.

Percebemos que as conversações também levam a um caminho de incertezas e eternos processos. Toda vez que co-criamos um ângulo na conversação, como por exemplo uma distinção, uma interferência na narrativa do paciente, desviamos o fato para alguma rota que, naquele exato momento, será impossível outras direções serem vividas ou criadas. Podemos tentar voltar no assunto ou fato que fora desviado, mas sempre voltaremos diferentes, já com outro timbre de voz, outras reflexões, atenções modificadas e tantas outras sutis diferenças que nos fazem sempre estarmos diferentes.

A partir de todo o percurso deste trabalho, portanto, quais seriam os norteadores do processo psicoterapêutico? E, ainda mais importante: quais seriam os norteadores que não

corroborassem com a perspectiva do capitalismo (da modernidade) e seus valores?

O primeiro norteador seria o **processo de complexidade** sobre as narrativas, verdades e histórias das pessoas em terapia. Ampliar as conexões e articulações das pessoas sobre elas mesmas, sobre suas perspectivas sobre família, seus casamentos, suas experiências, relacionamentos e amizades seria uma das metas do processo terapêutico e, acredito, um importante preditor no processo de evolução e mudanças. Acredito que esse seja um importante marcador, em vários posicionamentos, que a pessoa desempenha e se vincula. O objetivo é percebermos se houve um processo de ampliação de ângulos que explicam algo sobre determinado acontecimento (por exemplo, algum aspecto do passado, presente ou futuro da pessoa), uma narrativa dominante que agora se explica sobre e a partir de outros ângulos, e explicações que foram incluídas em narrativas “pobres” e de poucos elementos.

O segundo norteador seria o trabalho de **autonomia**. Autonomia não seria a conduta de um meta-especialista dizendo como mudanças e transformações podem ser alcançadas. Estaríamos trabalhando o grau de escolha que cada pessoa, casal ou família compreende e escolhe realizar. Compreensão e realização são dois passos que nem sempre andam juntos. Mas perceber perdas, ganhos, disfuncionalidades e/ou funcionalidades que acometem todo processo de escolhas pode facilitar sua realização.

O terceiro norteador seria o **processo de reflexão**. Aprender a refletir é aprender sobre as nuances e diferenças. É aprender a dialogar sobre os processos de diferenciação no qual estamos constantemente participando em nossas relações. O processo reflexivo estaria longe do processo de racionalização. Estaríamos mais perto de incentivar nossos pacientes a perceberem os processos de co-criação a que estão constantemente submetidos através das conversações e sua rede infinita de significados. E, a partir destas conversações, nomeamos estados mentais, cognitivos, emocionais, não como formas inatas, mas como processos descritivos que direcionam e selecionam possíveis ações (e ocultam outras). Estamos sempre sobre o “efeito” de alguma lógica de sentido.

O último norteador seria o **processo de autoria**. Ampliar as possibilidades de ação dos sistemas de significados que nos envolvem. Quanto maior as possibilidades de ampliar os significados que organizam nossas metas, experiências, desejos e/ou expectativas, maior o grau de autoria. Na autoria, ajudaríamos as pessoas a fazerem agenciamentos. Articulações e produções de novos significados que ajudassem na busca ou desejo de alguém. Ampliar as possibilidades para que as pessoas e grupos atinjam seu potencial e expectativas. Uma articulação de ampliação de possibilidades para se viver um futuro desejado.

Harlene Anderson (2010, p. 14) destaca seis características da junção destes pressupostos filosóficos:

1. Sistemas humanos são sistemas geradores de linguagem e significado.
2. Sua construção da realidade são formas de ação social, e não processos mentais individuais independentes.
3. A mente individual é uma composição social e o *self*, portanto, torna-se uma composição social relacional.
4. A realidade e o significado que atribuímos a nós mesmos, aos outros e às experiências e aos eventos de nossas vidas são fenômenos interativos criados e experienciados por indivíduos em conversas e ação (por meio da linguagem) uns com os outros e consigo mesmos.
5. A linguagem é produtiva, traz ordem e significado às nossas vidas e ao nosso mundo e funciona como uma forma de participação social.
6. O conhecimento é relacional; está contido e é gerado na linguagem e em nossas práticas do dia a dia.

E acrescenta:

Esses pressupostos têm profundas implicações em todo esforço humano - e na forma como nós somos como pessoas nesses esforços - especialmente para a terapia e os terapeutas, na maneira pela qual o terapeuta pensa sobre os seres humanos e sobre nossos papéis em suas vidas, na maneira como o terapeuta conceitua e participa de um sistema de terapia, processo de terapia e relacionamento na terapia. Eles separam minha filosofia e prática colaborativa pós-moderna das abordagens modernistas (ANDERSON, 2010, p. 4).

Muitas são as implicações para o campo da psicoterapia. Se na modernidade a principal característica de quem procura o serviço de psicoterapia é esperar uma estrutura rígida e de direcionamento, agora, a psicoterapia traria como principal característica um espaço de conversação onde metas serão discutidas e compartilhadas, sendo que este planejamento compartilhado já é uma diferença de postura e de convite para um processo relacional colaborativo.

Os sistemas humanos, a partir dos pressupostos do construcionismo social passam a ser demarcados pela característica da comunicação e da linguagem. O *setting* terapêutico passa ser um local de indivíduos relacionando por intermédio da linguagem. Não mais estruturas rígidas e demarcações de papéis que enfatizavam uma separação, como por exemplo, a ênfase

de se demarcar um casal, indivíduo ou família. Estas distinções não preconizam e direcionam o trabalho. Elas surgem a partir da distinção e relevância discutida ao longo do processo. Isso significa que podemos começar atendendo um casal e decidirmos consensualmente sessões individuais caso os participantes acordem que tal momento é necessário ao trabalho (todos participam da decisão: pacientes e terapeuta, juntos).

Outra diferença, e talvez a mais marcante, seja a de dois especialistas com perspectivas e conhecimentos diferentes criando uma parceria colaborativa. Se não há verdades mais verdadeiras do que outras e estamos permanentemente construindo realidades, assumimos que conhecimentos e narrativas sobre nós mesmos e sobre os outros são maneiras de dizer algo da sua/nossas experiências, histórias ou premissas. Portanto, não existem mais conhecimentos melhores ou mais válidos do que outros. Não há espaço para um especialista que sabe mais sobre o que é certo e como viver melhor do que o outro que não o sabe. Também não há mais como marcar distinções como um que está em sofrimento e outro que não.

Nesta nova postura filosófica, proposta pela epistemologia construcionista, o terapeuta assume que os conhecimentos são diferentes e que ele precisa aprender, ser informado e conhecer a perspectiva do outro. O terapeuta deixa de saber de antemão sobre tudo e colher dados para comprovar sua teoria. Em uma postura moderna, o terapeuta é um conhecedor dos conhecimentos mais avançados e importantes e, por isso, supõe como os outros devem viver suas vidas. Também prioriza os nexos de causalidade, padrões e repetições para explicar “porquês”, a partir de todo o conhecimento detalhado do processo histórico do outro.

Nesta nova proposta de olhar para o *setting* terapêutico, do construcionismo social, o terapeuta procura criar um espaço de conversação para facilitar o processo de diálogo. O foco permanece na insurgência das narrativas não dominantes, aquelas que os clientes deixaram de “fora” das suas histórias sobre si mesmos, já tão cristalizadas e desgastadas. O enfoque está na possibilidade de conhecer os não ditos, os ainda a serem ditos e as potencialidades dos clientes a partir das mudanças que deixaram de contar ou enxergar.

Outra característica marcante é a premissa de que o conhecimento surge e acontece na interação. Em outras palavras, o conhecimento está em constante evolução. Por isso a concepção na pós-modernidade é a da incerteza. Não sabemos *a priori* o que é melhor para o outro. Por exemplo, não sabemos de antemão que todo histriônico agirá de uma determinada maneira que está catalogada nos manuais de comportamento humano (o DSM, por exemplo). Tendências e o ineditismo, a criatividade, estão lado a lado. Quando falarmos de tendências ou repetições, estaremos atentos a: mas em quais posicionamentos? A partir de qual contexto? Com quem acontece mais esta tendência?

E, principalmente, como incertezas, instabilidades e a evolução também são co-construídas dialogicamente no processo: quando tal característica não aparece? Quando está mais fraca, mais branda, quando ajuda...? Questionamentos sobre o que pensamos que sabemos são parte desta nova postura filosófica.

Para isso, a roupagem de que temos conhecimentos secretos, privados e privilegiados precisa ser trocada por uma postura de abertura e compartilhamento dos conhecimentos. Pressupostos, premissas, dúvidas e posicionamentos são compartilhados em uma postura que estimula a reflexão, o dissenso, o consenso, os enlaces e conexões do conhecimento. Abrimos portas para um contexto de reflexão e para novas idéias e possibilidades surgirem em torno do problema colocado pelo paciente.

Para concretizar tal postura, é impossível usarmos técnicas para reparar danos ou erros de rotas no caminho dos pacientes. Estratégias silenciosas e técnicas associadas dão lugar a uma investigação compartilhada onde o conhecimento de todos que participam da conversação são levados em conta. Isso inclui o terapeuta e todas as pessoas que farão parte das conversações durante o processo dialógico da terapia.

Outra distinção importantíssima é a impossibilidade de termos um núcleo central, personalidade ou um *self* único. O terapeuta lidará com posicionamentos ou *selves* múltiplos relacionais e co-construídos linguisticamente, nas narrativas de cada um sobre o mundo e si mesmo: e que estão em constante co-construção.

Assim, acredito que, ao longo das entrevistas, terapeutas e clientes disseram suas reflexões e produções, em muitos momentos (e outros nem tanto) congruentes com os princípios pós-modernos. Nestes momentos, a **complexidade**, a **autonomia**, a **autoria/agenciamentos** e os **processos de reflexão** apareceram como metas de trabalho e valores, a partir dos pressupostos do construcionismo social.

Com certeza, a temática proposta nessa investigação é complexa e multideterminada. Em momento algum tivemos a interação de esgotar seu conhecimento, mas sim lançar luz e convocações para que novos estudos se façam a partir do que foi aqui trazido.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Harlene; HAROLD Goolishian. O CLIENTE É O ESPECIALISTA: uma abordagem para terapia a partir de uma posição de NÃO SABER. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 03, p. 8-23, 1992.

ANDERSON, Harlene. **Conversação, Linguagem e Possibilidades: um enfoque pós-moderno da terapia**. 2. Ed. São Paulo: Roca, 2010.

ANDERSON, Harlene. UMA PERSPECTIVA COLABORATIVA SOBRE ENSINO E APRENDIZADO: a criação de comunidades de aprendizado criativo. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-53, dez. 2011.

ANDERSON, Harlene. Collaborative Practice: A Way of Being “With”. **Psychotherapy and Politics International**, vol. 10 n. 2, p. 130–145, 2012.

ANDERSON, Harlene. **A Postura Filosófica: o coração e a alma da prática colaborativa**. Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e práticas / Marilene A. Grandesso (Organizadora) – 1 ed. – Curitiba, PR: CRV, p. 21-35, 2017 a.

ANDERSON, Harlene. **DIÁLOGO: pessoas criando significados umas com as outras e encontrando maneiras de continuar**. Práticas colaborativas e dialógicas em distintos contextos e populações: um diálogo entre teoria e práticas / Marilene A. Grandesso (Organizadora) – 1 ed. – Curitiba, PR: CRV, p. 93-107, 2017 b.

ANDERSEN, Tom. A Linguagem não é Inocente. Rio de Janeiro: ITF. RJ, **Nova Perspectiva Sistêmica**, ano IV, n. 7, p. 5-11, 1995.

ANDERSEN, Tom. **Processos Reflexivos**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 1999.

ANDERSEN, Tom; GARCIA, A. G. Um programa em Terapia Relacional e Terapia de Redes no Norte da Europa e na América do Sul. Rio de Janeiro: Multiversa: NOOS: Familia; **Nova Perspectiva Sistêmica**, ano XV, n. 29, p. 11-18, 2007.

ASSOUN, Paul-Laurent. **A ESCOLA DE FRANKFURT**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Ltda 1989.

BRITO, Rafaella M. M.; GERMANO, Idilva M. P. PRÁTICAS COLABORATIVAS E DIALÓGICAS EM DISTINTOS CONTEXTOS E POPULAÇÕES: um diálogo entre teoria e práticas. Marilene A. Grandesso (org.): **NARRATIVA E PSICOTERAPIA: ressignificação, reorganização da experiência e reautoria** – 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2017, p. 183-200.

BURR, V. **An introduction to social constructionism**. Londres: Routledge, 1995.

DANZIGER, K. The varieties of social construction. **Theory and Psychology**, n. 7, p. 399-416, 1997.

DOMINGUES, Ivan. **O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das**

ciências humanas. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999, 281 p.

DORICCI, Giovanna Cabral; CROVADOR, Laura Ferreira; MARTINS, Pedro P. Sampaio. O especialista relacional na terapia familiar de fundamentação epistemológica construcionista social. **Nova Perspectiva Sistêmica**, n. 59, p. 37-51, dezembro 2017.

EPSTON, D.; WHITE, M.; e MURRAY, K. **Proposta de uma terapia de reautoria; revisão da vida de Rose e comentário**. IN S. McNamee e K. J. Gergen (Orgs). A terapia como construção social. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 117-138, 1998.

FOUCAULT, Michael. **História da Loucura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. 12 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do Poder**. 16 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADAMER, Hans George. **Verdade e Método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, p. 241-612, 1997.

GADAMER, Hans George. **Hermenêutica em Retrospectiva: Heidegger em retrospectiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GERGEN, Kenneth J. SOCIAL PSYCHOLOGY AS HISTORY. **Journal of Personality and Social Psychology**, 1973, Vol. 26, No. 2, 309-320.

GERGEN, Kenneth J. **Toward Transformation in Social Knowledge**. New York, NY: Basic Books, 1982.

GERGEN, Kenneth J. **The Saturated Self: Dilemmas of identity in Contemporary Life**. New York, NY: Basic Books, 1991.

GERGEN, Kenneth J.; HOFFMAN, Lynn; HARLENE, Anderson. Is Diagnosis a Disaster? A Constructionist Trialogue. IN F. KASLOW (Ed.), **Handbook of Relational Diagnosis and dysfunctional family patterns** (Wiley series in couples and family dynamics and treatment): Part I – B, Cap. 7, pp. 102-118. USA: Wiley & Sons, Inc, 1996. Material consultado – Draft fornecido pelos autores.

GERGEN, Kenneth J. **Realities and relationships: soundings in social construction**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

GERGEN, Kenneth J. **An invitation to social construction**. Londres: Sage. 1999.

GERGEN, Kenneth J (original 1985). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis**, v. 6, n. 1, p. 299-325, jan./jul. 2009.

GERGEN, Kenneth J.; GERGEN, Mary. **Construcionismo Social: um convite ao diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2010.

GERGEN, Kenneth J.; Rumo a uma ética relacional para a prática terapêutica. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 11-21, dezembro 2016.

GRANDESSO, Marilene. **Sobre a Reconstrução do Significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica**. 3 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

GRANDESSO, Marilene. Desenvolvimentos em terapia familiar: das teorias às práticas e das práticas às teorias. In L. C, OSÓRIO & M. E. P. Do VALLE (e col.) **Manual de terapia familiar**, cap. 7, pp. 104-118. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GRANDESSO, Marilene. **Diagnóstico e Terapia Familiar: considerações a partir de uma epistemologia pós-moderna**.

GRANDESSO, Marilene. **Família e Narrativas: Histórias, histórias e mais histórias**. In Cervený, C. M. de O. (Org.). São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 13-29, 2006b.

GRANDESSO, Marilene. Terapias pos-modernas: um panorama. **Sistemas Familiares**, Ano 18, 3: 19-27, 2002.

GRANDESSO, Marilene. Dialogando sobre teorias: metáforas teóricas da terapia familiar. **Nova Perspectiva Sistêmica**: Ano VI, 10: 18-23, 1997.

GRANDESSO, Marilene. Equipe Reflexiva: uma análise do ponto de vista da construção do significado. Rio de Janeiro: ITF. RJ, **Nova Perspectiva Sistêmica**, ano IV, n. 7, p. 31-37, 1995.

GRANDESSO, Marilene; LABS, Mayara S. Processos Reflexivos: ampliando possibilidades para terapeutas que atendem sem equipe. **Nova Perspectiva Sistêmica**, n. 58, p. 98-113, agosto 2017.

GUANAES, Carla; MATTOS, Augustus Tadeu Relo. Contribuições do Movimento Construcionista Social para o trabalho com famílias na estratégia saúde da família. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1005-1017, 2011.

GUANAES, Carla; JAPUR, Marisa. Grupo de Apoio com Pacientes Psiquiátricos Ambulatoriais em Contexto Institucional: Análise do Manejo Terapêutico. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 14, n. 1, p.191-199, 2001.

GUANAES, Carla; JAPUR, Marisa. Fatores terapêuticos em um grupo de apoio para pacientes psiquiátricos ambulatoriais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 23 (3), p. 134-40, 2001.

GUANAES, Carla; JAPUR, Marisa. Construcionismo Social e Metapsicologia: Um Diálogo sobre o Conceito de *Self*. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 19, n. 2, p. 135-143, 2003.

GUANAES, Carla; JAPUR, Marisa. Sentidos de Doença Mental em um Grupo Terapêutico e suas Implicações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 21 n. 2, p. 227-235, 2005.

GUANAES, Carla; JAPUR, Marisa. Contribuições da poética social à pesquisa em psicoterapia de grupo. **Estudos de Psicologia**, vol. 13, n 2, 117-124, 2008.

IBAÑEZ, T. **La Construccion Del conocimiento desde uma perspectiva socioconstruccionista**. Em M. Montero (org.) Conocimiento, realidad e ideologia. (pp. 39-48). Caracas: Asociación Venezolana de Psicología Social/AVEPSO, 1994.

IÑIGUEZ, Lupicinio. **La Psicología Social em la encrucijada postconstruccionista. Historicidad, subjetividad, performatividad, acción**. XII Encontro Nacional da ABRAPSO. Estratégias de invenção – A Psicologia Social no contemporâneo. Porto Alegre, RS, 01-27, 2003.

LORENZI, Carla Guanaes; MOSCHETA, Murilo Santos; WEBSTER, Clarissa M. Corradi; SOUZA, Laura Vilela (Org.). **Construccionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 2014.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 15 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013, 131p.

KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini; LIMA, Maria José. A Clínica Psicológica como Ação Social. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 55, p. 19-30, 2016.

MARTINS, Pedro Pablo Sampaio; DORICCI, Giovanna Cabral; CROVADOR, Laura Ferreira. O especialista relacional na terapia familiar de fundamentação epistemológica construccionista social. **Nova perspectiva Sistêmica**, n. 59, p. 37-51, 2017.

McNAMEE, Sheila; GERGEN, Kenneth J. (Org.). **Terapia como Construção Social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 260p.

MÉLLO, Ricardo P.; SILVA, Alyne A.; LIMA, Maria L. C.; PAOLO, Angela F. Construccionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, vol. 19, no. 3. Porto Alegre, set./dez. 2007.

MOSCHETA, Murilo Santos. Performance e identidade: apontamentos para uma apreciação estético-relacional do desenvolvimento. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 9-20, dezembro 2012.

MOSCHETA, Murilo Santos. **A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construccionista social**. Laura Vilela (Org.). Construccionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, p. 23-49, 2014.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2011.

PRÁTICAS COLABORATIVAS E DIALÓGICAS EM DISTINTOS CONTEXTOS E POPULAÇÕES: um diálogo entre teoria e práticas. Marilene A. Grandesso (org.) – 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2017, 738p.

RAPIZO, Rosana L. **TERAPIA SISTÊMICA DE FAMÍLIA: Da instrução a construção**. Rio de Janeiro: Instituto NOOS, 1996.

RAPIZO, Rosana L. A OBJETIVIDADE E SEUS PARÊNTESES: duas versões para a ética. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, p. 38-45.

RAPIZO, Rosana L. **Entre laços e nós, perdas e ganhos: um espaço de conversas sobre divórcio**. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia, 2013, 357p.

RASERA, Emerson F.; GUANAES, Carla. Momentos Marcantes na Construção da Mudança em Terapia Familiar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2010, vol. 26, n 2, p. 315-322.

RASERA, Emerson F.; JAPUR, Marisa. Desafios da aproximação do construcionismo social ao campo da psicoterapia. **Estudos de Psicologia**, 2004, v. 09, p. 431-439.

RASERA, Emerson F.; JAPUR, Marisa; GUANAES, Carla. Psicologia, Ciência e Construcionismos: dando sentido ao *Self*. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2004, v. 17, p. 157-165.

RASERA, Emerson F.; JAPUR, Marisa. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. **Paidéia**, 2005, v. 15, p. 21-29.

RASERA, Emerson F.; JAPUR, Marisa. **Grupo como construção social: aproximações entre construcionismo social e terapia de grupo**. 1 ed. São Paulo: Vetor, 2007.

RENÔNES, Albor Vives. **O IMAGINÁRIO GRUPAL. Mitos, violência e saber no Teatro de Criação**. São Paulo: Ágora, 2004.

RENÔNES, Albor Vives. **Escritos Abertos: interpretação, momento, identidade**. Campinas, SP: Ed. Saber e Saúde, 2008.

RENÔNES, Albor Vives. **Terapêutica e Narrativa: sempre à terceira margem**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2009, 195p.

SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E. **Hermenêutica, a arte e técnica da interpretação**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Editora Universitária São Francisco, 2012, 102p.

SCHNITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SENNETT, Richard. **JUNTOS**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SHOTTER, John; KATZ, Arlene M. HEARING THE PATIENT'S "VOICE": Toward a social poetics in diagnostic interviews. **Soc. Sci. Med. Vol. 43, No. 6, pp. 919-931**, 1996.

SHOTTER, John; BILLIG, Michael. A BAKHTINIAN PSYCHOLOGY: From out of the heads of individuals and into the dialogues between them. **London and Thousand Oaks, CA: Sage Publications**, 1998, pp. 13-29.

SHOTTER, J. **Conversational realities: Constructing life through language**. Londres: sage, 2000.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

STRONG, Tom. Sobre o DSM-V. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 8-24, abril 2013.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 2 ed. Belo Horizonte: Papyrus, 2002.

WATZLAWICK, P., BEAVIN, J. H., JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. São Paulo, Cultrix, 1981.

WHITE, Michael. **Mapas da prática narrativa**. Porto Alegre: Pacartes, 2012.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, 297p.

APÊNDICE I

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS A SEREM REALIZADAS COM OS CLIENTES

Nome Fictício: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Estado civil: _____
Profissão: _____
Tempo de terapia: _____

CLIENTES

EIXO I – Perguntas quanto a posição do terapeuta – o papel e o objetivo do terapeuta:

1. Qual a sua reflexão sobre a participação do terapeuta no seu processo de terapia?
2. Como você descreve a relação terapêutica?
3. Como a relação terapêutica ajudou no seu processo?

EIXO II - Em relação ao processo de terapia – o que ocorre e o que é necessário para a transformação

1. O que você pode destacar em relação a maneira como a terapia foi conduzida?
2. De que forma a maneira como a terapia foi conduzida foi relevante para atingir os objetivos que você esperava?
3. Você se recorda de algum momento realmente importante para você no processo terapêutico que ajudou a atingir as transformações que pretendia?

EIXO III - O sistema de terapia – como a teoria determina o alvo de tratamento e identifica os membros para a terapia

1. Como você explicaria o que é terapia para você?
2. Que diferença a terapia fez para a sua vida?
3. Como você descreveria a terapia se fosse indicá-la para alguém?
4. Se a terapia pudesse ser descrita como uma metáfora, como você a descreveria?

Você gostaria de acrescentar mais alguma informação que considere interessante a sua entrevista?

APÊNDICE II

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS A SEREM REALIZADAS COM OS TERAPEUTAS

Nome Fictício: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Estado civil: _____

Profissão: _____

Formações: _____

TERAPEUTAS

EIXO I - Quanto a posição do terapeuta – o papel e o objetivo do terapeuta:

1. Como você entende a função e o papel do cliente no processo de terapia?
2. Como você descreve a relação terapêutica?
3. Como a relação terapêutica ajudou no processo?

EIXO II - Em relação ao processo de terapia – o que ocorre e o que é necessário para a transformação

1. O que você acha que ajudou seu cliente a atingir as transformações obtidas no processo terapêutico?
2. Como você descreve sua maneira de conduzir o processo terapêutico?
3. Como esta maneira de conduzir o processo ajudou seu cliente a atingir as transformações observadas?

EIXO III - Sobre o sistema de terapia – como a teoria determina o alvo de tratamento e identifica os membros para a terapia

1. Como você explicaria o que é terapia?
2. Como você a descreve quando a indica para alguém?
3. Se a terapia pudesse ser descrita como uma metáfora, como você a descreveria?

Você gostaria de acrescentar mais alguma informação que considere interessante a sua entrevista?